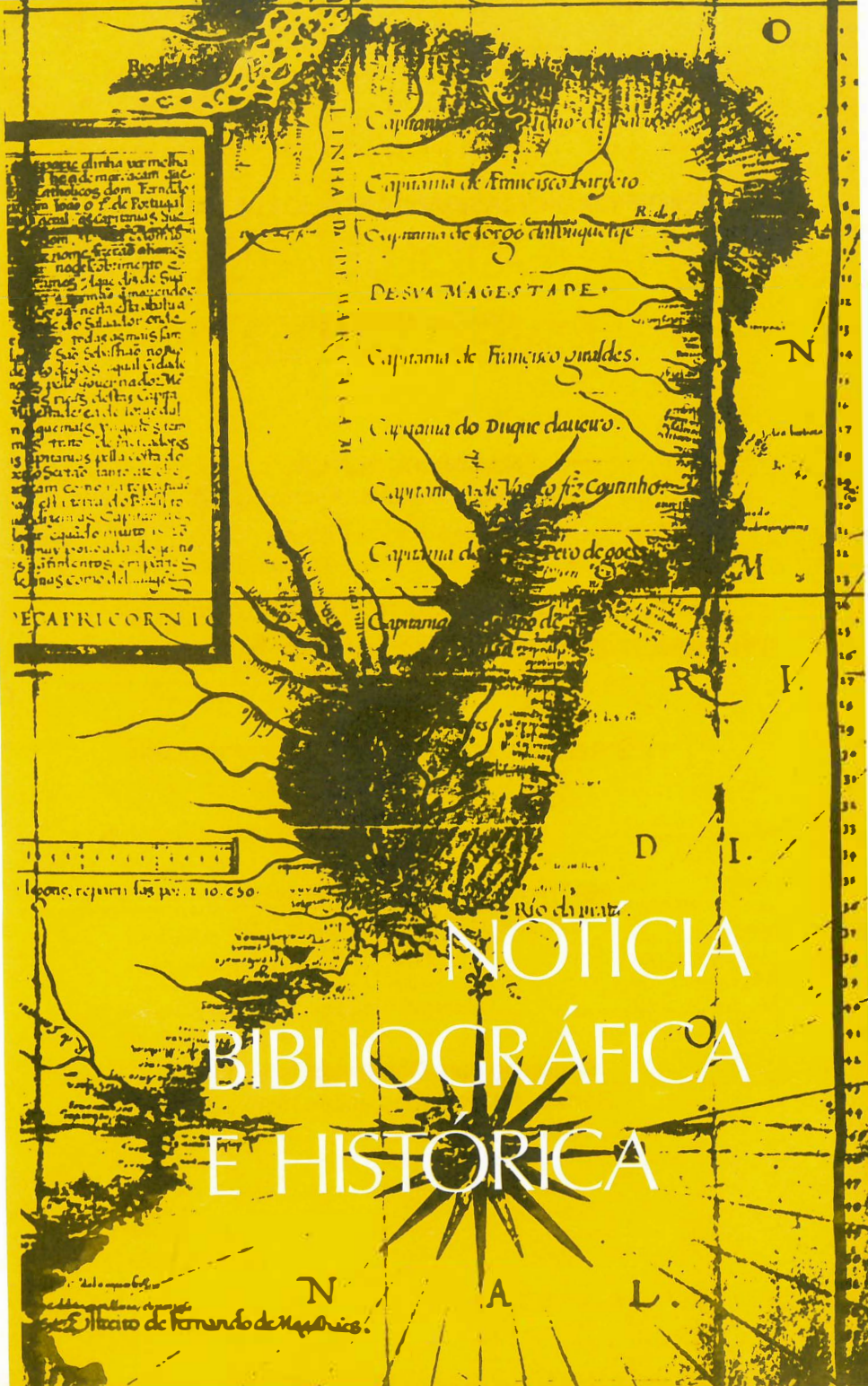




PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Carlos de Aquino Pereira

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof^a Juleusa Maria Theodoro Turra

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal, 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXIX - Nº 166 ISSN-0101-4919 JULHO - SETEMBRO 1997

SUMÁRIO

A Febre Amarela em Campinas	197
Odilon Nogueira de Matos	
Introdução à Bibliografia Histórica Brasileira: do Descobrimento à República	200
Leonardo Dantas Silva	
Considerações acerca do topônimo Batatais	237
Walter Cardoso	
Carlos de Campos, expressiva figura da Primeira República	245
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Revisitando Visão do Paraíso	252
João Ricardo de Castro Caldeira	
Uma réstia de luz no crepúsculo editorial	255
Célio S. Debes	

De uma pasta de velhos recortes

A escravidão dos índios	258
Haroldo Renato Ascoli	

Memória Campineira

A "Aurora Campineira"	264
Júlio Mariano	

Textos

A Capitania de São Vicente vista por Tomé de Souza	266
O Caráter da Reforma na Inglaterra (Lindsay)	267

Vultos da Historiografia Brasileira

Rodolfo Garcia	269
----------------------	-----

Seleta

A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil	271
Rodolfo Garcia	

Rabiscos de um escrevinhador

O "24 de Maio", evocação de importante data	279
Textos relativos ao Bandeirismo	280
O historiador de Blumenau	281
Publicação científica em "roupa nova"	283

A FEBRE AMARELA EM CAMPINAS

Odilon Nogueira de MATOS

É sabido que em fins do século passado Campinas foi assolada por terríveis epidemias de febre amarela. Os ecos dessa catástrofe chegaram até aos nossos dias, o que significa que perduraram por um século. Tornou-se lugar comum no trato do passado campineiro, ponto de referência de uma periodização na crônica da cidade, como se dissesse "antes" e "depois" da febre. Passou para o domínio da lenda e do populário, obnubilada sempre pela falta de dados concretos sobre o que realmente ela significou. Mas, descontados os exageros que eventos similares sempre propiciam, seria inútil querer esconder suas conseqüências. Representou uma catástrofe na vida de uma cidade considerada a "capital agrícola" de São Paulo e que tudo indicava seria capaz, quem sabe, até de suplantar a própria capital do Estado. As epidemias passaram a representar um "capitis diminutio" na vida e no próprio sentimento dos campineiros. Só não abandonou a cidade quem não pôde sair. Um colégio famoso julgou necessário transferir-se para uma cidade do sul de Minas, ao abrigo da epidemia.

A hecatombe campineira ecoou pelo país todo, merecendo registros especiais da imprensa em geral, particularmente na do Rio de Janeiro, que se movimentou toda para socorrer nossa cidade. E a edilidade, reconhecida, homenageou a "Imprensa Fluminense" dando este nome ao principal jardim da cidade. Nome que perdurou até há pouco, quando foi criminosamente substituído pelo de um famoso poeta e compositor, merecedor, sem dúvida, da homenagem, mas cujo nome poderia ser atribuído a qualquer uma das centenas de ruas ainda sem denominação. Sinal dos tempos... e sinal sobretudo da ignorância da história campineira por parte de quem cometeu tal injustiça, apagando de maneira tão impensada o já centenário tributo à imprensa do Rio de Janeiro.

Muito se escreveu sobre a febre amarela: crônicas, reportagens, quase tudo com muito pouco fundamento. Até um romance foi por ela sugerido e anunciou-se que também uma ópera seria composta com base nesse romance...

Mas, como "a quelque chose malheur est bon", da hecatombe do século passado resultou notável trabalho de saneamento da cidade, dirigido por grandes sanitaristas (Emílio Ribas, Saturnino de Brito...), responsável por que Campinas se tornasse um dos locais mais salubres do Brasil. E com o saneamento, o próprio ressurgimento da cidade, num processo que não cessou mais. E esta idéia do ressurgimento tornou-se a razão de ser do espírito campineiro. Tanto que a própria figura mitológica da Fenix renascendo das próprias cinzas, tornou-se o brasão da cidade.

Entretanto, com todo o seu interesse, com todas as suas implicações, precisamos esperar cem anos para termos um estudo histórico de real significação sobre a tão falada, mas muito pouco sabida epidemia que assolou nossa cidade. Abalançou-se a essa tarefa o médico e historiador Lycurgo de Castro Santos Filho. Campineiro de adoção, pois veio para Campinas ainda muito moço, pouco depois de formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, portador de excelente folha de serviços à comunidade que escolheu para o desempenho de suas atividades, tanto no terreno cultural como no social, tornou-se reconhecido em todo o país pelo seu livro sobre a história da medicina no Brasil publicado em 1947. Obra que, consideravelmente ampliada e atualizada para uma recente reedição (1991) tornou-se praticamente um novo livro. Mas, não foi só à história da medicina que o autor se dedicou ao longo de sua abençoada existência: também à história da cultura, da literatura, da arte e à história social.

Tenho o privilégio de tê-lo como "confrade" em diversas entidades culturais - pelo menos três Academias e dois Institutos Históricos - o que me propiciou a oportunidade de acompanhar sua obra, através não só de livros, mas também em eruditos trabalhos estampados em publicações culturais da mais variada natureza. Deve-lhe a Academia Campinense de Letras o que ela veio a ser, pois foi seu presidente por dezesseis anos; consolidou-a, fazendo do sodalício campineiro uma das instituições mais prestigiosas, no gênero, em todo o país. Presidiu a Academia Paulista de Letras, a Academia Paulista de História e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; este dignificou-o merecidamente escolhendo-o seu presidente honorário. Vacionado para a pesquisa histórica e tendo dela a noção exata de como deve ser, demonstrou-o em divesos trabalhos de história social, notadamente no modelar estudo sobre uma comunidade rural do Brasil antigo, acolhido pela prestigiosa coleção

"Brasiliiana" (1956) e para o qual utilizou convenientemente precioso arquivo de família.

Pois foi Lycurgo de Castro Santos Filho, com todas essas credencias, quem, um dia, decidiu-se a debruçar sobre a febre amarela de Campinas, tão falada e tão pouco sabida, escrevendo-lhe a história. Pesquisa exaustiva, que lhe consumiu vários anos, em fontes as mais diversas, das quais soube tirar o substancial para o seu propósito, produzindo uma obra fundamentada em documentos e não sepultada sob os documentos, como com frequência ocorre. Livro que, certamente, marcará época na bibliografia histórica brasileira.

(Nota de apresentação do livro **A febre amarela em Campinas: 1889-1900**, de Lycurgo de Castro Santos Filho e José Nogueira Novaes. Campinas, Centro de Memória - Unicamp, 1996. Coleção "Campiniana", vol. 2)

INTRODUÇÃO À BIBLIOGRAFIA HISTÓRICA BRASILEIRA: DO DESCOBRIMENTO À REPÚBLICA

Leonardo Dantas SILVA
Fundação Joaquim Nabuco

Para Oliveira Lima "a humanidade é devedora à Península Ibérica, representante gloriosa do grande ciclo das navegações, de um dos mais altos serviços prestados à civilização - o duplo desencantamento da América e da Índia. No mesmo decênio em que a audácia de Colombo, cujo nome o mundo inteiro acaba de aclamar numa confraternização admirável, sacudia a Espanha para as regiões ignoradas do Ocidente, a intrepidez de Vasco da Gama arrastava Portugal para os países misteriosos do Oriente. Um e outro desvendaram perante a Europa continentes envoltos nas trevas da insciência, nas brumas do pressentimento ou nas miragens da fábula; um e outro abriram novo e picante campo ao espírito religioso e ao estímulo comercial da Meia Idade, e forneceram um quadro majestoso ao soberbo desabrochar da época inimitável da Renascença".¹

SÉCULO XVI

Descoberto oficialmente no último ano do século XV, o Brasil tem a sua história inicialmente contada através de relatos de caráter puramente episódicos, escritos por viajantes e aventureiros que nele aportaram, entre 1500 e 1532, descrevendo a terra em suas relações de viagem.

O primeiro desses cronistas foi Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, que aportou na Bahia em abril de 1500, dando

(1) OLIVEIRA LIMA, Manoel. Pernambuco seu desenvolvimento histórico. Recife: Governo do Estado, 1975. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 1). Fac-similar da ed. de Leipzig: F. A Brockhaus, 1895.

por descoberta a nova terra. Coube a Caminha enviar, através da nau de Gaspar de Lemos, as boas novas ao Rei de Portugal, D. Manuel I, transformando-se assim no primeiro cronista desta história. O documento só veio a ser divulgado em 1817, quando de sua publicação pelo padre Manuel Aires do Casal na *Corografia Brasílica*, merecendo uma edição crítica, com anotações de Carolina Michaëllis, a cargo de Carlos Malheiro Dias na obra *História da Colonização Portuguesa*². Melhor sorte obteve Américo Vespucci que viu suas cartas publicadas na primeira metade do século XVI, quando da edição de *Mundus Novus*.

O relato de Caminha é em muito superior às comuns narrativas de viagens da época, dentre as quais a *Carta do Mestre João*, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Rio: 1843), e a *Relação do Piloto Anônimo*, divulgada pela primeira vez por Francanzano da Montalbodo, in *Cum privilegio Paesi novamente ritrovati. Et Novo Mondo da Alberico Vespucio Florentino intitolato* (Veneza: 1507).

Dentre essas relações de viagem destaca-se a de Pero Lopes de Souza, autor do *Diário de Navegação*³, responsável pela narrativa dos fatos que se sucederam na expedição comandada por seu irmão, Martim Afonso de Souza, entre 1530-32, na qual apresenta preciosas informações sobre a "Terra de Santa Cruz vulgarmente chamada de Brasil". O documento, divulgado inicialmente por Francisco Adolpho de Varnhagen (1839), recebeu uma segunda edição com base em apógrafo existente na Biblioteca da Ajuda (Lisboa), publicado em 1861 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. v. 24. e, ainda em nossos dias, vem recebendo as maiores atenções por parte de estudiosos daquele período.

Também aventureiros escreveram sobre os primeiros anos do descobrimento desta terra, destacando-se dentre eles o depoimento de Hans Staden publicado na Alemanha em 1557⁴. Esse singular aventureiro engajou-se como artilheiro de um navio português que comerciava pau-brasil, fazendo a sua primeira viagem ao Brasil em 1547. Ao chegar a Pernambuco, logo participa das lutas contra os índios que sitiavam a vila de Igarassu, transferindo-se depois para a Paraíba de onde só retornou a Lisboa no ano seguinte.

(2) DIAS, Carlos Malheiro. História da colonização portuguesa do Brasil. Porto: 1921 23, v. 2. p. 86 e seg.

(3) SOUZA, Pero Lopes de. Diário da navegação da armada que foi à terra do Brasil em 1530 etc. Publicada por Francisco Adolpho de Varnhagen. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1839.

(4) STADEN, Hans. Warhaftige Historia und beschreibung eyner Landtschaff der Wilden etc. Marburg, 1557.

Voltando ao Brasil em 1550, sob a bandeira de Espanha na expedição de D. Mencia Calderon de Sabnabria, que devia fundar duas povoações, uma na ilha de Santa Catarina e outra na foz do Rio da Prata. Depois de várias peripécias, vamos encontrá-lo na vila de São Vicente, onde exerce as funções de arcabuzeiro na ilha de Santo Amaro, em frente a Bertioga. Prisioneiro dos índios tupinambás, em janeiro de 1554, lá permanece durante nove meses, quando consegue fugir e, em 20 de fevereiro de 1555, chega à França iniciando sua viagem de retorno à pátria.

A narrativa de Hans Staden foi de um sucesso incomum. Da primeira impressão em 1557 até a edição londrina de 1874 foram registradas 17 edições, reproduzindo as excelentes xilogravuras da primeira, além das edições em língua portuguesa mais recentes. Segundo José Honório Rodrigues⁵, a melhor edição brasileira é a da Sociedade Hans Staden, segundo a transcrição em alemão moderno de Karl Fouquet (São Paulo, 1941, nº 3 das Publicações da Sociedade Hans Staden), numa tradução de Guiomar de Carvalho Franco, com introdução e notas de Francisco de Assis Carvalho Franco (São Paulo, 1942).

Após a expedição de Martin Afonso de Souza (1530-32) resolveu D. João III, de Portugal, incrementar no Brasil em 1534 o sistema das capitanias hereditárias, estabelecendo faixas territoriais que iam do litoral até os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Foi a então colônia dividida em partes, distribuídas através de *cartas de doação* aos respectivos donatários, a quem cabia administrar com seus próprios recursos e poderes quase absolutos, conceder sesmarias e forais, aplicar a justiça, exercendo a administração civil e criminal, estabelecer direitos, foros e tributos no âmbito de sua jurisdição.

Por essa época as expedições e incursões vieram ceder lugar à colonização da terra recém-descoberta, iniciando-se o povoamento, estabelecendo-se colônias agrícolas e a fundação de vilas e povoações, dando início a uma nova fase da historiografia.

Neste sistema foram as capitanias de Pernambuco e São Vicente, respectivamente doadas a Duarte Coelho Pereira e Martin Afonso de Souza, as que mais prosperaram. Em face do fracasso do sistema nas demais capitanias, estabeleceu D. João III em 1549 um Governo Geral, iniciado por Tomé de Souza que fundou a Vila do Salvador, na Bahia, e lá estabeleceu a primeira capital (1549).

(5) RODRIGUES, José Honório. História da história do Brasil: Historiografia colonial. São Paulo: Editora Nacional, 1979. p.15.

Com Tomé de Souza vieram os primeiros padres da Companhia de Jesus que no mesmo ano fundaram na Bahia o primeiro colégio e, em 1551, já estavam também estabelecidos em Olinda (Pernambuco), desenvolvendo um trabalho de catequese dos índios e educação dos jovens filhos dos colonizadores. Desde de então a historiografia nacional recebe a colaboração dos jesuítas, que através das cartas de Manuel da Nóbrega, a partir de 1549, deixaram para as gerações que se sucederam depoimentos curiosos sobre a paisagem, os índios e seus costumes, bem como a vida dos primeiros habitantes do Brasil nos primeiros anos da colonização. Entre 1931 e 1933, a Academia Brasileira de Letras fez publicar, em três volumes, grande parte das cartas jesuíticas, escritas entre 1549 e 1594, sob o título *Cartas do Brasil, Cartas avulsas e Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Este último volume com introdução de Afrânio Peixoto, artigo de Capistrano de Abreu e posfácio de Antônio de Alcântara Machado, é todo dedicado à obra do padre José de Anchieta, trazendo 28 cartas, cinco informações sobre fatos diversos, fragmentos históricos e sermões. Reúne assim um noticiário precioso sobre os indígenas, os trabalhos desenvolvidos pelos jesuítas, além de relatos e informações sobre a terra e a gente do Brasil, (Rio: Civilização Brasileira, 1933. 568 p.).

Outro jesuíta importante para a historiografia brasileira é Femão Cardim, que chega ao Brasil em 1583 e reúne os seus escritos em *Informação da Província do Brasil para o nosso padre* (1585) que, embora incluída entre as cartas de José de Anchieta, sabe-se hoje ser de sua autoria. Sua obra, *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica etc.*, impressa inicialmente em Lisboa (1847) sob a direção de F. A. de Varnhagen, segundo texto manuscrito da Biblioteca de Évora, vem reunida no *Tratado da terra e gente do Brasil* São Paulo: Editora Nacional, 1939. 380 p. (Brasiliana, v. 168). Neste volume estão reunidas três obras do jesuíta, escritas entre 1583 e 1601: "Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica"; "Do clima e terra do Brasil" e "Do princípio e origens dos índios do Brasil, estes últimos publicados inicialmente em língua inglesa, no volume 4 da coleção *Purchas his Pilgrimes*, Londres: 1625, sob o título *A teatrise of Brazil written by a Portugall which had long lived there*. Trata-se de obra indispensável ao conhecimento da terra e vida social e econômica do Brasil, no primeiro século de sua colonização, escrita de forma agradável com elementos importantes sobre os engenhos de açúcar, produção e população de brancos, negros e índios, alimentação e vestuário, divertimentos, vida social, de modo a pintar com cores vivas o cenário daqueles anos.

Com o nome de *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil* surge em 1576 em Lisboa, impressa por Antonio Gonsalvez, a primeira tentativa de uma crônica histórica sistemática escrita por Pero de Magalhães de Gândavo. Trata-se de um natural de Braga, descendente de flamengos como o seu nome está a indicar, professor de escola pública entre o Douro e o Minho, onde ensinava latim, copista da Torre do Tombo, moço de camara do Rei D. Sebastião, amigo do poeta Luís Vaz de Camões (1524-8), com atividades no Brasil como Provedor da Fazenda em Salvador⁶. No que diz respeito ao seu conteúdo, a *História do Brasil* de Gândavo, hoje em 12ª edição, é hoje citada por todos os historiadores modernos, como um verdadeiro documentário sobre a economia e vida social dos primeiros anos da colonização. José Honório Rodrigues (op. cit.) diz que "conta Gândavo rapidamente o descobrimento, dá nome dos primeiros donatários, fala das plantas, dos produtos, frutas, animais e bichos venenosos, das aves e dos peixes, dos naturais, isto é, dos índios, e termina apregoando os louvores e grandezas da terra. Com ele temos a primeira revelação histórica do Brasil nos seus setenta primeiros anos, quando estávamos no quarto governo geral e já possuíamos um bispado. A *História* é um livro de circunstância, embora o primeiro a assumir o caráter de composição histórica, superior em sua elaboração às cartas e relatórios dos Jesuítas. Ele mesmo se apercebeu que a história de Santa Cruz estava sepultada em tanto silêncio pelo pouco caso que os portugueses fizeram da mesma Província, que por faltarem na terra pessoas de engenho, e curiosas que por melhor estilo, e mais copiosamente que eu a escrevesse" ⁷.

Um dos mais importantes estudos sobre a América Portuguesa no primeiro século do seu descobrimento vem da pena de Gabriel Soares de Souza (c 1540-91) que, no dizer de Capistrano de Abreu, "foi a enciclopédia viva do século XVI". Para F. A. de Varnhagen, o seu *Tratado descritivo do Brasil em 1587* é a "obra mais admirável de quantas em português produziu o século quinhentista". Chegando à Bahia em 1569, interrompendo uma viagem que fazia em busca da Índia, veio estabelecer-se definitivamente, casando-se e tornando-se senhor de engenho no Recôncavo até 1586, a ponto de transformar-se em um homem rico e poderoso como bem demonstra o seu testamento datado de 10 de agosto de 1584. Instado por seu irmão, João Coelho

(6) SILVA, Leonardo Dantas. Gândavo e a sua História. In: GÂNDAMO, Pero de Magalhães de. *Tratado da terra do Brasil & história da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil 1576*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 1995. Edição conjunta, organização e apresentação de Leonardo Dantas Silva. (Série Descobrimentos, 3) p. X.

(7) RODRIGUES, José Honório. op. cit., p. 431.

de Souza, a empreender uma grande expedição aos Sertões do Rio São Francisco, em busca de prata, ouro e pedras preciosas, resolve, em 1586, ir a Madrid onde junto à corte tenta conseguir alguns privilégios para tal empreitada. Nesta ocasião, ainda em Madrid, escreveu a sua obra considerada por muitos como a mais informativa sobre os primeiros anos da colonização.

A exemplo de outros de sua época, Gabriel Soares de Souza só vem alcançar o prelo quando da publicação do seu *Tratado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* v. 14, Rio: 1851. Uma segunda edição, com correção e comentários a cargo de F. A. de Varnhagen, vem a ser impressa no Rio de Janeiro, Typographia de João Inácio da Silva, em 1879; uma terceira edição vem a surgir em São Paulo: Editora Nacional, 1938 (Brasiliense, v. 117) 494 p., seguindo-se de uma quarta, pela mesma editora, em 1971.

Segundo Rubens Borba de Moraes, in *Manual bibliográfico de Estudos Brasileiros*⁸, "a obra de Gabriel Soares de Souza é um dos documentos mais preciosos e completos da vida brasileira no século XVI". Divide-se em duas partes, "Roteiro geral da costa brasílica" e "Memorial e declaração das grandezas da Bahia". Na primeira descreve a costa brasileira, da foz do Rio Amazonas até o Rio da Prata, com seus acidentes, povoações, vida e costumes de sua população, de índios e brancos. Na segunda parte, trata da história da colonização da Bahia, da descrição do seu relevo, dos acidentes de sua costa, com seus engenhos, igrejas e povoações.

SÉCULO XVII

Dentre os que escreveram sobre os primeiros anos da colonização do Brasil, destaca-se também Ambrósio Fernandes Brandão, autor de *Diálogos das grandezas do Brasil* texto (datado) de 1618, que faz um estudo apurado sobre o ecossistema das capitanias ao norte do Rio São Francisco, notadamente as de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. Para José Honório Rodrigues, "os *Diálogos* são documentos capitais do século XVII e constituem a crônica mais positiva, a descrição mais viva, o flagrante mais exato da vida, da sociedade, da economia dos moradores do Brasil, gentios, reinóis e negros. O livro compõe-se de seis diálogos entre Brandão, pregoeiro das virtudes da terra, e Alviano, que a tem 'pela mais ruim do mundo'. Brandão, para convertê-lo à seita dos primeiros ufanistas, mantém sete dias de conversação, descrevendo

(8) MORAES, Rubens Borba de; BERRIEN, William. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949.

em cada diálogo os benefícios do Brasil e debatendo ou corrigindo os erros, enganos e malquerenças de Alviano"⁹. A obra foi inicialmente editada pela Academia Brasileira de Letras, com introdução de Capistrano de Abreu e notas de Rodolfo Garcia (Rio: Oficina Industrial, 1930. 316 p.).

Ambrósio Fernandes Brandão, proprietário de terras em São Lourenço da Mata (Pernambuco), cristão-novo morador na Vila de Olinda, tinha 63 anos quando escreveu os *Diálogos*, vinte e cinco dos quais vividos no Brasil. A autoria dos *Diálogos das grandezas do Brasil*, porém, só veio a ser estabelecida de forma definitiva por José Antônio Gonsalves de Mello, quando da edição definitiva, com base no apógrafo de Leiden, publicada pela Universidade do Recife - Imprensa Universitária, em 1962. Uma terceira edição, também organizada por José Antonio Gonsalves de Mello, vem a surgir neste ano de 1997, publicada pela Fundação Joaquim Nabuco - Editora Massangana, dentro da *Série Descobrimentos* v. 8¹⁰.

Um documentário da maior importância para o conhecimento da gente do Brasil no século XVI, particularmente no que diz respeito à presença de cristãos-novos na economia e na história da vida privada de sua sociedade, em suas mais diferentes classes, é reunido quando da primeira Visitação do Santo Ofício às capitanias da Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. São denúncias e confissões tomadas pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça, entre 1591 e 1595, depois reunidas em publicações feitas em São Paulo, Série Eduardo Prado, e no Recife, Coleção Pernambucana - 2ª fase v. 14¹¹, hoje ao alcance dos estudiosos do período.

A historiografia do Brasil assume características próprias, com a consulta das fontes e da bibliografia existente na época, proporcionando

(9) RODRIGUES, José Honório. op. cit., p. 371.

(10) BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 1997. Edição integral, segundo apógrafo de Leiden, organizada por José Antônio Gonsalves de Mello (Série Descobrimentos, v. 8).

(11) Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil: Confissões da Bahia 1591-92. Prefácio Capistrano de Abreu São Paulo: 1922; Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil: denúncias da Bahia 1591-93. Introdução de Capistrano de Abreu. São Paulo: 1925; Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil: denúncias de Pernambuco 1593-95. Introdução de Rodolfo Garcia. São Paulo: 1929; Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil: denúncias e confissões de Pernambuco 1593-95. Prefácio de Leonardo Dantas Silva. Introdução de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1984 (Coleção Pernambucana, 2ª fase, v.14). Inclui índice onomástico.

maior segurança na cronologia e na narrativa dos acontecimentos, a partir de Frei Vicente do Salvador. Nascido na Bahia, em torno de 1564, Vicente Rodrigues Palha seguiu a carreira eclesiástica fazendo votos na Ordem Franciscana (1597), onde recebeu o nome de Frei Vicente do Salvador. É de sua autoria a primeira *História do Brasil 1500-1627* escrita por um brasileiro, somente publicada na íntegra em 1888, nos *Anais da Biblioteca Nacional* v. 13, quando do transcurso dos 250 anos de sua morte, ocorrida entre 1636 e 1639. A sua edição definitiva, porém, só veio acontecer em 1965, quando, além das notas de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, foi o seu texto confrontado por Frei Venâncio Willeke OFM (1906-1978) com o manuscrito do acervo da Biblioteca das Necessidades hoje conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Secção "Livros do Brasil"¹². O ineditismo da *História do Brasil*, porém, não impediu que fossem consultadas várias cópias manuscritas, existentes no Brasil e em Portugal, como se depreende dos textos históricos escritos pelo também franciscano Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779) e pelo beneditino D. Domingos do Loreto Couto (c 1696- c 1762).

Muito embora tenha escrito sua *História* no século XVII, ao que parece vinha recolhendo anotações desde 1587, quando do seu retorno da Universidade de Coimbra, como denota a descrição que faz, com a atualidade de um contemporâneo, da Vila de Olinda e do porto da capitania de Pernambuco, do qual originou-se a cidade do Recife, naquele final de século. Não somente recolheu fatos, através de depoimentos dos primeiros povoadores, mas também foi testemunha de alguns outros, como quando da invasão holandesa da Bahia, em 1624, em que ficou prisioneiro dos invasores e depois serviu aos portugueses até a libertação de Salvador em 30 de abril de 1625.

Para José Honório Rodrigues "a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador é um dos livros mais saborosos do Brasil seiscentista, pela simplicidade do estilo, natural, sem artificios, pela ingenuidade da narrativa, entremeada de estórias populares e ditos pitorescos. Lê-se como um romance, ou melhor como uma coleção de contos históricos. (...) A *História* consta de cinco livros e nenhum parece intacto: o primeiro descreve o descobrimento e a terra; o segundo trata do regime das donatárias, segundo não à ordem de tempo e antiguidade das capitânias e povoações, senão a do sítio, contiguação

(12) SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. Revista por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia; confrontada com cópia manuscrita oriunda do acervo da Biblioteca das Necessidades, hoje conservada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Secção "Livros do Brasil", por Frei Venâncio Willeke. 5. ed São Paulo: Comp. Melhoramentos, 1965. 528 p.

de uma com outras, começando do Sul para o Norte, o que não farei nos seguintes livros, em que seguirei a ordem dos tempos e sucesso das cousas'. O terceiro se inicia com o primeiro Governo Geral (1549) e termina com a perda de Independência de Portugal (1580). O quarto começa com o governo de Manuel Teles Barreto (1582) e os socorros espanhóis da armada de Diogo Flores Valdez contra os corsários ingleses e franceses e termina com o governo de D. Diogo de Menezes (1606) no Norte, e Francisco de Souza no Sul (1609). O quinto abre com o governo de Gaspar de Souza (1612) e trata especialmente da jornada da conquista do Maranhão e da guerra holandesa na Bahia"¹³.

O BRASIL HOLANDÊS

Expulsos da Bahia, os holandeses voltaram ao Brasil em fevereiro de 1630, desta vez invadindo Pernambuco, o mais importante centro de produção de açúcar e o mais movimentado porto da América Portuguesa. Contaram para isso com o valioso apoio de Isabel da Inglaterra e Henrique IV de França, em guerra com a Espanha, e o suporte econômico da Companhia das Índias Ocidentais, empresa formada em 1621, que assim se lançava na empreitada de estabelecer uma colônia holandesa em terras do Brasil. Com uma esquadra de 65 embarcações e 7.280 homens, sob o comando do almirante Hendrick Corneliszoon Lonck, os holandeses apresentaram-se diante da costa de Pernambuco em 14 de fevereiro de 1630, tomando com sucesso a vila de Olinda e o seu porto e lá permaneceram por 24 anos, quando vieram capitular diante das forças luso-brasileiras. A historiografia deste período é uma das mais vastas dos cinco séculos da História do Brasil, como bem demonstrou José Honório Rodrigues ao escrever *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949.

No âmbito dos cronistas, que viveram o dia-a-dia da guerra, destacam-se, do lado luso-brasileiro, as obras do donatário da capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, *Memorias diarias de la guerra del Brasil por discurso de nueve años, empeçando desde el de MDCXXX*. Madrid: Diego Diaz de Carrera, 1654¹⁴; Diogo Lopes Santiago, *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João*

(13) RODRIGUES, José Honório. op. cit., p. 490.

(14) COELHO, Duarte de Albuquerque, Memórias diárias da guerra do Brasil 1630-1638. Apresentação de Leonardo Dantas Silva; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. 398 p. il. (Coleção Recife, v. 12). Inclui índice onomástico.

Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, publicada inicialmente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. v. 38-43. Rio: 1875¹⁵; Frei Manuel Calado do Salvador, *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1648¹⁶; Francisco de Brito Freyre, *Nova Lusitania, historia da guerra Brasilica*. Lisboa: Off. Joam Galram, 1675; ainda do mesmo autor, *Viagem da Armada da Companhia do Commercio e frotas do Estado do Brasil Impressa por mandado de El Rey nosso Senhor, Anno 1655*¹⁷, que juntos bem descreveram as lutas e outros importantes fatos da dominação holandesa, não esquecendo de ocorrências menores, usos e costumes da sociedade de então, bem como do comportamento de reinóis, mazombos (como eram chamados os filhos de portugueses nascidos no Brasil), holandeses, judeus (que durante este período estabeleceram no Recife a primeira comunidade organizada das três Américas), índios, negros e demais habitantes do Brasil Holandês, cujas fronteiras se estendiam do Rio São Francisco ao Maranhão.

De todos, o mais importante é o Frei Manuel Calado do Salvador (1584-1654), não só porque participou da guerra da resistência contra o invasor, mas também, e principalmente, por ter privado da amizade do Conde João Mauricio de Nassau, que entre 1637 e 1641 foi o Governador do Brasil Holandês. Misto de guerrilheiro, pregador, poeta e cronista, esse religioso natural de Vila Viçosa (Portugal) consegue escrever a mais palpitante obra sobre o dia-a-dia da dominação holandesa, dando-lhes vida e movimento. A importância de seu *O Valeroso Lucideno* já fora ressaltada por Robert Southey, in *History of Brasil* Londres, 1810. 3 v., e por Capistrano de Abreu, in *Memórias de um frade*. Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, 1905-06, v. 65, p. 18. Para José Antônio Gonsalves de Mello, "o seu livro é admirável, pois,

-
- (15) SANTIAGO, Diogo Lopes. História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra: 1ª edição integral segundo apógrafo da Biblioteca Municipal do Porto (Portugal). Apresentação Leonardo Dantas Silva; estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1984. 612 p. il. (Coleção Pernambucana, 2ª fase, v. I). Inclui índice onomástico.
- (16) CALADO, Frei Manuel. O valeroso lucideno e triunfo da liberdade. 4. ed Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1985. 2 v. (Coleção Pernambucana, 2ª fase, v.14). Inclui índice onomástico
- (17) FREYRE, Francisco de Brito. Nova Lusitânia: história da guerra brasilica. Posfácio de José Antônio Gonsalves de Mello. 2. ed Recife: SEC - Departamento de Cultura, 1977. 588 p. il. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 5). Fac-símile da ed. de: Lisboa: Joan Galram, 1675. Inclui fac-símile da ed da Viagem da Armada etc. Lisboa: Joan Galram, 1655.

além de ser o único que nos apresenta flagrantes reveladores da vida de portugueses e holandeses, da cidade e do campo, da guerra e dos salões dos palácios nassovianos, no período de 1630 a 1646, é escrito com uma vivacidade encantadora. Da fase anterior ao movimento restaurador, iniciado em 13 de junho de 1645, o frade em vez de escrever a crônica miúda, do dia-a-dia dos acontecimentos, apresenta-se em painéis, salientando episódios marcantes a que a sua pena - quase um pincel de mestre pintor - dá vida e movimento"¹⁸.

Do lado dos holandeses a história teve também os seus cronistas, com especial destaque para as obras de Johannes de Laet, Johan Nieuhof, Pierre Moreau e Gaspar Barlaeus.

Ao primeiro se deve a *Nieuwe Wereldt ofte Baschrijvinghe van West-Indien etc.*, cuja primeira edição foi impressa em Leiden em 1625, tratando do Brasil nos livros 14 e 15 quando descreve a tomada da Bahia (1624). A quarta edição desta obra, publicada em francês em 1640, *L' Histoire du Nouveau Monde ou, Description des Indes Occidentales*, com 14 mapas desdobráveis, ilustrações ao texto, 632 p., é da maior importância pois seu autor, além da conquista da Bahia, trata da tomada de Olinda e Itamaracá (1630), do Rio Grande do Norte (1634), da Paraíba (1635), sendo suas informações repetidas por outros cronistas e suas ilustrações reproduzidas em outras publicações da época. A primeira edição da obra foi traduzida para o português por José Hygino Duarte Pereira, *História ou annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentales, desde o seu começo até ao fim do anno de 1623, por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia*. Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, 1874. 84 p.

A obra de Johan Nieuhof, *Gedenkwaardige Brasiliaense Zee-en Lant-Reize, Bebelzende Al hel geen op dezelve is voorgevallen.* etc. Amsterdam, 1682, é indispensável para o conhecimento do período entre 1640 a 1649, quando ocorre a grande reação dos luso-brasileiros contra a invasão flamenga, movimento deflagrado em 13 de junho de 1645 e que ficou conhecido como a Insurreição Pernambucana. Publica ele inúmeros documentos apreendidos das forças locais de grande importância para o entendimento das causas da rebelião. Dele existe uma edição brasileira, *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, numa tradução de Moacir N. Vasconcelos, confrontada com a edição holandesa por José Honório Rodrigues. São Paulo: Livraria Martins, 1942. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 9).

(18) MELLO, José Antônio Gonsalves dc. Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por Sua Santidade, cronista da restauração. Recife: Universidade do Recife, 1954. p.11-12.

Coube a Pierre Moreau escrever sobre os últimos dias do Brasil Holandês, quando da publicação do seu *Histoire des derniers troubles du Brésil. Entre les hollandais et les portugais* Paris: Chez Augustin Coubre, 1651. 212 p. Chegado a Pernambuco em 1646, Moreau vem a presenciar os acontecimentos que precederam a rendição dos holandeses, escrevendo suas impressões com base nas observações pessoais, desprezando a documentação oficial que tinha ao seu dispor. Seu livro, juntamente com o de Nieuhof, é, no dizer de José Honório Rodrigues, repleto de informações preciosas para a história social do período, sendo uma das fontes principais do ponto de vista holandês. Em 1979, numa edição conjunta da Universidade de São Paulo e Livraria Itatiaia Editora, foi publicado o livro de Pierre Moreau juntamente com o relatório de Roulox Baro, sob o título conjunto *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao país dos tapuias*, numa tradução de Leda Boechat Rodrigues com nota introdutória de José Honório Rodrigues. 128 p.

Embora nunca tenha estado no Brasil, Gaspar Barlaeus (1584-1648) consegue produzir o mais belo e interessante livro do período holandês no Brasil, por encomenda do Conde João Maurício de Nassau (Dilenburg, 1604 - Cleve, 1679) que lhe franqueou os seus arquivos e pagou pelas ilustrações que acompanham o texto. Escrito em latim, *Casparis Barlaei. Rerum per octennium in Brasilia el alibi nuper gestarum, sub praefectura Illustrissimi Comititis IMavritti, Nassoviae* etc., o livro impresso em Amsterdam aparece em 1647 numa edição de luxo (49 x 29 cm), 340 páginas, trazendo a alegoria da folha de rosto e o retrato do Conde de Nassau assinados por Theodoro Matham (1605-60), 56 gravuras desdobráveis, impressas em papel especial, 27 delas assinadas pelo famoso pintor Frans Post (1612-80) e 15 destas datadas de 1645, que veio ao Brasil juntamente com outros artistas integrantes da comitiva do conde, além de mapas de autoria de George Marcgrave e o de nº 40, no qual aparece o Recife e seus arredores em 1644, possivelmente do traço do conhecido cartógrafo Cornelis Sebastianszoon Golijath. O livro encadernado em pergaminho, com ilustrações feitas por gravura em cobre, algumas delas impressas em ouro, foi distribuído pelo seu patrono entre as cortes e dignitários da nobreza de sua época, servindo como primeiro conjunto paisagístico de divulgação do Norte do Brasil, juntamente com algumas possessões da África e um mapa do Chile, junto ao mundo erudito de então. Apesar de se tratar de um relatório oficial, encomendado que foi pelo Conde João Maurício de Nassau, a documentação apresentada é da maior importância para o estudo dos oito anos de esplendor nassoviano em terras brasileiras.

Em 1659, parte do texto da edição latina veio a ser traduzido para uma segunda edição em alemão, mas sua publicação em língua holandesa teve

de esperar pela tradução de Samuel Pierre L' Honoré Naber, que a publicou em 1923, numa tiragem de 160 exemplares, com as estampas da edição de 1647 acrescidas de outros mapas produzidos na época. Em 1940 coube ao Prof. Cláudio Brandão a tradução da obra para o português, sob o título *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau* etc. Rio: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940. 45 x 31 cm, 424 p., 56 gravuras desdobráveis, retrato do Conde de Nassau, reprodução do frontispício da edição latina de 1647. Da edição em grande formato foram impressos 500 exemplares, havendo ainda uma edição em formato menor sem ilustrações. Neste último formato, em 1980, dentro do transcurso do tricentenário da morte do Conde João Maurício de Nassau, a Fundação de Cultura Cidade do Recife fez publicar uma nova edição da obra de Gaspar Barlaeus, numa tiragem de 2.000 exemplares, mantendo a tradução e notas de Cláudio Brandão, acrescida de prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello, trazendo dois retratos do conde, um deles desenhado por Miguel Miereveld (1567-1641) e gravado por Guilherme Delff (1580-1638), o frontispício assinado por Theodoro Matham e 56 ilustrações da edição latina de 1647.¹⁹

O período da dominação holandesa no Brasil veio fascinar os mais diversos autores que, a partir do século XIX, vieram centralizar nele os seus estudos e pesquisas. Assim surgiram os trabalhos de Pieter Marinus Netscher (1824 -1903), onde pela primeira vez são utilizados parte dos documentos brasileiros conservados nos Arquivos dos Estados Gerais, o que gerou a publicação em francês sob o título: *Les hollandais au Brésil: notice historique sur les Pays-Bas et le Brésil au XVII^e siècle*. Haia: Belifante Frères, 1853. 210 p. Anos mais tarde coube a um brasileiro, Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878), escrever sobre o mesmo assunto quando da publicação de *História das lutas com os Holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654*. Vienna d'Áustria, 1871. 365 p., que teve no ano seguinte uma "nova edição melhorada e acrescentada", com 401 p., acrescida de índices. Estas edições de Varnhagen, no entanto, são superadas pelo seu próprio autor, quando da publicação da segunda edição de sua *História Geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal Muito aumentada e melhorada pelo autor*. 2.

(19) BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello; tradução e notas de Cláudio Brandão. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980. 27 x 18,5 cm. 409 p. O frontispício original, dois retratos do Conde João Maurício de Nassau e 56 ilustrações desdobráveis reproduzidas diretamente da edição de Amsterdam de 1647. (Coleção Recife, v. 3).

v. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, s.d. [1877]. A obra recebeu uma edição mais apurada, com notas de Capistrano de Abreu, quando de sua terceira edição, Rio de Janeiro e São Paulo: Laemmert & C., 1907. 522 p.

Por iniciativa do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, instituição fundada no Recife em 1862 ainda em funcionamento, os estudos sobre o domínio holandês no Brasil passaram a ter grande interesse a partir da missão do pesquisador José Hygino Duarte Pereira (1846-1901) em arquivos dos Países Baixos efetuada entre os anos de 1885 e 1886, cujo relatório é publicado na edição do *Diario de Pernambuco* de 2 de setembro de 1886. Trabalhou ele particularmente nos Arquivos dos Estados Gerais e no Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais, acervos incorporados ao Arquivo Geral do Reino dos Países Baixos de Haia em 1856, resgatando documentação das mais preciosas para o entendimento de tão importante período. No dizer de José Honório Rodrigues (op. cit.) a *Coleção José Hygino* "se constitui no maior acervo de documentos (sobre o Brasil Holandês) fora da Holanda", em sua grande parte desconhecida das pesquisas desenvolvidas por Netscher e por Varnhagen que ali trabalharam antes de 1856. No seu acervo encontra-se a documentação da Câmara da Zelândia, *Brieven en Papieren uit Brazilie* (13 v.) e as *Dagelijkse Notulen* (12 v.), afora quatro outros volumes encadernados e quatro maços manuscritos, perfazendo o total de cerca de 13.200 páginas.

Graças a tão importante acervo documental, pôde Alfredo de Carvalho (1870-1916) e Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923) publicar, na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, algumas traduções de documentos preciosos bem como vários ensaios sobre o Brasil Holandês sem a necessidade de sair do Brasil; o mesmo acontecendo nos anos quarenta deste século com José Antônio Gonsalves de Mello, o que veremos mais adiante.

Em sua colaboração ao *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, organizado por Rubens Borba de Moraes e William Berrien (Rio de Janeiro, 1949. p. 554), José Honório Rodrigues, comentando a obra de Hermann Wätjen sobre o período, *Das Holländische Kolonialreich in Brasilien: ein kapitel aus der kolonialgeschichte des 17.* Gotha, 1921. 352 p., diz ser este "o melhor estudo até hoje realizado sobre o domínio holandês no Brasil. Bem planejado, bem pensado, este livro impõe-se como o mais completo sobre o assunto. Isso não importa em lhe reconhecer caráter decisivo ou indiscutível, como acreditam alguns. Muitas questões precisam ser reexaminadas, muitas pesquisas novas esclareceram dúvidas do autor e, principalmente, deve ser indicada a sua parcialidade na utilização das fontes. A irrestrita irritação pelos

documentos e livros luso-brasileiros é fato indiscutível, que muito prejudica e invalida algumas conclusões". Existe desta obra uma tradução brasileira de Pedro Uchoa Cavalcanti, sob o título: *O domínio colonial holandês no Brasil* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. 560 p.

Dois anos antes da publicação do *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, porém, José Antônio Gonsalves de Mello revelava ao público interessado no tema o mais completo estudo sobre o período, quando do lançamento do seu livro *Tempo dos Flamengos - Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil* Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1947. Prefácio de Gilberto Freyre. 328 p. il. com índices. (Coleção Documentos Brasileiros; 54). Como se respondesse aos anseios dos críticos da bibliografia publicada até então, o autor, apoiado em extensa bibliografia e na documentação reunida por José Hygino Duarte Pereira, aborda com maestria a influência dos holandeses na vida urbana e na vida rural, bem como sua atitude para com os negros e a escravidão, para com os índios e a catequese, para com os judeus e as religiões católica e israelita. A obra teve uma segunda edição, 5.000 volumes, em 1978 e uma terceira, 3.000 volumes, em 1987.²⁰

Sobre o período holandês o mesmo autor desenvolveu estudos vários²¹, utilizando-se para isso dos conhecimentos obtidos quando de suas pesquisas em arquivos dos Países Baixos (1957-1958) e de suas constantes investigações em arquivos portugueses, ingleses e espanhóis (Simancas, Sevilha e Canárias). Durante cerca de 40 anos José Antônio Gonsalves de Mello reuniu invejável documentação sobre a presença de cristãos-novos e judeus na capitania de Pernambuco, durante a primeira fase da colonização e quando da dominação holandesa. Estudos neste sentido lhe valeram a publicação do livro *Gente da Nação - Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Recife: FUNDAJ - Editora Massangana, 1989. 552 p. il. (Estudos e Pesquisas; 65), a mais importante obra sobre a presença de cristãos-novos e judeus no Brasil colonial, a partir de 1542, com destaque para o funcionamento da primeira comunidade judaica organizada em terras da América, a *Zur Israel*

(20) MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos - Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Prefácio de Gilberto Freyre. 2. ed Recife: SEC. Departamento de Cultura, 1978. 294 p. il. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v.15). Inclui bibliografia e índices onomástico e de assuntos; 3. ed. aum. Recife: FUNDAJ - Editora Massangana, 1987. 306 p. il. Bibliografia, índices onomástico e de assuntos.

(21) Ver: GASPAR, Lúcia. José Antônio Gonsalves de Mello: cronologia e bibliografia. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco. Associação Nacional de Professores Universitários de História, 1995. 57 p.

do Recife, formada por judeus sefardins portugueses e alguns poucos ashkenazins vindos dos Países Baixos para o Brasil Holandês. Com a expulsão dos holandeses, em 1654, cerca de 150 famílias da comunidade retornaram a Amsterdam, migrando algumas delas para ilhas do Caribe e 23 de seus membros, entre adultos e crianças, chegaram por conta do destino à América Inglesa onde, na Nova Amsterdam, fundaram em setembro de 1654 a primeira comunidade judaica daquela que veio a ser a cidade de Nova York. A obra inclui, além de índice onomástico, um dicionário biográfico dos judeus residentes no Nordeste do Brasil, no período compreendido entre 1630 e 1654. *Gente da Nação* logo esgotou-se fazendo-se necessária uma segunda edição, em 1996, com sua tiragem estabelecida em 3.000 volumes.²²

O SÉCULO XVIII

Expulsos de Pernambuco, holandeses e alguns judeus vieram fixar-se nas Antilhas, utilizando em seus engenhos de açúcar das mesmas técnicas aprendidas no Brasil. A partir de 1660, o açúcar mais barato produzido naquelas colônias, graças à presença maciça da mão-de-obra escrava, veio fazer concorrência ao produzido pelos engenhos do Brasil. Em 1670, os produtores brasileiros venderam apenas a metade de sua produção de 65.000 toneladas; em 1700, as exportações já haviam caído para 26.000 toneladas, devido à entrada de franceses e ingleses no mercado.

A descoberta das minas de ouro na região do centro-sul do Brasil, em 1693, veio provocar uma verdadeira revolução na vida econômica e social brasileira. Com os senhores de engenho arruinados pelos baixos preços do produto, a mão-de-obra escrava supervalorizada por sua importância na exploração das minas de ouro e diamantes, a economia açucareira entrou em declínio. É desta época a presença na Bahia e em Sergipe do jesuíta João Antônio Andreoni (1649-1716), um italiano de Luca (Toscana) que, sob o pseudônimo de Antonil, veio a ser autor do mais importante clássico da história econômica do início do século XVIII: *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas etc.* Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711. 205 p. O livro foi dedicado pelo seu autor "aos senhores de engenho e lavradores do açúcar

(22) MELLO, José Antônio Golsalves de. *Gente da nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Apresentação de José E. Mindlin. 2. ed. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1996. 552 p. (Série Descobrimientos, v. 6). Inclui índice onomástico e dicionário biográfico dos judeus residentes no Nordeste do Brasil (1630-1654).

e do tabaco, e aos que se preocupam em tirar ouro das minas do Estado do Brasil". Após a sua publicação, viu-se a importância da obra de Antonil para o conhecimento das riquezas do Brasil de então, o que motivou a determinação do Rei Dom João V mandar apreender toda a edição "por lhe dizerem que por dito livro estava publicado todo o segredo do Brasil aos estrangeiros".

Para Rubens Borba de Moraes, "trata-se do mais completo depoimento sobre o Brasil no tempo colonial e, por isso, indispensável aos historiadores. Divide-se em quatro partes que tratam respectivamente da lavoura e preparo do açúcar, da lavoura e preparo do tabaco, minas de ouro e criação do gado. Conquanto escrito já no século XVIII, as condições que descreve aplicam-se quase geralmente à era seiscentista, sobretudo onde se refere à lavoura de açúcar e tabaco e à criação"²³. Não somente aos historiadores é o livro indispensável, mas também, e principalmente, aos economistas, sociólogos e antropólogos, pois contém importantes informações sobre a economia brasileira do final do século XVII, sobre a população das Minas Gerais, relações de raça, de classe e de família, funcionamento da instituição escravocrata, características sociais e de status do mestiço, regras da hospitalidade, meios de comunicação, dentre outras.

A primeira edição da obra, em face da decisão real, é hoje de extrema raridade, não atingindo a sua publicação os objetivos propostos pelo seu autor. Uma segunda edição vem aparecer já no século XIX, impressa em 1837, no Rio de Janeiro, por Souza e Comp. 214 p.; a terceira edição teve a sua impressão em Macau: Typ. Noronha & Co., 1898. 117 p.; a quarta edição, com estudo de Affonso E. Taunay, vem a ser impressa em São Paulo: Melhoramentos, 1923. 280 p. Uma edição de *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, fac-similar da primeira (1711), 216 p., foi impressa no Recife em 1969, sob os auspícios do então Museu do Açúcar, trazendo um estudo de José Antônio Gonsalves de Mello no seu posfácio.

No século XVIII surge a historiografia oficial com o aparecimento da obra de Sebastião da Rocha Pitta (1660-1739), *História da América portuguesa, desde o ano de mil e quinhentos do seu descobrimento, até mil setecentos e vinte e quatro etc.*, impressa em Lisboa, sob o patrocínio da Academia Real da História Portuguesa, "na Oficina de José Antônio da Silva, Impressor da Academia Réal", 1730. 716 p. Trata-se do primeiro compêndio impresso de história escrito por um brasileiro, natural da Bahia e conceituado por seus contemporâneos como um erudito e escritor de mérito, autor de outros conhecidos trabalhos. A sua obra, no entanto, não resiste ao julgamento de

(23) MORAES, Rubens Borba de. BERRIEN, William. op. cit. p. 401.

José Honório Rodrigues que o acusa de "antiíndio, antinegro, pró-escravidão, antijudeu, antipaulista, antiBrasil, pró-Portugal", não sendo seu livro para os brasileiros, "mas para Portugal, e por isso mesmo a Academia Real Portuguesa o encampou"²⁴.

A segunda edição da *História da América portuguesa* aparece na Bahia, em 1878, patrocinada pelo Barão Homem de Mello, 513 p.; seguindo-se da terceira, publicada em Lisboa, em 1880, por Francisco Arthur da Silva, 432 p., "ornada com seis belas gravuras e um mapa", com anotações de J. G. Goes, "oficial da Biblioteca Nacional de Lisboa".

No século XVIII surge, na opinião de José Antônio Gonsalves de Mello "o empenho de buscar a verdade histórica e os primeiros historiadores dedicam-se à pesquisa como fase preliminar de seus estudos; uns mais outros menos, sente-se neles o propósito deliberado de ir às fontes manuscritas, de utilizar a bibliografia disponível sobre o passado brasileiro e de avaliar as informações recolhidas"²⁵.

É deste século o surgimento da obra de três grandes pioneiros da pesquisa histórica: frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779), D. Domingos do Loreto Couto (c. 1696 - c. 1762) e Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca (1718-1786). O primeiro, na opinião da mesma fonte, quando da elaboração do seu *Orbe Novo Seráfico Brasílico*, editado parcialmente em 1761, utiliza-se dos arquivos da Província Franciscana a que pertencia, bem como da Província de São Bento, além de ampla bibliografia, revelando-se dos três o mais erudito. O segundo, menos indagador, é autor de *Desagravos do Brasil Glórias de Pernambuco*, onde se revela informes da história oral, obtidos de pessoas mais idosas, e manuscritos diversos; parece ter consultado os originais da História do Brasil, de frei Vicente do Salvador OFM, ainda inédita, e livros portugueses dos séculos XVII e XVIII. O terceiro, autor de *Nobiliarquia Pernambucana*, revela-se genealogista e não historiador, por mais de trinta anos foi um cuidadoso pesquisador de informações sobre o nosso passado. Segundo a mesma fonte, "é dos primeiros genealogistas a desprezar notícias fornecidas por 'tias velhas' e ir diretamente às fontes seguras de documentação cartorial e paroquial, tendo conseguido reunir os primeiros textos genealógicos redigidos após a Restauração Pernambucana de 1654".

Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, nascido em dia e mês não precisos de 1695, era natural da freguesia de Santo Amaro do Jaboatão em

(24) RODRIGUES, José Honório. op. cit. p. 498.

(25) MELLO, José Antônio Gonsalves de. "Pesquisa histórica em Pernambuco", Arrecifes. Recife: Conselho Municipal de Cultura, n. 5 p.15, 1992.

Pernambuco. Ingressou para a Ordem Franciscana em 1716 e, no ano seguinte recebia ordens no Convento de Santo Antônio de Paraguaçu, na Bahia. Concluindo os seus estudos em 1725, retornou ao Recife onde dedicou-se à vida religiosa de pregador. Seu primeiro sermão, de que se conservou registro, data de 1730 na Capela da Boa Viagem, na praia da Candelária, freguesia do Jaboatão.

E grande a relação dos seus sermões que vieram a alcançar as honras do prelo, alguns deles desconhecidos por bibliógrafos como Rubens Borba de Moraes, Sacramento Blake e o próprio Inocêncio Francisco da Silva Na "Coleção da Miscelânea" da Universidade de Coimbra (Portugal), pode-se encontrar vários deles não relacionados nas obras dos bibliógrafos citados. O seu mais importante trabalho em vida é o *Orbe Seráfico Novo Brasilico*, editado em Lisboa em 1761, na oficina de Antônio Vicente da Silva.

Na elaboração de sua obra, Jaboatão consultou toda a bibliografia existente até pouco antes de 1758, num total de cerca de trinta títulos. Mas não foi só um compilador de fontes impressas, trabalhou ativamente em fontes manuscritas recolhidas de vários arquivos públicos e religiosos de Pernambuco, da Bahia, da Paraíba, de Sergipe. Consultou exaustivamente o Cartório da Província Franciscana em Salvador, bem como os Livros de Tombo dos Mosteiros Beneditinos de Olinda e da Bahia, da Câmara Municipal de Salvador, o Livro de Acórdãos da Misericórdia de Olinda, os arquivos dos Conventos Franciscanos da Paraíba, de Ipojuca e um manuscrito da *História do Brasil* do frei Vicente do Salvador, somente impressa em 1889, além de outros papéis, bem como depoimentos de confrades franciscanos. Sobre as suas pesquisas com base na história oral, esclarece: "a nossa obrigação é escrever não só o que dizem os assentos dos Arquivos da Província, mas também o que ouvimos por tradição dos velhos e antigos Padres dela, que é outro modo de arquivo, a que se deve a mesma fé e crédito" (II p. 342); e às vezes oferece o seu próprio depoimento (II, p. 387).

Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão revela-se, assim, o mais erudito historiador do século XVIII, reunindo em seu *Orbe seráfico novo brasilico* (1761) e no seu *Novo orbe seráfico brasilico* (1858), um dos mais importantes documentários sobre a vida religiosa do Brasil, no período que vai de 1500 até o início da segunda metade do setecentos.

A obra de Jaboatão só veio a ter sua publicação concluída em 1858, numa edição do Instituto Histórico Brasileiro que reúne os dois primeiros volumes da primeira edição de 1761 e a continuação de sua obra, até então inédita, chamada de "Parte Segunda": *Novo orbe seráfico brasilico, ou Chronica dos frades menores da Província do Brasil, por Fr. Antonio de*

Santa Maria Jaboatam. Impressa em Lisboa em 1761, e reimpressa por ordem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Typ. brasileira de Maximo Gomes Ribeiro, 1858. 5 v.1.685 p.

SÉCULO XIX: OS VIAJANTES

O século XIX veio a ser chamado de "o século das luzes", tal o número de mudanças ocorridas no âmbito das relações políticas e sociais, bem como dos avanços tecnológicos e de toda uma transformação de costumes que surgiu com a revolução industrial.

As guerras napoleônicas, mudando a face da Europa e a conseqüente invasão de Portugal em 1807, obrigaram a família real portuguesa a se transferir para o Brasil. A decisão do príncipe regente Dom João (futuro Dom João VI) de transferir a capital do reino português para o Rio de Janeiro motivou a transmigração de cerca de 8.000 a 15.000 pessoas, entre adultos e crianças, responsáveis por mais da metade do capital circulante no Portugal continental. A cidade do Rio de Janeiro, por sua vez, foi tomada de um surto de progresso nunca visto, particularmente quando da elevação do Brasil à condição de Reino Unido em 1815. Logo ao aportar na Bahia, o príncipe regente determinou, pela Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, a abertura dos portos às nações amigas, o que veio proporcionar um grande impulso à economia brasileira, até então sujeita aos portos portugueses quando da importação e exportação de produtos.

O Brasil transformou-se assim num protetorado britânico e, sob essa condição, foram assinados, em 19 de fevereiro de 1810, Tratados de Comércio e Navegação e Aliança e Amizade com a Grã-Bretanha. A abertura dos portos e os conseqüentes tratados incentivaram a presença de estrangeiros na vida brasileira dando causa ao aparecimento de relatos de viajantes acerca dos habitantes, vida social, flora, fauna e aspectos outros que precederam e sucederam a independência da antiga colônia.

Os relatos desses viajantes já aparecem na bibliografia sobre o Brasil desde os primeiros anos que sucederam os descobrimentos, a exemplo das obras escritas por Hans Staden (1557) e Jean de Léry (1574), seguindo-se das descrições de Roulox Baro (1651), de Ambrosius Richshoffer, com *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais* (1677), das cartas de Mrs. Kindersley (1777) e das aventuras do James George Semple Lisle (1799), só para citar alguns que antecederam ao século XIX. Com a abertura dos portos e o conseqüente incremento da navegação, a presença desses viajantes tornou-

se mais amiúde. Suas narrativas, reunidas em livros impressos em várias línguas, com sucessivas edições, passaram a ser disputadas pelo público leitor ávido por descrições de povos e costumes exóticos.

Rubens Borba de Moraes, in *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* (op. cit. p. 592-627), enumera 266 viajantes, com as respectivas fichas de suas obras que escreveram sobre a terra e gente do Brasil, situando-os em sua maioria no século XIX. Suas obras transformaram-se em verdadeiros acontecimentos, como foi o caso de John Mawe, mineralogista inglês, o primeiro com permissão do príncipe regente para viajar pelo interior das Minas Gerais, alcançou grande sucesso com o seu livro *Travels in the interior of Brazil etc* (London: Longman, 1812. 366 p. il. com estampas e mapas coloridos), que em oito anos teve o seu livro impresso em nove edições, em cinco diferentes línguas, tendo sido publicado na Grã-Bretanha, Estados Unidos, Suécia, Alemanha, Rússia, Itália, Portugal e Brasil.

O mais conhecido desses viajantes que visitaram o Brasil na primeira década do século XIX, ao que parece, foi Henry Koster autor do livro *Travels in Brazil* (London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1816. 501 p. il. com dois mapas e oito cromolitografias). Seu livro teve uma segunda edição em inglês a cargo do mesmo editor (London: Longman, 1817. 2 v. 406 e 380 p.), uma terceira publicada nos Estados Unidos (Philadelphia: M. Carey & Son, 1817. 2 v. 340 e 323 p.), uma em alemão (*Reisen in Brasilien*. Weimar, 1817. 624 p.), duas outras em francês (Paris: Chez Delaunay Librairie, 1818. 2 v. e Paris: Libr. Universelle, 1846. 2 v.); sua obra foi traduzida para o português inicialmente por Antônio C. de A. Pimentel, que a publicou em capítulos na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, nº 51 ao 150 (1898-1933), e, em edição autônoma, por Luiz da Câmara Cascudo, sob o título *Viagens ao Nordeste do Brasil* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1942. 596 p. (Brasiliana; 221); em 1978 foi publicada, no Recife, uma segunda edição de *Viagens ao Nordeste do Brasil*, segundo tradução, notas e prefácio de Luiz da Câmara Cascudo.²⁶

Chegado ao Recife em 7 de dezembro de 1809, Henry Koster, então com 25 anos, viera em busca de um clima tropical para cura de sua tuberculose. Sentindo as melhoras, já em outubro de 1810 parte em viagem a cavalo com destino à Paraíba; de lá, resolve estender a sua cavalgada até a capital do Ceará,

(26) KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 2. ed. Prefácio e tradução de Luiz da Câmara Cascudo. Recife: SEC: Departamento de Cultura., 1978. 480 p. il. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 17). Inclui cromolitografias e mapas da 1. ed Londres, 1816.

Fortaleza, onde chegou a 4 de dezembro e já a 11 de fevereiro de 1811 inicia seu regresso ao Recife. Logo inicia uma nova viagem em 25 do mesmo mês, desta vez por mar, ao Maranhão e dali regressa, a 8 de abril, à Inglaterra. Em 27 de dezembro do mesmo ano já estava de volta ao Recife, iniciando daí uma viagem ao sertão de Pernambuco, em companhia do capitão-mor de Bom Jardim, e em abril de 1812 se transforma em agricultor (*senhor de engenho*), com o arrendamento do engenho Jaguaribe, na ilha de Itamaracá, transferindo-se em 1813 para o engenho Amparo. Era um inglês aclimatado aos trópicos preferindo ser tratado por *Henrique da Costa* e surpreendendo a todos com o seu excelente português.

Retornando à Inglaterra no início de 1815, resolve escrever o seu livro clássico no qual revelou-se, no dizer de Alfredo de Carvalho, "observador simpático da terra em que veio buscar a saúde, crítico tolerante das gentes entre as quais viveu, e narrador consciencioso de tudo quanto presenciou".

O livro de Koster veio a ser dedicado a Robert Southey, "o poeta laureado da Inglaterra", possuidor da preciosa biblioteca de 14.000 volumes da qual ele se valera em suas consultas e autor do clássico *History of the Brazil* 3 v. impresso na mesma editora inglesa entre 1810-1819. Southey foi um dos primeiros a elogiar a obra de Koster, em artigo publicado na *Quarterly Review* (XVI nº 32, janeiro de 1817. p. 344-387. Seguindo-se a este, outros mais exaltaram o seu livro de viagens: o ensaísta John Foster, na *Eclectic Review*, diz ser a sua "obra de mérito considerável, tanto pelas informações que encerra quanto pelos princípios de justiça e de humanidade que ajuda a confirmar"; *Augustan Review*, dezembro de 1816; *European Magazine*, de janeiro de 1817; James Henderson, in *The History of the Brazil etc.* (Londres: Longman, 1821), que o conheceu nos seus últimos dias, em fins de dezembro de 1819, diz ser ele mundialmente conhecido pelo seu trabalho sobre o Nordeste do Brasil. Observa Alfredo de Carvalho que "cinquenta e três anos depois, o famoso Richard Burton chamava ao autor - *the accurate Koster* - sua obra *The highlands of the Brazil* (London: Tinsley Brothers, 1869) e diversas edições, reimpressões e traduções atestam o justo apreço que a sua obra alcançou"²⁷.

Para Luiz da Câmara Cascudo, "nenhum dos grandes viajantes e naturalistas que visitam o Brasil no século XIX deixa de citar Koster com distinção destacada, endossando observações ou dispensando averiguações desde que o inglês, feito agricultor pernambucano, registrara Southey utiliza-o abundantemente no terceiro volume de sua *History of the Brazil* (1816). Sem

(27) CARVALHO, Alfredo de. *Biblioteca Exótico-Brasileira*. v. III. Rio de Janeiro, 1930. p. 104-108.

ele Tollenare escreveria menos. Saint Hilaire, cioso das análises feitas pelos outros exploradores, informa, seca mas serenamente, que 'Koster descreveu bem as regiões que viu...'. Henderson, visitando-o, dera-lhe nomes que explicavam o justo renome. Koster já não era o inglês tuberculoso, pequeno comerciante que procura viver mais um pouco no clima tropical do Brasil, mas *a gentleman known to the literary world by the publication of his travels in the northern part of the Brazil*".²⁸

Ao concluir o seu livro, pensava ele não mais retornar ao Brasil. Em 1816, sentindo que a tuberculose recrudescera, retorna a Pernambuco, onde assiste à eclosão da Revolução Republicana de 1817, da qual era simpatizante e tinha ligações afetivas com os seus principais líderes intelectuais. Reprimida a República Pernambucana, pelas tropas legalistas da coroa portuguesa, transfere-se do Recife para Goiana, em busca de melhoras para a sua saúde, retornando em fins de 1819 (Henderson) vindo a falecer em princípios de 1820, sendo sepultado em local não identificável no Cemitério dos Ingleses do Recife.

Outros viajantes se seguem a Henry Koster, como Auguste François César de Saint-Hilaire, que vindo para o Brasil em 1816, onde percorreu as províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, a Cisplatina e as Missões do Paraguai, só retornou à França em 1822 e passa o resto de sua vida catalogando o material botânico recolhido e escrevendo os seus livros de viagens. Além de *Plantes usuelles des Brésiliens* (Paris: Grimbart, 1824), *Histoire des plantes les plus remarquables du Brésil et du Paraguay etc.* (Paris: chez A. Belin, 1824) e *Flora Brasiliae Meridionalis* (Paris: apud A. Belin, 1825), escreveu ele sete outros livros sobre as suas viagens, verdadeiros clássicos para o conhecimento das comunidades do sul do Brasil, no período que antecede a Independência (1822).

Como a complementar as narrativas de Koster, o comerciante francês de algodão Louis François de Tollenare escreve, entre 1816 e 1818, um diário durante o tempo em que permaneceu em Pernambuco e na Bahia, onde trata de importantes aspectos da vida social e política, com apreciações importantes sobre usos, costumes, festas populares, movimentos políticos, escravidão, economia, pintando com maestria a sociedade de então. O original do documento encontrava-se depositado na Bibliothèquede Sainte-Geneviève

(28) CASCUDO, Luiz da Câmara. in KOSTER (op. cit.). 2. ed. Prefácio. p.19.

(Paris) tendo sido traduzido, nas partes referentes a Pernambuco e Bahia, por Alfredo de Carvalho que as fez publicar, sob o título de *Notas Dominicais*, nas Revistas do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (Salvador, 1907 v. 14.) e do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (Recife, 1904. v. 61). Deste último, com a "parte relativa a Pernambuco" e introdução de Oliveira Lima, foi tirada uma separata de 300 exemplares, Recife: Empresa Jornal do Recife, 1905. 261 p.²⁹. O manuscrito de L. F. de Tollenare só veio a ser publicado em sua íntegra por Leon Bourdon, sob o título *Notes dominicales Prisse pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818*. Paris: Press Universitaire de France, 1971-73. 3 v. il.

Os viajantes tomavam parte na vida brasileira, convivendo nas ruas com as mais diferentes camadas da população, freqüentando salões e até parlamentando com revoltosos separatistas, inimigos do governo português, como foi o caso de Maria Graham (1785-1842). Chegando às costas de Pernambuco em 21 de setembro de 1821, a bordo da fragata *Doris*, da Real Marinha Inglesa, comandada por seu marido, capitão Thomas Graham, em viagem para o Chile, encontrou a província em plena revolução que tinha por objetivo a deposição do governador português Luiz do Rego Barreto. Isso não impediu que esta senhora inglesa convivesse tanto nos salões do palácio do governador como no acampamento dos revoltosos, localizado acerca de quinze quilômetros, na povoação do Beberibe, transformando-se em testemunha ocular do movimento que culminou com a separação daquela província da suserania portuguesa pela capitulação de 5 de outubro de 1821. No seu retorno ao Chile, onde veio a falecer o seu marido, Maria Graham foi convidada pelo Imperador Dom Pedro I, quando de sua passagem pelo Rio de Janeiro, a exercer as funções de educadora da futura Rainha de Portugal, D. Maria da Glória, então com cinco anos de idade, o que lhe fez retornar ao Brasil. Nesta mesma viagem, em passagem por Pernambuco, encontrou novamente a província em armas, com o seu porto bloqueado pela armada real comandada por Lord Cochrane. Na ocasião serviu ela de intermediadora entre os revoltosos da Confederação do Equador de 1824, chefiados por Manuel de Carvalho Paes de Andrade que

(29) TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais*. Tradução de Alfredo de Carvalho. apresentação de José Antônio Gonsalves de Mello. prefácio de Oliveira Lima. 3. ed. Recife: SEC. Departamento de Cultura, 1978. 294 p. il. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 16). "Notas" sobre Pernambuco e sobre a Bahia. Inclui desenhos do autor relativos a Pernambuco e à Bahia publicados na edição de Leon Bourdon, *Notes dominicales*. Paris: Press Universitaire de France, 1971-73. 3 v.

ela havia conhecido quando de sua primeira passagem pelo Recife em 1821, e o Lord Cochrane, comandante inglês a serviço de Dom Pedro I com quem travara amizade no Chile.³⁰

Já na Inglaterra, publicou *Jornal of a voyage lo Brazil and residence the during the years 1821, 1822, 1823, by Maria Grabam*. London: Longman, 1824. 324 p. il. Deixou ela um volume anotado depois adquirido por Oliveira Lima que, em artigo na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano* v. 12, 1906, "Mrs. Graham e a Confederação do Equador", também publicado n' *O Estado S. Paulo*, em 27 de novembro do mesmo ano, trata desses acréscimos da autora para uma segunda edição. As anotações de Maria Graham aparecem na edição de língua portuguesa, *Diario de uma viagem ao Brasil* Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia Editora da Universidade de São Paulo, 1990. 425 p. il.

James Henderson (1783-1848), viajante e diplomata inglês que esteve no Brasil de 1819 a 1821, deixa interessante estudo com base na Corografia Brasileira de Ayres Casal (1817), sob o título *History Brazil: comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants* London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brow, 1821. 28 litografias e dois mapas.

Também em imagens, além das ilustrações contidas nas obras de alguns viajantes a exemplo de Koster, Maria Graham e Henderson, o panorama da vida brasileira serviu de tema às 151 cromolitografias de Jean Baptiste Debret (1768-1848), artista francês que viveu no Brasil de 1816 a 1831, que as reuniu em *Voyage pittoresque el historique au Brésil* Paris: Firmin Didot frères, 1834-39. 3 v. A tradução em língua portuguesa é de Sérgio Milliet (1898-1966), com várias edições: *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Ed. da Universidade de São Paulo, 1989. 3 v. As pranchas litográficas eram acrescidas de cuidadosas notas descritivas com informações sobre tipos da população, inclusive negros das várias nações africanas e índios das várias tribos, ofícios, instituições, relações familiares, costumes, festas religiosas e profanas, num panorama sem precedentes retratando a vida do Brasil do início do século XIX. As aquarelas e desenhos não constantes da primeira edição de Firmin Didot (1834) foram reproduzidos por R. de Castro Maia em edição datada de Paris, 1954, reunindo um total de 139 pranchas coloridas.

(30) ANJOS, João Alfredo dos. Viajantes ingleses no Nordeste do Brasil no século XIX. Apresentação do catálogo da exposição. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1991.

Outro viajante que pintou com cores firmes o Brasil de então foi Johan Moritz Rugendas (1802-1858), quando da publicação de in *Malerische reise in Brasilien*. Paris: Engelman & cie., 1835. 176 p. il.; edição também publicada em francês sob o título: *Voyage pittoresque dans le Brésil*, par Maurice Rugendas; traduit de l'allemand par Mr. de Golbery... Paris: Mulhouse, Engelman & Cie., 1853, reunindo 100 litografias e um texto explicativo da maior importância para o estudo das características físicas da população, em especial destaque das características físicas, hábitos e costumes das populações negra e índia, como também dos mulatos e demais mestiços que vieram formar aquilo que hoje chamamos de raça brasileira. A tradução em língua portuguesa é de Sérgio Milliet, *Viagem pitoresca através do Brasil* São Paulo: Liv. Martins Editora, 1940. 205 p. il, seguindo-se de várias reedições.

Dois cientistas alemães, Johan Baptist von Spix e Karl Friedrich Philip von Martius, realizaram uma grande viagem pelo interior do Brasil, entre 1817 e 1820, percorrendo as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, seguindo através do Rio São Francisco por Minas Gerais e Bahia, chegando ao porto de Juazeiro, ingressando assim pelo Sertão de Pernambuco, adentrando-se pelo Piauí e Maranhão, anotando e desenvolvendo observações de grande importância para o conhecimento das populações rurais do início do século XIX, tendo publicado *Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majestät Maximilian Joseph I etc.* München: Gerdruckt bei M.. Lindauer, 1823. 3 v. il.; seguindo-se de edições outras, inclusive a edição inglesa de H. E. Lloyd, *Travel in Brazil 1817-1820*. 2 v. Londres: Longman & Co., 1824. A tradução em língua portuguesa é de Lúcia Furquim Lahmeyer, com notas de Basílio de Magalhães, *Viagem pelo Brasil* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. 2 v.

INDEPENDÊNCIA E PRIMEIRO REINADO

Enquanto os viajantes registravam aspectos da vida dos habitantes do Brasil naquele início de século, surgiu a necessidade de uma crônica histórica, de modo a documentar para as gerações futuras os acontecimentos vividos naquele momento transitório entre a colônia e o império.

Com o retorno de Dom João VI a Portugal, em 26 de abril de 1821, ficou no Rio de Janeiro o seu filho, que, em 7 de setembro de 1822, viria proclamar a Independência do Brasil e ostentar o título de Dom Pedro I. Abdicando o trono em favor do seu filho, em 1831 vem ele, após derrotar o seu irmão Dom Miguel, proclamar-se Dom Pedro IV de Portugal.

Por essa época a bibliografia histórica brasileira já contava com obras de valor, como a do erudito inglês Robert Southey - *History of Brazil* London: Longman, Hurst Rees, and Orne, Paternoster-row, 1810-19. 3 v.. 2.382 p. -, depois publicada em português: *Hislória do Brasil traduzida do inglês de Robert Southey pelo Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro e anotada pelo cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro*. Rio de Janeiro: B. L. Gamier, 1862. 6 v. 3.011 p.

Segundo José Honório Rodrigues, in *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* (op. cit. p. 54C), foi ele o primeiro a escrever uma história do Brasil consultando para isso livros e folhetos holandeses. "Ele não consultou documentos portugueses da Torre do Tombo e da biblioteca de Évora, mas as pesquisas históricas realizadas em outras fontes portuguesas, francesas e holandesas e a fidelidade histórica com que escreveu sua obra tornam-na de consulta indispensável". Oliveira Lima, em artigo publicado na *Revisla do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 68 p. II, 1907, 233-252, considera a sua obra "como a mais conscienciosa, detalhada e exata antes de Varnhagen, a mais literária, formosa e cativante mesmo depois de Varnhagen".

Mas fazia-se necessário um cronista oficial, que viesse a contar como testemunha dos fatos, as ocorrências daqueles dias. É desta época a obra pouco conhecida de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, que escreveu *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil, dedicada ao senhor D. Pedro I.*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional e Imperial, 1826-30. 4. v. 1006 p. Esta obra, ignorada por grande parte dos historiadores e dicionários bibliográficos, foi, segundo Sacramento Blake³¹, escrita em 1825 por incumbência do próprio imperador, Dom Pedro I, sendo o seu autor, nascido na Bahia em 16 de julho de 1756 e falecido no Rio de Janeiro em 20 de agosto de 1835, dispensado do trabalho e dos seus despachos nos tribunais a que pertencia, além de contar com o concurso de dois grandes auxiliares, Frei Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio e Domingos Alves Branco Moniz Barreto, tendo ao seu dispor toda a documentação do governo imperial.

Desta época é também a obra do comerciante inglês, residente no Rio de Janeiro, John Armitage, *The History of Brazil, from the period of the arrival of the Braganza family in 1808 to the abdicalions of Don Pedro the First in 1831. Compiled from stale documents and other original sources Forming a continuation lo Southey's history of that country*. London: Smith, Elder and co., 1836. 2 v. 688 p., em cujo título se anuncia como continuador de

(31) BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliografico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. 7 v.

Robert Southey. Existe uma tradução para o português de Joaquim Teixeira Macedo, sendo publicada sob o título: *História do Brasil desde a chegada da Real Família de Bragança em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Vileuneuve, 1837, 340 p., seguindo-se de uma segunda edição (São Paulo: s. ed., 1914) e de uma terceira (Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943). Segundo Rubem Borba de Moraes (op. cit), trata-se de "obra de grande importância para o estudo da época. Recomendável sobretudo pela exatidão dos informes e julgamento de certas personagens. O autor, comerciante no Rio de Janeiro, foi testemunha de muitos dos acontecimentos de que se ocupa e figurou no círculo de amigos de Evaristo da Veiga, um dos homens mais influentes do (seu) tempo".

A história oficial ganha dimensão com a obra de Francisco Adolpho de Varnhagen, Barão depois Visconde de Porto Seguro, que, nascido em Sorocaba (São Paulo) em 17 de janeiro de 1816 e falecido em Viena a 29 de junho de 1878; vem a ser, talvez, o mais importante historiador brasileiro. Simpatizante da monarquia portuguesa, admirador do Imperador Dom Pedro II, foi no entanto um devotado aos estudos históricos, unindo a sua caneira diplomática a de pesquisador incansável, desbravador que foi dos arquivos portugueses, espanhóis, holandeses e ingleses. Das suas pesquisas revelou obras até então desconhecidas, em sua maioria apontadas por Rubens Borba de Moraes, in *Bibliographia Brasiliana - A bibliographical essay on rare books about Brazil published from 1500 to 1900 and works of Brazilian authors published abroad before the Independence of Brazil in 1822*. Amsterdam / Rio de Janeiro: Colibris Editora, 1958. 2 v. il.³²

Foi Varnhagen o mais importante historiador brasileiro, autor da obra clássica *Historia Geral do Brasil etc.*, obra de consulta obrigatória, hoje com nove edições, cuja primeira edição foi produzida no Rio de Janeiro, por E. e H. Laemmert, rua da Quitanda, em dois volumes (1854 e 1857), formato 22 x 15 cm., 1.040 p. - no verso da folha de rosto do primeiro volume aparece a inscrição: "Madrid. 1854. Imprensa da V. de Dominguez". No segundo volume, datado de 1857, vem impressa a dedicatória "a sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II", figurando no verso: "Madrid. Imprensa de J. del Rio", trazendo 12 estampas gravadas por Lemaître, conforme modelos publicados dos Gaspar Barlaeus, Debret, Martius, dentre outros.

(32) MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia brasiliana etc.* 2ª ed Revised and enlarged edition UCLA Latin American Center Publications. University of California, Los Angeles. Livraria Kosmos Editora, Rio de Janeiro [1983]. Prefácio de Ludwig Lauerhass, Jr. 2 v. il.

Na segunda edição de sua obra, Varnhagen não somente modifica o título, como também faz uma série de correções em fatos e conceitos emitidos quando da publicação da primeira, assim denominando-a: *Historia Geral do Brazil, antes da separação e independência de Portugal pelo Visconde de Porto Seguro natural de Sorocaba 2ª edição muito augmentada e melhorada pelo autor*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert [1876]. Com 30 estampas, gravadas por Lemaître. 2 v. 1.824 p. No verso da folha de rosto, se lê: "Viena: imprensa do filho de Carlos Gerald". A terceira edição integral da obra de Francisco Adolpho de Varnhagen, organizada por Rodolfo Garcia, com estudos [1º e 3º tomos] e notas de Capistrano de Abreu, é a melhor de todas elas (São Paulo: Edições Melhoramentos, 1927-36. 5 v. il.), servindo de modelo para as demais que se seguiram; atualmente na 9ª ed.³³ A obra descreve de maneira sistemática, apoiada em documentação recolhida por seu autor nos mais diversos arquivos, a evolução histórica do Brasil do seu descobrimento por portugueses e espanhóis (1500) até sua independência (1822). Graças as notas de Rodolfo Garcia e Capistrano de Abreu (responsável pelas notas ao volume primeiro), com os esclarecimentos de fontes e de uma bibliografia de apoio, a obra se transformou num dos mais importantes tratados históricos da bibliografia brasileira, sendo fonte obrigatória de pesquisa e consulta para todos os interessados pelos diversos temas por ela tratados nos seus cinco volumes.

Francisco Adolpho de Varnhagen dera início a chamada historiografia científica, escrita com base em documentos e, o tanto possível, isenta das paixões momentâneas. O período colonial por ele exposto foi, depois, também estudado por outros nomes, dentre os quais João Capistrano de Abreu (1853-1927). Natural do Ceará, Capistrano de Abreu faz sua estréia nos estudos históricos quando da publicação de *O Brasil no século XVI. Estudos I. A armada de Nuno Manoel* Rio de Janeiro, 1880 (s. ed.) 79 p.; seguindo-se de *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimenlo no século XVI*. Rio de Janeiro, 1883 (s. ed.) 101 p. Publicado como tese de concurso, o livro vem a ter uma nova edição em 1929, patrocinada pela Sociedade Capistrano de Abreu que publicou o texto original acrescido de outros trabalhos do autor sobre o mesmo tema: *O descobrimento do Brasil* Rio de Janeiro, 1929. 349 p.

O seu mais notável trabalho foi por ele denominado de *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. Rio de Janeiro, 1907. Nele o autor esboça alguns temas que ainda hoje despertam o interesse dos estudiosos, como sejam: Antecedentes indígenas; Fatores exóticos; Os descobridores;

(33) VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975. 5 v. il. 8ª ed (9ª ed. do v,1) 1.776 p.

Primeiros conflitos; Capitanias hereditárias; Capitanias da Coroa; Franceses e espanhóis; Guerras flamengas; O sertão; Formação dos limites; Três séculos depois. A obra teve uma edição definitiva (4ª ed.) em 1954, com apresentação, revisão e notas a cargo de José Honório Rodrigues; seguindo-se de duas outras reproduções.³⁴

Sobre o historiador cearense, José Honório Rodrigues encerra a sua apresentação fazendo o seguinte comentário: "claridade e crítica, sobriedade e competência, probidade e erudição completam e formam as qualidades do seu espírito, deste e de outros trabalhos. Não importam os grossos volumes; devemos fixar-nos não só no que Capistrano realizou como historiador, mas no que aspirava realizar, o que queria, o que postulava. É na novidade deste princípio e na estranha energia com que soube mantê-lo que reside seu mérito essencial e incomparável. Animado de patriotismo, 'amo, admiro o Brasil e espero dele', Capistrano foi a mais lúcida consciência da historiografia brasileira".

O SEGUNDO REINADO

Com a abdicação de Dom Pedro I (Dom Pedro IV de Portugal) ao trono do Império do Brasil em favor de seu filho primogênito, Dom Pedro de Alcântara, em 7 de abril de 1831, teve início o período da Regência que se conclui com a proclamação da maioridade do príncipe e sua sagração como segundo imperador do Brasil, em 18 de junho de 1841.

Com Dom Pedro II tem início o Segundo Reinado, que se prolonga até 1889, quando é proclamada a República no Brasil. O período é magnificamente estudado por Manoel de Oliveira Lima, que, nascido no Recife em 25 de dezembro de 1867 e falecido como embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Washington (DC), em 24 de março de 1928, vem a ter papel relevante na bibliografia histórica brasileira. Sua estréia nas letras se dá quando da publicação de *Pernambuco seu desenvolvimento histórico*. Leipzig. F. A. Brockhaus, 1895. 358 p. il³⁵ Iniciou Oliveira Lima a chamada história comparativa, traçando paralelos entre os acontecimentos de sua província natal e os da história

(34) ABREU, João Capistrano de. Capítulos de historial colonial 1500-1800. Prefácio de José Honório Rodrigues. 6. ed. revista e anotada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976. XL, 258 p.

(35) Esta obra teve duas edições fac-similares; Recife: SEC - Departamento de Cultura 1975. (Coleção pernambucana, v. 1); Recife: FUNDA1- Editora Massangana 1997. (Série descobrimentos, v. 9)

universal - "Em todos procurei os fatos pernambucanos, dos quais tentei explicar a significação, relacionando-os com os acontecimentos do Velho Mundo, de que eles foram efeito ou reflexo" ... (*Memórias*). Sua obra clássica, fundamental para o estudo do período vivido pela corte portuguesa no Brasil (1809-1821), tem por título *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1902. 2 v. il. Trata-se de um dos melhores trabalhos da historiografia brasileira, uma verdadeira revisão histórica da figura de Dom João VI que, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, veio buscar refúgio no Brasil provocando uma verdadeira reviravolta na vida e na história da outrora América Portuguesa.

Seguem-se outros trabalhos que o consagraram como o melhor historiador a escrever sobre o Brasil do século XIX, obras de mais alta importância para o entendimento de tão conturbado período, transformadas em leituras obrigatórias e de fundamental interesse para os estudos sociais: *O movimento de independência*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922. 380p.; *O reconhecimento do Império: história diplomática do Brasil*. Paris-Rio: Garnier, 1901. 376p.; *O império brasileiro*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1927. 252p. - Este último trata-se de uma síntese histórica do período imperial, no qual o seu autor fixa alguns aspectos da vida brasileira, entre 1822 e 1889, "situando-se não apenas na narrativa dos fatos mas, por vezes, interpretando-os de modo a oferecer ao leitor uma síntese histórica da monarquia no Brasil".³⁶

Dentre muitas obras escritas por Oliveira Lima, destaca-se a série de conferências pronunciadas na Sorbonne, em 1911, depois reunidas em livro sob o título *Formation historique de la nationalité brésilienne*. Paris: Librairie Garnier Frères, 1911. 260p. Prefácios de M. E. Martinenche e José Veríssimo. A edição francesa foi traduzida para o espanhol por Carlos Pereyra (Madrid: Editorial América, 1918. 278p.) e posteriormente para o português: *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Prefácios de Gilberto Freyre, M. E. Martinenche e José Veríssimo. Tradução de Aurélio Domingues. Rio de Janeiro: Cia. Editora Leitura, 1944. 261p.

AINDA VIAJANTES

Os viajantes, como já tivemos ocasião de fazer referência, continuaram a ser os grandes cronistas da vida brasileira, traçando em suas obras aspectos preciosos da terra e da gente nem sempre observados pelos cronistas e historiadores nacionais.

(36) MORAES, Rubens Borba. op. cit. p. 427.

O norte-americano Daniel Parish Kidder foi um desses viajantes que, nascido em Derien N. Y. em 1815 e falecido em Evanston, Illinois, chegou ao Brasil em 1837, como missionário metodista a serviço da Sociedade Bíblica Americana. No Brasil estabeleceu-se por longo tempo, viajando pelas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo e províncias do Norte, o bastante para escrever *Sketches of residence and travels in Brazil, embracing historical and geographical notices of the Empire and its several provinces* London: Wiley & Putman, 1845. 2 v. 369 p. + 404 p. il. com 32 litografias. Em parceria com o também missionário J. C. Fletcher, que residiu no Brasil entre 1851 e 1865, veio a publicar um dos maiores clássicos da crônica literária dos viajantes, citado obrigatoriamente por todos os autores norte-americanos que escreveram sobre o Brasil na segunda metade do século XIX: *Brazil and the brazilians, portrayed in historical and descriptive sketches* Philadelphia; Childs & Peterson, 1857. 630 p. il. com 150 litografias, que veio a ser objeto de dezenas de reedições. No Brasil as duas obras foram traduzidas por Moacir N. Vasconcelos e Elias Dolianti, sendo publicadas sob os títulos: *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil* São Paulo: Martins, 1940-43, e *O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941. 2 v. Brasileira, v. 205.

Outro viajante de sucesso foi George Gardner (1812-1849), autor de *Travels in the interior of Brazil, principally through the northern provinces and the gold and diamond districts, during the years 1836-1841*. London: Reeve, Brothers, 1846. 562 p. il.; dois anos depois traduzido para o alemão, *Reisen im inneren Brasiliens etc.* Dresden und Leipzig. Arnoldische Buchhandlung, 1848. Diretor do Jardim Botânico do Ceilão, o autor percorreu as províncias do Norte do Brasil e os distritos das minas de ouro e diamantes, recolhendo espécimens e fazendo importantes anotações sobre a paisagem e costumes. Em 1849, ano do seu falecimento, sua obra teve uma segunda edição em língua inglesa e, quase um século depois, foi traduzida para o português por Albertino Pinheiro e publicada dentro da série Brasileira (v. 223), *Viagens pelo Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942. 468 p.

O desenvolvimento do Brasil, na segunda metade do século XIX, é visto por William Hadfield, um secretário de uma companhia de navegação que visitando por diversas vezes os portos brasileiros, entre 1821 e 1876, nos proporciona uma visão do progresso e mudanças na vida urbana de então. No seu primeiro livro, *Brazil the River Plate, and the Falkland Islands etc.* London: Longman, Brown, Green, and Longmans, 1854. 384 p. il., ele diz ser residente no Brasil há muitos anos, traçando importantes aspectos da cidade do Recife em 1821 e comparando-a com a de então (p. 103). Graças ao sucesso

obtido com a primeira edição, o autor fez publicar novas edições do seu livro, narrando suas observações entre 1853 e 1868, *Brazil and the River Plate*. London: Bates, Henry and Co., 1869. 271 p. il.; seguindo-se de outra edição com o mesmo título trazendo anotações das viagens entre 1870-76 (London: Ed. Stanford, 1877. 327 p. il.), de grande interesse para historiografia brasileira no segundo reinado. Não existe ainda a tradução em língua portuguesa.

O consagrado explorador inglês, Sir Richard Francis Burton (1821-1893) que em memorável expedição descobriu as nascentes do Rio Nilo e autor de mais de 50 livros, inclusive as traduções para a língua inglesa de *as Mil e uma noites* e *Os Lusíadas*, transferiu-se para o Brasil em 1865, na qualidade de cônsul britânico em Santos (São Paulo). Em 1867 recebeu permissão do seu governo para uma viagem de reconhecimento através do Rio São Francisco, chamado por ele de o "Mississipi brasileiro", tendo para isso cruzado as províncias do Rio de Janeiro e, no trecho do curso do grande rio, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Alagoas, onde encerrou sua viagem no porto de Penedo. As suas observações constam do livro, *Highlands of the Brazil* London: Tinsley brothers, 1869. 2 v. il.. O seu precioso livro veio a ser traduzido para o português por Américo Jacobina Lacombe, *Viagem aos planaltos do Brasil*, mas sua edição integral em três volumes, inexplicavelmente, levou 42 anos para ser publicada pela Companhia. Editora Nacional, dentro da série Brasiliana: v. 197 (1941), v. 375 e 376 (1983). A obra encontra-se assim dividida: *Do Rio de Janeiro a Morro Velho* (v. 1); *Minas e os mineiros* (v. 2) e *O Rio São Francisco* (v. 3).

A visão econômica do Brasil, entre 1868 e 1873, numa viagem pelo interior do Brasil, através do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Maranhão, rios São Francisco e Tocantins, nos é trazida pelo engenheiro James W. Wells, engenheiro ferroviário, autor do livro *Three thousand miles through Brazil from Rio de Janeiro to Maranhão etc.* London: Sampson Low, Marston, Seale & Rivington, 1886. 2 v. il., que mereceu a seguinte observação de Gilberto Freyre, in *Inglêses no Brasil* p. 65: "seu livro rivaliza com o de Bigg-Wither e excede o de Dent em agudeza de observação e riqueza de informação sobre o Brasil do tempo de D. Pedro II". Não existe tradução para o português.

A visão da Amazônia veio despertar a atenção dos leitores norte-americanos, quando da publicação do livro do casal Elizabeth Cary e Louis Agassiz (1807-1873), *A journey in Brazil* Boston: Ticknor and Fields, 1868. 540 p. il. Trata-se da narrativa da famosa *Thayer expedition* (1865-66), que viajou do Rio de Janeiro para o norte chegando à Amazônia, dirigida pelo naturalista suíço-americano Louis Agassiz, professor em Cambridge e Harvard, que logo conquistou o público leitor dos Estados Unidos. O seu sucesso editorial

proporcionou uma bela edição ilustrada em francês - *Voyage au Brésil*. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie., 1869. 532 p. il. com 54 xilogravuras e três mapas -, seguindo-se de duas edições espanhol - *Viage al Brasil por Agassiz su esposa*. Barcelona: Tipo-Lithográfico de F. Nascente, 1890 e 1892. No Brasil a obra foi traduzida para o português por Edgard Süsskind de Mendonça: *Viagem ao Brasil, 1865-1866* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1937. 654 p. Brasileira, v. 95.

Enquadrado nesta série de viajantes podemos situar o jornalista Max Leclerc, correspondente francês mandado ao Brasil pelo *Journal des Débats* após a proclamação da República em 1889, que transformou sua correspondência em excelente material de observação sobre a vida do país naquele final de século, reunindo-a no livro *Letres du Brésil* Paris: Librairie Plon, 1890. 268 p. Nos capítulos daquela edição, o autor trata de forma apaixonada dos assuntos de interesse em sua missão: A Revolução; O início da República; A vida no Rio de Janeiro; São Paulo e os paulistas; Usos e costumes; As instituições; Questões econômicas. Sua obra foi traduzida e anotada para o português por Sérgio Milliet: *Cartas do Brasil*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1942. 190 p. Brasileira, v. 215.

ABOLICIONISMO E REPÚBLICA

No âmbito das idéias, o mais importante livro publicado na segunda metade do século XIX tem a assinatura de Joaquim Nabuco: *O Abolicionismo*. Londres: Typ. Abraham Kingdon e Ca., 1883. 256 p. A obra transformou-se em verdadeiro catecismo onde estava exposta, por aquele que pelas suas lutas em favor da abolição veio a ser o *Patrono da raça negra*, o ideário do movimento Abolicionista. De maneira magistral o autor escreve sobre os primórdios da escravidão negra, o tráfico de africanos para as Américas, legalidade da escravidão e sua influência sobre a nacionalidade, bem como da necessidade e das conseqüências da abolição para o país. Trata-se ainda de livro da maior importância para o conhecimento da formação sócio-cultural do povo brasileiro, até a publicação de *Casa grande e Senzala*, por Gilberto Freyre, em 1933. Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo nasceu no Recife (Pernambuco), em 19 de agosto de 1849, e veio a falecer no posto de embaixador do Brasil nos Estados Unidos, em Washington (DC), 17 de janeiro de 1910, sendo autor de dezenas de livros e escritos, sobre a vida social no Brasil, *Um estadista do Império* (1896), e em favor da causa da abolição da escravatura negra, o que só veio acontecer em 13 de maio de 1888, além de outros sobre a república.

A proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, ao contrário do abolicionismo, não foi um movimento de características tão somente ideológicas, muito embora o ideário republicano já se fizesse presente nos movimentos revolucionários da República de Pernambuco de 1817 e da Confederação do Equador de 1824, além de outros que vieram acontecer durante o período do segundo reinado. Dissensões entre a Igreja Católica Romana, os militares e a monarquia, agravadas pelas intrigas entre os proprietários rurais, descontentes com o notório apoio da família real aos movimentos que culminaram com a abolição da escravidão, vieram contribuir para a necessidade do estabelecimento de um regime republicano, onde houvesse a descentralização do governo, uma maior autonomia das províncias e uma representatividade popular. Em 15 de novembro de 1889, uma revolta de oficiais do Exército, no Rio de Janeiro, contra o chefe do gabinete do Império, Visconde do Ouro Preto, terminou na deposição do Imperador Dom Pedro II e na transferência, dois dias depois, da família real para Portugal, pondo fim em 67 anos de monarquia no Brasil.

O ideário do Partido Republicano brasileiro foi exposto, meses antes da proclamação da República, por Antônio da Silva Jardim em conferência pronunciada no Rio de Janeiro e publicada no Recife, na qual critica o conceito de monarquia constitucional, clama pela liberdade de pensamento, de religião e de instrução; traça o panorama da situação brasileira, apontando o descontentamento das classes liberais e conservadoras e a incapacidade política do Imperador. No final do discurso o autor se insurge contra a idéia de um terceiro reinado e proclama a fatalidade e necessidade da instituição de um regime republicano - *A República no Brasil conferência realizada na cidade do Rio de Janeiro Recife: Tip. d' O Norte, 1889. 51 p.*

A crônica do episódio, por sua vez, ficou a cargo do comandante do Corpo de Polícia do Rio de Janeiro, Honório Lima, que recapitula os fatos ocorridos no dia 15 de novembro de 1889 e todas as medidas que teve oportunidade de providenciar nesse dia - *A verdade histórica dos fatos ocorridos no dia 15 de novembro de 1889 com o Corpo policial da provincia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Maia & Niemeyer, 1900. 57 p.*

Coube a Eduardo da Silva Prado traçar um libelo contra o novo regime, acusando o primeiro governo da República de simpatias norte-americanistas. Escrevendo em 1893, esclarece o autor não haver razões para imitar os Estados Unidos, "pois deles estamos separados pela índole, língua, história e tradição". Após analisar as relações norte-americanas com os países da América Latina, sob o ponto de vista político, econômico e moral, ocupan-do-se mais longamente das relações com o Brasil a partir de

1822, conclui que os fatos nada denunciam uma existência concreta de um congruamento das duas Américas nem de uma influência dos americanos do Norte na civilização do continente. - *A ilusão americana*. 2ª ed. Paris: A. Colin, 1895. 235 p.; 4ª ed. revista, com prefácio e estudo biográfico do autor, por Leopoldo de Freitas. São Paulo: Livraria e of. Magalhães, 1917. 264 p. - Segundo Rubens Borba de Moraes (op. cit. p. 485), a primeira edição desta obra foi suprimida e confiscada pelo governo republicano.

A análise histórico-social das correntes e dos fatos que levaram a implantação do regime republicano no Brasil foi estudada, de forma sucinta e didática, por José Francisco Oliveira Viana (1883-1951) que, a pedido do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro quando das comemorações do centenário de Dom Pedro, em 1925, escreveu *O ocaso do Império*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1925; existindo ainda uma 2ª ed.. São Paulo: Cia Melhoramentos, 1933; 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959; 4ª ed. Prefácio de Walter Costa Porto. Recife: FUNDAJ, Editora Massanga, 1990. 172 p. Série República, 13. Estuda o autor a evolução do ideal monárquico parlamentar, a partir da criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, em 1847, seguindo-se do movimento abolicionista, da gênese e evolução do ideal republicano, do papel das "forças políticas" e das forças militares na queda da monarquia e, finalmente, os últimos dias do Império.

Trinta e cinco anos após, em 1924, eis que o pensador Vicente Licínio Cardoso (1889-1931) tem a idéia de publicar uma coletânea de doze depoimentos de autores diversos, oriundos dos mais diferentes estados, nascidos com a República ou um pouco depois de sua proclamação - *À margem da história da República: ideais, crenças e afirmações*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1924; 3ª ed. revista e atualizada com apresentação de Potyguar Mattos. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. Série República, 12. Na folha de rosto da primeira edição, diz tratar-se de um "inquérito por escritores da geração nascida com a República: A. Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jonathas Serrano, José Antônio Nogueira., Nuno Pinheiro, Oliveira Vianna, Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira, Tristão de Athayde e Vicente Licínio Cardoso". Em seu depoimento, no final do livro, Vicente Licínio Cardoso conclui que "examinados, serena e severamente os acontecimentos que exigiram a instituição da República, força convir na verdade contida na asserção humilhante: a República não nos trouxe nenhum idealismo congênito. Consequência política da evolução social sob o ideal abolicionista, o novo regime fixou apenas na carta constitucional pequenas ideologias, sem deixar sequer esboçado o verdadeiro idealismo orgânico e construtor nacional".

Outros estudos de Vicente Licínio Cardoso foram reunidos, após o seu falecimento em 1931, no seu livro póstumo - *À margem da história do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933 (Brasiliana, 13). 246 p. -, no qual ele dedica grande parte (p. 121 a 215) à história política do segundo reinado, ao mesmo tempo que estuda os fundamentos da república no Brasil. Os capítulos foram publicados sob os títulos: "Rio São Francisco, rio sem história", "O rio São Francisco, base física da unidade do Império"; "À margem do domínio espanhol no Brasil", "Diogo Antônio Feijó, um fantasma no Segundo Império"; "À margem do Segundo Reinado"; além de três artigos sobre Euclides da Cunha.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TOPÔNIMO BATATAIS

Walter CARDOSO

1 - INTRODUÇÃO

Em texto descritivo básico dos municípios brasileiros (FERREIRA, 1958: Vol. XXVIII, p. 129), registra-se que:

"A origem do nome Batatais crê-se que seja oriunda das extensas plantações de batatas feitas pelos índios e descobertas, em gostosa surpresa, pelos primeiros habitantes.

Crê-se também que a origem seja tupi: MBOITATA (ou Baitata) - cobra de fogo, que na crença dos índios, era o gênio que protegia os campos contra os incêndios."

Não se pode dizer que tais crenças sejam totalmente destituídas de fundamento. Todavia, um exame de documentos, associado a uma revisão de fatos históricos, permitem a elaboração de uma terceira hipótese, acerca da origem desse, topônimo. É o que se passa a examinar, neste texto.

2 - AS "NOTÍCIAS" DE SILVA BRAGA

A partir de inícios do século XVIII, tornara-se por demais evidente a necessidade da elaboração de mapas do Brasil, onde as diversas longitudes fossem registradas, com a maior precisão possível. Por certo, os portugueses tinham consciência de que a Colônia do Sacramento, por eles estabelecida à margem esquerda do estuário do Prata, situava-se além da linha determinada pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Acrescente-se ainda as incursões que se faziam na Amazônia e penetrações do interior, estas sobretudo em busca de minas e assim compreender-se-á quão urgente se tornava a elaboração de um

novo tratado de fronteiras, o que veio a se fazer posteriormente em Madrid (1750). Urgia pois que se elaborassem tais cartas, a fim de que se defendessem os interesses portugueses na América.

Como em Portugal poucos estariam aptos a trabalhos cartográficos fundamentados em astronomia matemática, então imprescindível para a determinação de longitudes, - houve necessidade de se contratarem (1722) os padres jesuítas italianos Domingos Capaci (1694-1736?) e João Batista Carboni (1694-1750). Enquanto este permanecia no Reino, Capaci vinha para o Brasil, em companhia de seu companheiro de sotaina, Pe. Diogo Soares (1684-1748), este português. Cumpria-se o alvará de 18 de novembro de 1728, para que se passassem ao Brasil, onde deveriam elaborar mapas, não apenas das costas, mas também do interior da Colônia. Para tanto, por regimento de 30 de outubro de 1733, mandava-se que aos "padres matemáticos" fossem prestadas todas as informações disponíveis, acerca de roteiros e caminhos dos sertões.

Redigiram-se assim diversos textos, dentre os quais "Notícia que dá ao P. M. Diogo Soares, o Alferes José Peixoto da Silva Braga do que passou da primeira bandeira que entrou ao descobrimento das minas dos Guayazes até sair da Cidade de Belém do Pará", datado de 1734 (**Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.**, 1908: Tomo LXIX, Parte 1ª, p. 219-33): Conforme se depreende do título acima, Silva Braga participou da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o Moço, descobridor das minas dos Goíases. Como se trata de um depoimento oficial, prestado por um sertanista, parece razoável que nele se fundamente boa parcela da argumentação aqui apresentada.

Por outro lado, considere-se também a reconstituição desse roteiro, elaborada pelo Major Henrique da Silva, profundo conhecedor da região das minas goianas, pois fora ele membro da Comissão Cruls (1892-1893), encarregada da demarcação do futuro Distrito Federal (Varnhagen, 1981: Vol. IV, p. 122-4).

3 - A VERSÃO "BAITATÁ"

Já não se duvida que a palavra em epígrafe - bem como suas variantes mboitatá, boi-tatá, etc. - sejam de origem tupi (CUNHA, 1983: p. 73). Aliás, já na carta redigida em São Vicente, no dia 31 de maio de 1560, o Padre José de Anchieta faz referência a **baé-tatá**, nome dado pelos índios ao gênio responsável por um fogo noturno (LEITE, 1954: Vol. III, p. 235). Posteriormente, o Padre Bernardes (1644-1710) registrou que, segundo relato do Padre José da Costa (1590-1681), jesuíta, - embarcado para o Brasil em 1620, onde permaneceu

até a morte, - vagavam pelo novo mundo espíritos como curópira, egpupiará "e outros nas praias do mar e ribeiras dos rios, que chamam baetató; estes levam diante de si fogo inquieto, que discorre a uma e outra parte" (s.d., Tomo I, p. 478).

Sabe-se hoje que tais relatos dizem respeito ao fogo-fátuo, combustão espontânea de gases que se formam em substâncias orgânicas em decomposição, fenômeno que naturalmente levou os indígenas - tão propensos à elaboração de mitologia influenciada por fortes impressões sensoriais - à crença de tal gênio ou espírito, Resta saber se essa palavra também era empregada pelos antigos habitantes da região de Batatais. Ora, sabe-se que se tratava de território caiapó e não tupi, portanto de língua diferente. Assim, já na "Notícia" do Alferes Silva Braga lê-se que houve dificuldade de entender os índios, "por ser diversa a língua da geral" (R. I. H. G. B. cit., p. 224). Aliás, ca-iapó seria o nome dado aos salteadores dos matos e, segundo Capistrano de Abreu, Ubirajara seria o nome tupi dos Caiapós, "que pertenciam a um grupo lingüístico diferente" (VARNHAGEN, 1981: Vol. I, p. 27).

Acrescente-se que dentre os mitos caiapós, exaustivamente estudados por Lukesch, - sobretudo aqueles relativos ao fogo, - nada se encontra que ao menos de longe lembre boitató (1976: p. 165-83). Teriam pois os Caiapós usado uma palavra tupi, para designar território por eles habitado? Difícilimo se acreditar que sim.

Todavia, resta ainda a hipótese de que esse topônimo tupi fosse dado à região por sertanistas paulistas, sobretudo mamelucos, que como se sabe, falavam fluentemente a língua tupi. Porém, é necessário fazer distinção entre a língua que se falou no século XVII e aquela do século seguinte. Com efeito, o íntimo contato dos habitantes da Capitania de São Vicente com o gentio, bem como a falta de mulheres brancas e uma certa tolerância de costumes, levou à formação do "país dos paulistas", onde a presença ponderável do mameluco, bem como do bugre, contribuíram para a prática corrente da língua do gentio.

Entretanto, uma vez descobertas as minas, ocorreu grande fluxo de reinóis, atraídos naturalmente pela possibilidade de enriquecimento quase imediato. Compreende-se assim as sucessivas proclamações do Governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, proibindo a ida de forasteiros para as minas de Cuiabá, antes que ele lá chegasse. Na própria bandeira do Anhanguera, dos brancos, quase todos eram portugueses, um baiano e apenas cinco ou seis paulistas. Os adventícios passavam então a constituir quicá a maioria da população da Capitania.

É bem verdade que, segundo o Governador Paes de Sande, ainda na última década do século XVII, o filhos dos paulistas "primeiro sabem a língua do gentio do que a materna" (ANAIAS BIB. NAC., 1921: Vol. XXXIX, p. 199). Mas é verdade também que casamentos de brancos com mamelucas - e por certo muito menos com índias - já não eram bem vistos. Pelo menos, é o que ocorreu com o itano João Pires de Campos, no primeiro quartel do século XVIII, que por se casar com mameluca, causou "geral luto de sentimento aos seus parentes", que lamentaram a injúria; ou o caso-dos filhos mamelucos de Braz Esteves Leme, que não tiveram direito à herança do pai, pela "nobre qualidade" deste (LEME, s.d.. II, 206 e III, 50).

O mameluco vai pois perdendo espaço para o branco e, conseqüentemente, a língua geral vai caindo em desuso. Esta ainda continuava a ser empregada, sobretudo nas alcunhas que se davam às pessoas, principalmente por suas anomalias físicas. Tal é o caso do Capitão-Mor Francisco Dias Siqueira, chamado por alcunha Apuçá, o que significa surdo (LEME, s. d., vol. II, p. 76). Aliás, segundo interessantíssima observação de Sérgio Buarque de Holanda, a alcunha tupi "Anhanguera" não pode ter sido dada a Bartolomeu Bueno pelos índios de Goiás, uma vez que estes não falavam a língua geral (Holanda, 1979: p. 92). O próprio Antônio da Silva Cardoso Pimentel, não escapou da pouca simpatia que os paulistas lhe devotavam. Despachado como Governador da Capitania de São Paulo sem caráter de Capitão-General, por certo não podia ele usar trajes militares, com tais insígnias. E como portasse uma casaca comprida, puseram-lhe os paulistas o cognome de casacuçu. Assim, a chamada língua da terra talvez ainda persistisse em certas camadas do povo, ao passo que ia aumentando a freqüência de alcunhas portuguesas, o que constitui indício de maior uso da língua metropolitana.

4 - A VERSÃO "BATATAS"

É fora de dúvida de que a cultura de batata já era conhecida e praticada por pelo menos algumas tribos indígenas, com as quais os primeiros sertanistas tiveram contatos. Resta saber se o toponimo Batatais advém de tais culturas. Atentando-se para a "Notícia" de Silva Braga, verifica-se que aquém do Rio Grande não se encontraram índios e nem batatas. Estas, extraídas "de vinte e cinco batataes que tinham grandes" (R. I. H. G. B. cit, p. 224), foram encontradas - segundo o referido relato - bem adiante de Meia Ponte. Quanto a essa localidade (atual Pirenópolis), situada no Rio das Almas, é possível que tal topônimo advenha de uma grande pedra existente em ribeirão e situada no

Sítio Bonsucesso, dezoito léguas distante do primitivo arraial, "de maneira que ela serviu de metade de ponte, quando ali construíram" (MATTOS, 1979: p. 33-4).

Quanto à descrição dos alimentos vegetais encontrados pelos expedicionários, tais como o palmito "Jaguaroba", isto é, gurariroba, Henrique Silva situa-os onde inicialmente foi Mestre d'Armas (mas tarde chamada Planaltina). O mesmo se pode admitir da descrição ictiológica, sobretudo relativa a dourados, trairas e piabas, espécies encontradas na Região (VARNHAGEN, 1981: Vol. IV, p. 122).

Pelo exposto, tem-se que ser levado a crer que, no espaço compreendido entre os rios Pardo e Grande, não havia batatais. Todavia, o próprio termo "batatal" não poderia comportar outro sentido?

A darmos crédito a Pedro Taques, sim, comportaria. E o que se depreende de relato de descoberta de ouro, ocorrida possivelmente no Sutil, adjacências de Cuiabá, por Antonio de Almeida Lara, presumivelmente em 1722: ali, na superfície da terra, "estava toda a grandeza de folhetos não pequenos; de sorte que (...) se extraíram algumas arrobas de ouro, de cujo Batatal (assim se ficou chamando por serem as suas folhetas semelhantes a este legume)..." (LEME, s.d., Tomo I, p. 193). Portanto, os locais onde na superfície se encontravam folhetas de ouro, semelhantes às folhas de batateiras, eram chamados de "batatais". Aliás, trata-se de expressão então já divulgada em Portugal, pois segundo texto impresso em 1723, ficava-se sabendo que em Minas Gerais, - mais precisamente, na vila do Infante, - havia terra tão rica em ouro, "que acharam nela seus descobridores pedaços tamanhos como batatas, e por isso lhe chamaram o Batatal" (SANTA RITA, 1723: p. 237).

Acrescente-se que o topônimo Batatal ou Batatais foi pois comum, nas regiões onde ocorreu mineração. Assim, eis a Serra dos Batatais, entre Pilar e Ouro Fino, na Capitania de Goiás. Dada a própria topografia local, naturalmente tratava-se de área mais sujeito à mineração, do que às lides agrícolas; nos sertões de Pitangui, ocorreu a descoberta da mina do Batatal, "mais que todas, demasiadamente rica" VASCONCELOS, 1974: Vol. II, p. 129); no Distrito Diamantino, após 1773, as lavras do Batatal (SANTOS, 1976: p. 140); nas Minas Gerais, a "Lavagem do Batatal" (SOUZA, 1982: p. 184). Finalmente, ainda em inícios do século XIX, se fez referência ao "Batatal, entre os Arraiais de Ouro Fino e do Ferreiro" onde, para satisfação do Anhanguera, apareceu ouro em maior quantidade (D'ALINCOURT, 1975: p. 108).

5 - CONCLUSÃO

Pelo que fica registrado neste texto, não é fora de propósito concluir que:

1º) A palavra "Baitatá" - ou suas variadas formas de grafia - é de origem tupi e poderia sofrer corruptela para "batatais". Todavia, sabe-se que a atual Batatais não foi território habitado por Tupís, mas sim por Caiapós, que não falavam a língua geral. Além disso, se o tupi fora língua comum em São Paulo seiscentista, já não o era no século seguinte, este mais de reinóis adventícios, do que de mamelucos. Perde pois consistência a hipótese de que se trata de topônimo de origem tupi.

2º) Que a palavra "batatal" não deve ter dado origem ao topônimo que designa a cidade de Batatais, também, parece admissível, pois não há qualquer documento conhecido, que faça referências a tais plantações, na área em apreço. Além disso, sabe-se que "batatal" era expressão usada para designar o local onde se achava ouro de superfície, o que não ocorreu em Batatais.

Tais dúvidas, suficientemente consistentes, permitem que se levante ao menos outra hipótese, acerca da origem desse topônimo. Ei-la:

3º) É importante considerar que o termo batatais - repita-se - já era utilizado para se designar local onde havia ouro de superfície; que naquele tempo dos descobertos, não se elaboravam cartas geográficas, que indicassem o local dos achados e, além disso, possivelmente havia até uma preocupação em se manter segredo, pois aos descobridores prometiam-se sempre privilégios; que embora já em 1726 se concedesse a Bartolomeu Paes de Abreu a cobrança de direitos de passagem sobre os rios Mogi e Sapucaí, esse primo de Bartolomeu Bueno da Silva "jamais chegou a ver o prêmio de seus serviços" (LEME, s.d., Vol. I, p. 173), isto é, nunca pode cobrar tais direitos, portanto não foi à região; em 19 de junho de 1726, poucos dias antes de sua partida para a longa e penosa viagem as minas de Cuiabá, o Governador César de Menezes lançou bando determinando que se enviassem índios Carijós para os lugares do sertão, onde eles fossem necessários. Nesse documento, há referência aos "Batataes do Certão dos Guayazes, a servirem Sua Majestade ou para a povoação do Rio Grande de São Pedro e Ilha de Santa Catherina e para as mais partes onde me parecer conveniente..." (**DOCUMENTOS INTERESSANTES...**, 1895: Vol. XIII, p. 95-6). Já se viu linhas acima que nas adjacências de Cuiabá, Antônio de Almeida Lara descobriu, por volta de 1722, um Batatal e que nos Goiases havia também um Batatal ainda referido por D'Alincourt. Ora, Rodrigo

César de Menezes não faz referência aos Batatais do Caminho dos Goíases, caminho que naturalmente já existia, mas aos Batatais do Sertão dos Goíases, isto é, aos descobertos do Anhanguera, para onde os Carijós teriam utilidade.

Acrescente-se que a doação da sesmária situada nos Campos dos Batatais, "no primeiro ribeiro entre o Rio Pardo e Sapucaí", ocorreu em 5 de agosto de 1728 (**Sesmarias** vol. II, p. 515 e segs.). E, apenas em quatro meses do Governo de Caldeira Pimentel passaram-se mais de oitenta sesmarias! Pelo menos, essa é a informação prestada pelo Conde de Sarzedas, e 4 de março de 1734, quando este governava a Capitania de São Paulo (**DOC. INT.**, 1902: XL, p. 89-90). Seria possível a Caldeira Pimentel, em menos de um ano de Governo da Capitania, ter consciência de onde se situavam os "Campos dos Batatais", bem como de todas as sesmarias que se doaram naqueles quatro meses? É muito difícil admitir que sim.

*

Pelo exposto, verifica-se que a palavra "Batatais", inicialmente empregada pelos mineradores como significado de local onde se encontrava ouro em superfície do solo, designou especificamente as adjacências do Arraial do Ferreiro, em Goiás, que deve ter sido o "Batatais dos Goíases". Posteriormente, por desconhecimento ou má fé do inescrupuloso Caldeira Pimentel, - a que se chegou a chamar de "filho espúrio de um Cônego da Sé de Lamego" (LEME, s.d., vol. III, p. 90). - a palavra passou a designar certa localidade situada nas adjacências do Caminho dos Goíases, que deu origem ao Batatais atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANAIS da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1921, vol. XXXIX.
- BERNARDES, Manuel.** *Nova Floresta*. Porto, Lello & Irmão, s.d. 8 v.
- CUNHA, Antonio Geraldo da.** *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*. São Paulo, Melhoramentos: Edusp, 1983.
- D'ALINCOURT, Luiz.** *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte, Itatiaia: São Paulo, Edusp, 1975.

- DOCUMENTOS Interessantes sobre a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo, Arquivo do Estado, vol. XIII, 1895; Vol. XL, 1902.
- FERREIRA, Jurandir A. Pires (Org.). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1958.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**, 13ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.
- LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros Jesuítas do Brasil.** São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, Vol. III.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarchia Paulistana Histórica e Genealógica.** São Paulo, Livraria Martins Fontes, s.d., 3 vols.
- LUKESCH, Anton. **Mitos e vida dos Índios Caiapós**, trad. São Paulo, Pioneira: Edusp, 1978.
- MATTOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia Histórica da Província de Goiás.** Goiana, SUDECO/ Governo de Goiás, 1979.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Tomo LXIX, parte 1ª, 1908.
- SANTA MARIA, Frei Agostinho. **Santuário Mariano, e História das Imagens milagrosas de Nossa Senhora.** Lisboa Occidental, Antonio Pedrozo Galram, 1723.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino.** Belo Horizonte, Itatiaia: São Paulo, Edusp, 1976.
- SESMARIAS.** São Paulo, Arquivo do Estado. Vol. III.
- SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro.** Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil**, 10ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia: São Paulo, Edusp, 1981, 3 vols.
- VASCONCELOS, Diogo/. **Belo Horizonte, Itatiaia, 1974, 2 vols.**

CARLOS DE CAMPOS, EXPRESSIVA FIGURA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Penúltimo presidente do Estado de São Paulo na chamada "Primeira República" ou "República Velha", Carlos de Campos assinalou sua passagem pela política e pela administração com atributos que lhe grangearam a simpatia e o reconhecimento do povo paulista, como pretendemos demonstrar nesta ligeira exposição de sua vida e obra. Aliás, teve a quem sair, pois seu pai, Bernardino de Campos, foi uma das maiores figuras da nossa história republicana, tendo presidido por duas vezes o nosso Estado, em administrações até hoje lembradas. Mineiro de Pouso Alegre, viveu, contudo, a maior parte de sua vida em São Paulo e em Campinas, onde nasceu seu filho Carlos, aos 6 de agosto de 1866. Eleito presidente do Estado, para o quadriênio 1924-1928, não chegou a completá-lo, pois faleceu a 27 de abril de 1927.

Iniciou seus primeiros estudos na cidade de Amparo, depois no Colégio Internacional de Campinas, concluindo seu curso secundário no Colégio Morton de São Paulo, Matriculou-se na Faculdade de Direito da capital, onde formou-se dois anos antes da Proclamação da República, ou seja, em 1887.

Principiou sua carreira política coincidentemente na mesma Amparo onde aprendeu as primeiras letras, como Intendente, distinguindo-se por sua capacidade administrativa, herdada, em parte, do estadista que fora seu pai, que, muito cedo, ainda ao tempo de Carlos estudante, o fazia participar dos movimentos em prol da Abolição e da República, além de haver também ingressado bastante jovem no Partido Republicano Paulista.

Em 1896, já vamos encontrá-lo como Deputado Estadual, tendo sido Secretário da Justiça do governo de Campos Sales. Foi reeleito Deputado até 1915, ocupou a Vice-Presidência naquela Câmara, chegando à Presidência da mesma, em decorrência do falecimento do titular - Rubião Júnior, Foi também

Senador Estadual, até 1918, quando ocorreu sua eleição para Deputado Federal, tendo sido, nesta Câmara, líder da política paulista durante o Governo Epitácio Pessoa.

Mas cumpre-nos de início salientar que as atividades desse ilustre campineiro não se ativeram apenas à política: foi também jornalista de renome, exercendo suas atividades no "Correio Paulistano" um dos mais antigos jornais paulistas, onde teve ocasião de discutir e elucidar, com objetividade e cultura, problemas de natureza política, administrativa, jurídica e social.

A competência de Carlos de Campos ia além do que já mencionamos; como homem dotado de grande sensibilidade, não pode deixar de distinguir-se como musicista e compositor, chegando mesmo a ser reconhecido como pianista de valor por muitos artistas de sua geração.

Como compositor deixou duas óperas que, com sucesso, foram encenadas no Teatro Municipal de São Paulo - **A Bela Adormecida** e **Um Caso Singular** - além de vinte peças para canto e piano.

Dentro da complexidade de sua personalidade, pois, fora advogado, orador parlamentar, político, músico e jornalista, sempre agindo com distinção, firmeza de princípios, equilíbrio emocional, prudência e brandura, queremos, nessa breve evocação que dele fazemos destacar apenas sua atuação como Presidente de São Paulo, cargo que ocupou de 1º de maio de 1924 até seu falecimento, advindo em decorrência de uma embolia cerebral, o que ocasionou a interrupção de seu mandato um ano antes de seu término.

Ao final do Governo de Washington Luiz, esse indicou o nome de Carlos de Campos para disputar as eleições pelo tradicional Partido Republicano Paulista, o que provocou grande celeuma dentro da agremiação política, pois, lá havia uma corrente, chefiada por Lacerda Franco, verdadeiro "porta-voz" dos industriais no Partido, já que proprietário de uma fábrica têxtil em Jundiá, comerciante em Santos, diretor do Banco União de São Paulo, além de fundador da Companhia Telefônica e presidente da Companhia Paulista, que abertamente defendia a candidatura do Senador Álvaro de Carvalho.

Não podemos nos esquecer que essa etapa da vida econômico-sócio-política brasileira, continha ainda o ranço do acordo realizado entre as oligarquias do período anterior, o que possibilitou a continuidade de nossa economia voltada mais para os interesses da cafeicultura dos bancos das finanças internacionais, do que para um grande desenvolvimento industrial a curto prazo.

Por outro lado, foram os reflexos da I Guerra Mundial no Brasil que atingiram, particularmente, o campo econômico-socio-cultural, tentando a

renovação para o país, chegando mesmo a subverter o quadro interno brasileiro, alterando seu panorama. Por isso é que na década de 1920, o Brasil assistiria ao declínio das oligarquias, fato entendível até pelas dificuldades de importação, o que veio permitir um certo desenvolvimento industrial, ao lado de acelerar o progresso urbano, além do início de um processo de rebelião política em diferentes estados - Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, entre outros - contra o domínio do grupo "café-com-leite".

Com isso, estamos dizendo que após o conflito mundial de 1914/18, embora a aliança oligárquica continuasse, uma oposição se-lhe apareceria, tendo à frente novas forças sociais, quais sejam, a camada média da população e o proletariado em ascensão.

Enquanto a camada média da população brasileira teve no Exército o seu porta-voz onde alguns jovens tentaram, pela força mudar o quadro político, devidamente caracterizado pelo "tenentismo", o proletariado, ainda confuso em suas manifestações, promoveria suas primeiras greves, como que anunciando sua existência.

Essencialmente era esse o quadro do que poderíamos chamar de "industrialização brasileira" na década dos anos vinte - dependente do setor agrário-exportador, com baixa capitalização por seu próprio grau incipiente de concentração - conforme podemos notar pelos dados oferecidos pelo recenseamento de 1920, cujos números mais gerais nos indicam a existência, naquele ano, de 13.336 estabelecimentos industriais no país, com um capital de 1.815.156:011\$000, empregando 275.512 operários e com uma produção no valor de 2.989.176:281\$000.

As atividades que predominavam por setor eram as têxteis e as alimentares, sendo significativo observar-se que os ramos básicos da infra-estrutura industrial - siderurgia, mecânica pesada, por exemplo - não representavam contingente apreciável.

Do ponto de vista da distribuição geográfica, no que concerne ao numero de operários, capital, força motriz, valor da produção, era São Paulo o centro mais importante.

Dessa forma, constatamos que eram as atividades agrícolas ainda as fundamentais em 1920. Todavia, o que não podemos ignorar é a existência de disputas entre o setor agrário e o industrial das classes dominantes ao longo da Primeira República, e, muito menos, a hábil construção ideológica efetuada pelos grupos agrários que produziram a imagem dos industriais como elementos parasitários, como os responsáveis pela alta do custo de vida, imagem que, aliás, ficou enraizada nos grupos médios da população daquela época, e que,

como sabemos, teve desdobramento significativo na década dos anos trinta.

Não obstante tais atritos, houve uma complementaridade nos núcleos dominantes do país, ou seja, entre os setores agrários e os industriais, sob a hegemonia da burguesia cafeeira, o que fez com que os industriais dessas áreas dominantes constituíssem, nessa década de vinte, ao mesmo tempo, um setor relevante e subordinado, até porque a burguesia nacional era muito frágil para elevar-se além da defesa de seus próprios interesses.

Em decorrência do que analisamos, é que podemos dizer que a década de 1920 pode ser definida como uma "encruzilhada", pois, lá iniciou-se o processo de liquidação da "belle époque", da crise do liberalismo e da própria democracia, do pânico da expansão comunista e da ascensão do totalitarismo, com a vitória do fascismo, na antevéspera do segundo conflito mundial.

Era pois, essa, em rápidas linhas, a situação do país quando Carlos de Campos foi eleito décimo segundo Presidente do Estado de São Paulo. A serenidade que sempre o caracterizou lhe foi de grande valia para enfrentar a crise surgida dois meses após haver assumido o Governo, quando irrompeu o movimento revolucionário de 5 de julho de 1924, movimento de caráter militar e civil, com repercussão em vários outros Estados. Tal revolução, deflagrada em São Paulo, representou uma luta de protesto contra a falta de liberdade no pronunciamento eleitoral do povo brasileiro (os presidentes da República eram eleitos mediante simples conchavos políticos dos partidos dominantes); contra ainda as perseguições que o Governo Federal movia aos que se opunham à sua orientação política e também contra a manifesta parcialidade da Justiça Federal nos seus julgamentos.

O início real do movimento ocorreu quando o general reformado Isidoro Dias Lopes deu voz de prisão ao general Abílio Augusto Noronha e Silva, comandante da 2ª Região Militar. Conseguindo pronta adesão do 6º Regimento de Infantaria e de uma Companhia do 5º, durante vinte e três dias Isidoro, dominou a cidade, cujas ruas se transformaram em campo de batalha,

Transferindo-se dos Campos Elísios para o prédio da Secretaria da Justiça, Carlos de Campos refugiou-se depois em Guaiaúna, forçado que fora pelo fogo de artilharia iniciado por volta das quinze horas daquele dia 5 pelo Tenente Eduardo Gomes. Seguiu-se o bombardeio da cidade de São Paulo, que ocasionou grande número de mortos e feridos, além dos danos materiais, firmando os revolucionários a ocupação da praça.

Foi organizada a repressão sob o comando do General Eduardo Artur Sócrates; os revoltosos abandonaram a cidade, rumo ao Sul, através de uma composição ferroviária da Estrada de Ferro Sorocabana, que também sofreu os efeitos da ação predatória dos rebeldes, ainda sob a chefia de Isidoro, tendo a secundá-lo Juarez Távora.

Em outubro de 1924 ganharam os revolucionários, que haviam já aberto outras frentes de combate em território do Mato Grosso e Paraná, o apoio de Luís Carlos Prestes, que se rebelara em Alegrete (Rio Grande do Sul): à frente de sua tropa juntou-se aos elementos de São Paulo, compondo a chamada Coluna Prestes, a qual realizou, pelo interior do país, uma verdadeira peregrinação revolucionária até aos primeiros meses do governo Washington Luiz, quando os seus remanescentes internaram-se na Bolívia.

Naqueles tristes dias de grande agitação na capital, Carlos de Campos soube, com muita consciência dos problemas, vencer política e administrativamente a situação, contribuindo para o retorno à normalidade, cumprindo a lei, com serenidade e bravura, contra a subversão que ameaçou São Paulo.

Mas, sua atuação política não parava aí; aliás, sua plataforma de governo é mais do que uma comprovação de seu programa político, onde procurou atender desde os problemas atinentes à cafeicultura, aos voltados à mão-de-obra, meios de comunicação, saúde pública, serviço sanitário, educação, urbanização, para lembrarmos apenas os de maior relevância.

Assim, em matéria da defesa do café, ao lado de concordar com a orientação do governo federal, propunha rápida regularização da oferta e o serviço automático de armazéns, sem ferir os interesses dos compradores, o que viria sedimentar cada vez mais a agricultura paulista.

Nessa linha de preocupação é que também estimulou a produção do algodão, da cana-de-açúcar, da juta, do linho, da videira e de frutas em geral, uma vez que, dessa forma, acreditava viabilizar melhor a expansão da economia e do mercado, ao mesmo tempo que incentivaria a imigração. Com isso almejava Carlos de Campos o aumento numérico das pequenas propriedades, ao lado, claro, do fortalecimento das mesmas, o que significa dizer que conhecia muito bem o meio em que vivia procurando, por isso mesmo, aliar os interesses fundiários às controvérsias do capitalismo em expansão.

No que tange aos meios de transporte do Estado de São Paulo, reconhecendo a importância da rede ferroviária, preocupou-se com a duplicação

das linhas férreas, pois, dessa forma poderia suprir a contento a grande demanda representada pelo trilho, não só para São Paulo como para todo o país¹.

Seria importante frisarmos como Carlos de Campos teve a convicção da função ferroviária, de quanto a ferrovia marca a fisionomia de uma cidade, além da contribuição à paisagem industrial pelos caminhos que percorre. E, justamente isso nos faz compreender, por exemplo, a concentração industrial em certos bairros de São Paulo, numa época em que os terrenos à margem das linhas ainda eram baratos, além das condições topográficas que facilitaram também o estabelecimento de grandes fábricas no Brás, Ipiranga, Lapa, Moóca, Água Branca... Dessa forma sentia o Presidente: a ferrovia associada ao parque industrial viria a constituir-se na imagem típica das grandes cidades. E, pelo menos até a década de 1940, quando o país adentrou à rodovia, que abriu novas perspectivas desenvolvimentistas, principalmente para a articulação interna, o fundamento econômico que a motivou - o café - tornou-a eficaz; mas, a ausência de um planejamento, a própria itinerância cafeeira, acabou por torná-la anti-econômica, sem função em muitos de seus trechos o que veio determinar sua supressão a 27 de dezembro de 1955.

Com essa mesma argúcia administrativa, não descuidou-se em sua trajetória política, do reequipamento dos serviços de iluminação, de água e de esgotos, do calçamento, da limpeza e embelezamento dos logradouros públicos, pois, queria a cidade apta para servir e atender ao cidadão, o que aliás estava bem dentro de sua filosofia de vida que pode ser resumida no que repetidas vezes disse:

*"sempre entendi que, na carreira pública, e disso ainda não sei como nem porque me arrepender, mais se deve atender ao influxo do coração do que da inteligência, quando não se os possa ter em equilíbrio"*².

Por certo, pelo fato de haver posto em prática o que sentia em sua vida pública, ou seja, o equilíbrio entre a inteligência e o sentimento, é que as medidas por ele tomadas foram apoiadas dentro da legalidade e da justiça o que fez, com que muitos de seus contemporâneos, não o compreendessem, notoriamente no episódio do 5 de julho de 24. Todavia, parece-nos que foram atitudes condizentes com o seu tempo e meio; pelo menos é o que até agora podemos analisar, uma vez que nossas pesquisas em torno desse estadista

(1) **Correio Paulistano**, janeiro 20, 1924, p. 5.

(2) **Correio Paulistano**, cit.

estão em fase inicial no momento, mas, nosso interesse em resgatar a ação desse homem público persiste, a fim de que possamos melhor compreender um período tão controverso quanto este em que viveu o campineiro Carlos de Campos. Bem por isso, é que neste rápido estudo que lhes apresentamos, aliás como sugestão também para que outros estudiosos dele tratem, é que cremos dever principiar tal análise, recolhendo o vasto material de artigos por ele escritos no Correio Paulistano, onde foi também diretor do jornal por vários anos, pois, constituem manancial rico para sentirmos melhor seus propósitos político-sócio-culturais, até porque, sendo o mencionado periódico órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP), entende-se as ligações de Carlos de Campos com o jornal, mesmo quando Presidente do Estado.

Finalmente cumpre-nos lembrar que Carlos de Campos foi o responsável pela fundação de uma escola de aviação em São Paulo para a Força Pública, milícia que durante a Primeira República constituía uma especial de exército estadual. Tal escola ficava no Campo de Marte, possuindo também oficinas bem aparelhadas, que chegaram a construir o famoso biplano-escola São Paulo, além de outros aparelhos que, aos poucos, foram ampliando a esquadrilha da aviação da Força Pública, extinta com o término da República Velha, sendo todo o material adquirido pelo Governo Federal.

De igual modo, foi durante sua administração, fundada a Guarda Civil de São Paulo que prestou inúmeros serviços a todo o Estado, o que nos revela, uma vez mais, as iniciativas de vulto do seu governo. Bem por isto é que julgamos necessário um estudo de fôlego da ação desse político e de sua época.

REVISITANDO "VISÃO DO PARAÍSO" *

João Ricardo de Castro CALDEIRA**

Através do presente texto, pretende-se apresentar, de forma sintética, o livro **Visão do Paraíso**, de Sérgio Buarque de Holanda. Ressalta-se, desde já, o caráter provisório deste resumo, dado a obra em apreço ser extremamente fecunda e, portanto, passível de outras leituras que ressaltem aspectos não aprofundados ou mesmo não identificados nestas breves linhas.

Visão do Paraíso foi, originalmente, apresentada como Tese universitária, defendida durante o Concurso para provimento da Cátedra de História da Civilização Brasileira do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em novembro de 1958, no qual Sérgio Buarque de Holanda foi aprovado. Trata-se, portanto, de trabalho realizado por intelectual que, à época, já ocupava posição proeminente dentro e fora dos círculos acadêmicos brasileiros. Daí uma das principais características da obra, a sua alta erudição, acumulada por seu autor durante sua trajetória intelectual.

Para este resumo, serviu de base a segunda edição do livro, publicada no ano de 1969¹. Apresenta-se dividido em doze capítulos, e acrescido de um prefácio. A Tese original dividia-se em apenas sete capítulos. No entanto, não será aqui realizado um confronto dessas duas versões.

Apesar de seu caráter extremamente erudito, o livro não é de difícil compreensão, pois o autor procura deixar o mais claro possível, ao leitor, quais

(*) Texto apresentado como parte das atividades do Grupo de Trabalho "Historiografia Brasileira" do CEDHAL-USP, durante reunião ocorrida em 20 de março de 1997.

(**) Doutorando em História Social-USP. Pesquisador do CEDHAL-USP (Grupo de Trabalho "Historiografia Brasileira").

(1) HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1969. (Brasiliana, volume 333).

as postulações que pretende demonstrar. Destas, passo a abordar aquelas que apreendi durante minha leitura.

A principal idéia formulada no livro é apresentada, resumidamente, em seu primeiro parágrafo. O autor assim a exprime:

*"O gosto da maravilha e mistério, quase inseparável da literatura de viagens na era dos grandes descobrimentos marítimos, ocupa espaço singularmente reduzido nos escritos quinhentistas dos portugueses sobre o Novo Mundo."*²

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, as possíveis explicações para esse fenômeno seriam, em primeiro lugar, o fato da sensibilidade para o exótico estar amortecida nos portugueses, devido a seu contato com terras e povos estranhos já ser antigo e constante, à época dos descobrimentos, e, em segundo lugar, por que os lusitanos ainda estariam, então, mais fascinados pelo Oriente que pelo continente americano.

Para demonstrar tal assertiva, bem como outras que levanta, o autor recorreu, enquanto fontes, a obras de literatura clássica e medieval, bem como às narrativas dos cronistas e colonizadores espanhóis e portugueses. Comparando estas últimas, nas quais percebe ser constante a presença de imagens do Paraíso de origem cristã e pagã, cujo desenvolvimento se deu durante a Idade Média (primavera perene, longevidade humana, clima sempre ameno etc.), observa, entre os portugueses, a tendência a atenuar os temas edênicos, reduzindo-os ao plausível, ao verossímil. Conclui, a partir daí, que, na colonização lusitana das Américas, a atmosfera mágica presente no restante do continente teria sido bastante arrefecida. Daí afirmar que "todo o mundo lendário nascido nas conquistas castelhanas e que suscita eldorados, amazonas, serras de prata, lagoas mágicas, fontes de juventude, tende antes a adelgaçar-se, descolorir-se ou ofuscar-se, desde que se penetra na América lusitana"³.

Ainda na perspectiva do autor, os motivos edênicos presentes na colonização brasileira tiveram sua origem nas conquistas espanholas. Mesmo na busca dos tesouros brasileiros, os portugueses foram animados pelo sucesso espanhol na localização de minas de prata. Assim, via-se nas riquezas brasileiras um prolongamento daquelas descobertas na América espanhola. Conclui, a partir daí, que "o que no Brasil se queria encontrar era o Peru. Não era o Brasil"⁴.

(2) id, *ibid.*, p. 1.

(3) id, *ibid.*, p. 126.

(4) id., *ibid.*, p. 99.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, esse arrefecimento dos elementos fantásticos entre os colonizadores portugueses relacionava-se, entre outros fatores, ao poder centralizador da Coroa, "absorvente e disciplinadora das vontades individuais e que, por isso, deixa pouco lugar à fantasia turbulenta dos heróis da Cavalaria"⁵. Por isso, se, por um lado, a afirmação do poder monárquico conferia modernidade ao Portugal quinhentista, ao mesmo tempo a permanência da repressão ao maravilhoso apresentava-se como elemento conservador, dado remontar aos tempos medievais. Ou seja, nas palavras do autor, se a preponderância da Coroa era, sem dúvida, moderna, tratava-se, no entanto, "de uma simples fachada que mal encobria os traços antiquados sobretudo a *forma mentis* vinculada ao passado e avessa, por isso, à especulação e à imaginação desinteressadas do humanismo renascentista"⁶. Por isso, afirma, conviviam em Portugal, à época dos descobrimentos, a novidade e o tradicionalismo.

Outro exemplo do conservadorismo português, de acordo com o autor, eram a persistência e o predomínio da colonização litorânea, já aplicada pelos lusitanos na África e na Índia, e repetida no Brasil. Essa forma de colonização, mais sujeita ao controle da Coroa, "poderia resultar, além do exemplo italiano, de uma fidelidade a padrões e imagens familiares a um país onde a parcela mais ativa da população se adensava junto às praias, às bocas dos rios navegáveis (...)"⁷. De todo modo, conclui que o que os portugueses queriam ver no novo mundo era um novo Portugal.

Assim é que, do mesmo modo que os portugueses sempre se dedicaram "à faina do comércio e também aos misteres da navegação, das pescarias, do tráfego das salinas"⁸, do mesmo modo sua colônia viveria "a bem dizer, do exterior e para o exterior"⁹. O Eldorado brasileiro, para além das minas, era o da terra fértil, da qual se extrai, até o esgotamento e sem qualquer retribuição, os gêneros comercializados no estrangeiro.

Para concluir este breve resumo, pode-se ressaltar que, ao estudar a difusão da imagem do Éden no período dos grandes descobrimentos, Sérgio Buarque de Holanda consegue, de forma contundente, demonstrar que também os mitos possuem historicidade.

(5) id., *ibid.*, p. 129.

(6) id., *ibid.*, p. 130.

(7) id., *ibid.*, p. 99.

(8) id., *ibid.*, p. 321.

(9) id., *ibid.*, p. 322.

UMA RÉSTIA DE LUZ NO CREPÚSCULO EDITORIAL

Célio DEBES

Campinas, mais exatamente o "Centro de Memória" da Unicamp, acaba de realizar obra meritória no campo cultural. Promoveu o lançamento, nos primeiros dias de maio, de várias obras de sua edição. Todas do mais alto relevo, pela seriedade com que foram tratados os temas sobre os quais versam.

Duma coleção muito apropriadamente denominada "Campiniana", faz parte, por exemplo, **A Febre Amarela em Campinas 1889-1900**, de autoria do médico, acadêmico e historiador Lycurgo de Castro Santos Filho e de José Nogueira Novaes. Alentado volume, que ultrapassa três centenas de páginas, constitui o mais completo e profundo exame desse morbus que, apesar de ter merecido tratamento sob vários aspectos, não lograra a precisão histórica que Lycurgo lhe imprimiu.

Na mesma coleção há outros títulos importantes, girando em torno da escravidão e da abolição, pondo em evidência a transição entre o trabalho servil e o trabalho livre. Facetas dessa metamorfose ganham relevo e consideração em **Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição, 1871-1895** e em **Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850**.

O primeiro, da lavra de Anna Gicelle Garcia Alaniz, aborda as decorrências de um instituto jurídico de proteção aos "ingênuos", isto é, aos filhos livres de mulheres escravas, que ficavam sob a proteção dos senhores delas. Era a tutela que a Lei do Ventre Livre lhes outorgava e que se estendia até que os infantes atingissem a maioridade. Esta condição resolutiva, ocorrente o tutelado alcançasse os 21 anos de idade, se verificaria, sempre em data posterior à abolição, sem que, contudo, cessassem os efeitos e o alcance da "medida protetora". Uma das conseqüências da tutela era a obrigação, a que estava sujeito o "ingênuo", de prestar, a partir de certa idade, serviços ao tutor, enquanto perdurasse a relação entre ambos. Assim, se dilataram, de fato, os efeitos da escravidão, mesmo após sua extensão, de direito!...

A outra produção mencionada, de que se ocupou Valter Martins, cuida da situação dos pequenos agricultores, em Campinas, na primeira metade do século XIX. O estudo focaliza um estrato da população que coexistia numa sociedade em que os extremos eram balizados pelo escravo e pelo senhor, mantendo-se acima daqueles, mas muito distantes destes. Dá ênfase à evolução que muitos desses lavradores lograram, passando da simples lavoura de subsistência para uma situação econômica mais expressiva, ganhando, com isto, posição em estágio social mais elevado.

Ambos estes trabalhos, embora calcados em dados colhidos em espaço delimitado, transcendem à história regional, uma vez que versam questões que se verificaram em todo o território brasileiro, nos períodos estudados e mesmo nos que os ultrapassaram ou antecederam.

Os ensaios mencionados, abordando temas aparentemente limitados, chamam a atenção para assunto, até hoje pouco considerado pelos estudiosos, respeitante a outra categoria que também se apartava dos dois extremos sociais referidos. Eram os colonos que celebravam contratos de prestação de serviços com fazendeiros. A despeito de homens livres, se assemelhavam, na prática, em decorrência desses ajustes aos "servos da gleba"...

Houve, ainda, na oportunidade, o lançamento de um volume eivado de uma carga emocional, que afeta a todos que conheceram um dos grandes benfeitores das letras e da memória campineira e paulista. Trata-se de **História de Campinas através da Hemeroteca João Falchi Trinca**. Amigo que fui do patrono desse manancial imensurável, enxergo na iniciativa do Centro de Memória, muito provavelmente por iniciativa de José Roberto do Amaral Lapa, a forma mais eloquente e duradoura de homenagear o abnegado formador de acervo singular e valiosíssimo.

São Paulo e, mais especificamente, Campinas muito devem ao devotamento pelas nossas coisas, pelo nosso passado, pela inteligência e pela cultura nacionais, paulistas e, preponderantemente, pelas campineiras, que constituíam as razões de encantamento de Trinca. Seu arquivo, sua biblioteca, sua coleção iconográfica sobre sua idolatrada "pátria", no sentido mais restrito do vocábulo, constituem o que, ufano, denominava sua Campiniana! Foi esta "Campiniana" que, desprendidamente, doou à Universidade Estadual de Campinas, através do Centro de Memória.

O gesto, generoso e amável de Trinca, representa a sua mais eloquente manifestação de amor à terra natal, culminância de um afeto que cultivava desde os distantes tempos da adolescência. Dedicção esta que reiterou, dia após dia, por mais de meio século, ao garimpar nos cotidianos, notícias sobre sua cidade, seus filhos, seus fastos. E, no decorrer desse longo

tempo, também, ao joeirar, em alfarrabistas, a produção intelectual impressa de seus conterrâneos, as obras sobre a antiga São Carlos e a respeito de campinenses, além dos livros editados em Campinas, como os da célebre Casa Livro Azul.

Sob a direção de Rosaelena Scarpeline, Alexandra G. B. Soares, Maria Alice Giannoni e Maria Beatriz S. Camargo, organizaram o índice/tesaurus dos cerca de 18.000 recortes de jornais e revistas colecionados por João Falchi Trinca. Na apresentação do volume, é ressaltada a importância da Campiniana por ele doada, destacando-lhe o "alcance histórico e científico".

Este alcance podem atestá-lo os que, no Instituto Histórico, nas Academias Paulista de Letras e de História, tiveram o privilégio de privar da amizade de seu realizador, sempre prestativo e solícito, que, além de servir-se do precioso acervo, recebiam de Trinca informações valiosas e eruditas, poupando-lhes pesquisas estafantes e leituras nem sempre cativantes.

Do conjunto da campiniana de Trinca, o volume recém vindo a público trata, apenas, da parte relativa aos recortes de jornais e revistas, como se disse. A este fundo foi dispensada atenção especial, do que resultou sua classificação e catalogação, em trabalho obediente a rigorosos critérios arquivísticos.

Sobressai-se, portanto, como roteiro de pesquisa, facilitando ao historiador o aproveitamento do vultoso material. Dividido em onze séries, cada qual delas comporta sub-séries, classes e sub-classes, e outras fragmentações detalhadoras, que, ainda mais, ameniza a investigação.

Como seu volume terceiro, a publicação integra a coleção "Instrumentos de pesquisa": Esta circunstância justifica a escolha do título *História de Campinas através da Hemeroteca João Falchi Trinca*, embora, à primeira vista, enseje a idéia de que se trata de um ensaio calcado no conteúdo da coleção de recortes.

Inobstante o reparo - irrelevante - consigne-se o trabalho levado a efeito pelas quatro autoras é de real importância, dá lustre ao acervo de João Falchi Trinca e põe em evidência a homenagem que o Centro de Memória da Unicamp rende a seu benfeitor, atribuindo seu nome à hemeroteca.

Diante das dificuldades que os cultores de temas despidos de "interesse comercial" - para os quais no campo editorial caminha para o desaparecimento - a ação pertinaz do Centro de Memória da Unicamp, quetem em Amaral Lapa o coordenador de suas publicações, representa uma esperança. É um exemplo de elevado senso intelectual, ímpar, a ser registrado e celebrado.

(Transcrito do "Boletim da Academia Paulista de História", nº 26, maio de 1997)

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

A ESCRAVIDÃO DOS ÍNDIOS

Haroldo Renato ASCOLI

Os primeiros ocupadores do litoral do Brasil nele encontraram miríades de aborígenes que, conquanto selvagens, pareciam aproveitáveis ao trabalho de colonização. Esses índios mantinham-se em constante e bárbara hostilidade entre si; eram bravos e habilíssimos em tudo que exigisse força e agilidade, mostrando-se, em amistoso acolhimento, bondosos e serviçais. Quase anfíbios, e, talvez, feitos mais para as águas, dominava-os o gosto pela pesca. Salientavam-se, outrossim, como canoieiros, caçadores e agentes da indústria extrativa. Apáticos por índole, rebeldes a todo freio e submissão, erravam pelos campos em nudez completa, inertes e ociosos. Viviam em aldeias ou tabas, onde se reuniam em promiscuidade de homens, mulheres e crianças; acatavam a autoridade de um chefe (**morubixaba**), a existência de um ente supremo (**Tupã**), que se lhes manifestava através do trovão e do raio, e tinham seus sacerdotes **pagés**). Estudados foram por Gonçalves Dias, que os cantou, dulcificou e exaltou, celebrando-lhes e poetizando o caráter e os demais dotes de espírito, as suas singelas festas, a simples indumentária, as renhidas guerras e a coragem para a morte. Na introdução aos **Anais históricos do Maranhão**, de Bernardo Pereira de Berredo, o grande vate escrevia: "Se, porém, a esses homens tão descuidados, tão resignados, tão imprevidentes, podeis dar um motivo, um incentivo qualquer; se, nessas almas, que tão facilmente se afirma, se inflamam, se eletrizam, transbordando os mais generosos sentimentos, podeis derramar uma faísca de entusiasmo, vereis o que são, o que trazem e de que são capazes; serão corajosos e infatigáveis, pertinazes no seu propósito, atilados na sua execução - quase sempre poetas, heróis algumas vezes".

Os selvícolas, em geral, não se submetiam, senão com viva relutância, à imposição do cativo e, quando escravizados, ou eram péssimos trabalhadores ou obstinadamente deixavam-se morrer de fome. Do cruzamento de brancos com índios originaram-se os **mamelucos**, **caribocas** ou **curibocas**, destemidos caçadores de gentios, ousados aventureiros e notáveis desbravadores de sertão. De raça forte e guerreira, possuíam os índios não pouco valor, como provaram os **aztecas** do México e os **incas** do Peru. Embora os indígenas brasileiros se revelassem altivos e indolentes, se alguma vez renegaram o trabalho, foi porque o não compreendiam, dada a ausência absoluta de quaisquer noções do que se acentua por civilização, envoltos que eram na mais rude e integral liberdade, em atraso comparável ao do homem geológico. Lemos alhures que os nossos indígenas são capazes de sacrifício semelhante ao daqueles que, conforme a narração do Marmontel, levantaram contra uma onça esfaimada trincheira com os próprios corpos, a fim de salvar a vida de Bartolomeu de Las Casas, apóstolo das Índias Ocidentais. Cândido Mariano da Silva Rondon, o patrício bandeirante moderno, com a mais preciosa experiência de vários lustros, sustenta não ser o aborígene um elemento de qualidade negativas.

O domínio lusitano, em relação aos indígenas, resumiu em uma série de interrompimentos incertos, até o extermínio definitivo da escravatura. Assevera, a propósito, João Francisco Lisboa: "Decreta-se, hoje, o cativo sem restrições; amanhã, a liberdade absoluta; depois, um meio termo entre os dois extremos. Promulgava-se, revogava-se, transigia-se, ao sabor das paixões e interesses em voga; e quando, enfim, se supunham as idéias assentadas de vez, recomeçava-se, com novo ardor, a teia interminável".

Em qualquer hipótese, nossos selvagens foram vítimas de monstruosas atrocidades por parte dos portugueses, que os sujeitavam não só à escravidão, mas a eles impunham trabalhos excessivos. No intuito de justificar a escravidão vermelha, invocavam o pretexto da antropofagia e, levados pela avidez e pela cobiça, proclamavam a necessidade de submeter os índios ao seu jugo para suprir de braços a lavoura e outros misteres. Em breve o abuso fez-se regra e a semelhantes princípios emprestou-se o máximo de latitude. Não cuidavam de converter o índio em membro útil à sociedade; bem ao contrário, perseguiram-no e caçavam-no, como se fosse alheio à espécie humana ou simples animal feroz. "A raça que, por ser civilizada, tinha a mais estreita obrigação de dar o exemplo de moderação", confirma João Francisco Lisboa, "abusou muitas vezes, por modo indigno, de sua imensa superioridade; os selvagens eram havidos em conta de brutos, estranhos ao grupo da Humanidade, e, efetivamente tratados como tais, sendo mister, para rebater

essas estranhas e odiosas pretensões, que por bula papal, fossem considerados, verdadeiramente, descendentes de Adão e Eva e com igual direito aos foros dos demais homens". Ao pensamento de paz, que animava a todos nos primeiros encontros e entrevistas, seguiram-se a má vontade e as ofensas, os conflitos, as matanças e as devastações, violências essas que partiam, alternadamente, ora dos espoliadores, ora dos espoliados. "Se, hoje, era assaltada e destruída uma aldeia de índios", informa o mesmo periodista João Francisco Lisboa, "amanhã sucedia o mesmo à povoação ou plantação portuguesa; se tais indígenas são, agora, mortos e escravizados, pouco depois o primeiro bispo do Brasil, Dom Pero Fernandes Sardinha e mais cem companheiros, naufragando à vista da costa, em vez de encontrarem nela o abrigo e a salvação que esperavam, são todos, do primeiro até o último, devorados pelos ferocíssimos **caetés**. E, nas variadas alternativas dessa luta feroz e sanguinária, nem sempre o combate se dava somente entre o europeu de uma parte e o selvagem da outra; os mesmos índios se prestavam muitas vezes, em alianças com os invasores, a fazer a guerra aos seus conterrâneos e, não só os índios, senão os mestiços, seus descendentes, sendo sobre todas assinaladas na História as formidáveis depredações praticadas pelos famosos Paulistas. A História registrou e registrará todos esses horrores e desgraças. Mas, donde partiu a agressão? É ponto em que ela não poderá achar a certeza e se há de contentar com a simples probabilidade, a menos que se não tenha como primeira agressão a mera aparição dos europeus nestas plagas e o seu propósito de ocupar e lavrar a terra inculta. Ora, a probabilidade é de que as agressões tenham sido simultâneas, nascidas de paixões individuais, não raras vezes devidas ao acaso, e até rixas inopinadas, bem poucas, talvez, a plano de concertos deliberados. Se, aqui, a bala do arcabuz foi varar o índio que errava descuidado no centro da espessura; além, à mesma hora, veio a frecha traiçoeira cravar-se nas espáduas do navegante que prendia, diligente, o seu batel à praia arenosa e deserta".

Recordemos que, quando da descoberta, em 1500, da Terra de Vera Cruz, mais tarde de Santa Cruz e, afinal, Brasil, os índios que pertenciam à tribo dos **tupiniquins** receberam sem hostilidade a maruja portuguesa, havendo assistido, inclusive, à missa que então se celebrou em terra firme. Pedro Álvares Cabral, antes de prosseguir no roteiro para as Índias, enviou Gaspar de Lemos como emissário junto à Corte de Portugal, de maneira a instruí-la a respeito do feliz achado. E para que El-Rei formasse idéia dos habitantes da nova região ordenou embarcassem dois de seus naturais, que obtivera em troca de igual número de criminosos. Aos 20 de março de 1570, Dom Sebastião, rei de Portugal, decretou a liberdade dos índios, estabelecendo, todavia, as exceções seguintes para os que pudessem ser cativos: a) os que fossem capturados em

guerra justa, feita com licença d'El-Rei ou do governador do Brasil; b) os que salteassem os portugueses ou outros gentios para os comer. Felipe II de Castela e I de Portugal revogou aos 11 de novembro de 1595, a lei antecedente, dispondo que em caso algum fossem os índios cativos, salvo, apenas, os que se tomassem em guerra mandada fazer por provisões particulares de real punho. Sem embargo das disposições da lei última de 1595, continuou a escravidão, "com grave detrimento das fazendas do Estado, e grandes inconvenientes contra o serviço de Deus e o seu e consciência dos que assim cativaram os índios", pelo que Felipe II, atendendo a essas circunstâncias, expediu a provisão de 5 de junho de 1605, em a qual foram os índios declarados inteiramente livres.

Aos 30 de julho de 1609, nova lei veio determinar que seria essa a situação de todos os índios do Brasil, sem distinção alguma entre batizados e não batizados que vissem, ainda, como gentios, conforme os seus ritos e cerimônias; que não seriam obrigados nem constrangidos a serviço, ou a coisa alguma contra a sua espontânea vontade; que os moradores e fazendeiros que deles se servissem lhes pagariam o seu trabalho; que os religiosos da Companhia de Jesus, por serem os mais bem aceitos dos gentios, que deles faziam grande crédito e confiança, e pelo muito conhecimento e exercício que tinham da matéria, fossem ao sertão para os domesticar; que aos mesmos jesuítas caberia o protetorado dos índios, devendo com eles se entender o Governador sobre o aldeamentos, distribuição de terras, entrega de índios para o serviço público ou particular, não podendo outros senão eles ir ao sertão buscá-los que os índios não fossem contra a sua vontade transferidos das capitais ou das povoações e lugares em que estivessem; que não sofressem tributo algum real ou pessoal; que sobre eles se exercessem mais jurisdição e poder do que fosse conferido pelos regimentos sobre as pessoas livres; que, em falta do Ouvidor, deveria o Governador nomear juiz especial, que conhecesse das causas dos índios, dispensando todo o favor compatível com a Justiça, assim como designar para Curador das suas causas um cristão velho e de confiança, que, de acordo com os religiosos, requeresse a bem dos mesmos; que fossem restituídos à liberdade todos os que haviam sido escravizados contra o Direito, não obstante títulos de venda e, mesmo, sentenças em contrário, as quais foram declaradas nulas; que, finalmente, se aplicassem as penas das Ordenações e do Direito Comum aos que trouxessem do sertão e tivessem por escravos os gentios, em contravenção do que ficava decretado.

Essas resoluções governamentais não foram aceitas pela maioria dos colonos, que não deixavam de fazer a caça tenaz e infrene à população gentia, já por si pouco numerosa, minguate dia a dia e quase desaparecendo

da costa brasileira, embrenhada pelos sertões bravios ou aniquilada pela morte, o que obrigou Felipe II a promulgar a 10 de setembro de 1611 uma lei com as seguintes capitais disposições: 1^o) a liberdade dos índios é reconhecida em tese, sob penas aos infratores: 2^o) todavia, é reputado legítimo o cativo não só dos aprisionados em guerra justa, como, também, dos resgatados quando cativos de outros índios, que a não ser o resgate os devorariam. Era, por assim dizer, o retorno à escravidão dos índios. Venceram os colonos e, com eles, o interesse pecuniário, do vil metal, contra a causa da Justiça e da Humanidade, tão admiravelmente defendida pelos prosélitos de Santo Inácio de Loyola.

Contemplemos em breve relance histórico a obra intensa e imperecível dos missionários militantes da Companhia de Jesus, introduzida em Portugal em 1540, apóstolos peritos, resignados e exemplares no decantar de Castro Alves, mais puros do que os estóicos, para eles não passando a dor de prazer, a grelha representado um leito, a brasa gema, o cravo cetra, a chama diadema, e a morte, em uma palavra, resumindo o viver. Era conhecida a aversão dos índios contra os portugueses pelo justo ressentimento destes seduzirem e aprisionarem aqueles, enviando-os, após, como escravos, aos mercados da Lusitânia. Semelhante conduta criou para o catequista dificuldades inúmeras e graves a vencer. Com a chegada de Tomé de Souza, primeiro Governador do Brasil, apareceram divergências entre o sacerdote, que se empenhava pela incorporação sentimental do índio ao meio coletivo, e o colono para quem o incola seria, simplesmente, um objeto mercantil. Desde então, Manoel da Nóbrega, José de Anchieta, Inácio de Azevedo, João Antônio Andreoni, João de Almeida, João de Aspilcueta Navarro e outros vários se esmeraram no martírio de arrcada e temerosa evangelização dos primitivos autóctones; e, no permeiar de feitos memoráveis que os consagraram e engrandeceram, fulgurou Antônio Vieira, uma das figuras sobre-excelentes que a História nos legou, mestre nas exuberâncias da palavra falada e nos esplendores da palavra escrita, que, prosseguindo na dedicada e piedosa tarefa dos seus antecessores fraternos - **ad maiorem Dei gloriam** - foi um voluntarioso e intransigente defensor dos índios, conclamando, para os da raça vermelha, direitos paralelos aos dos seres livres e independentes.

Chegado ao Maranhão em 1648 desdobrou-se o êmulo de Demóstenes e Cícero na instante e invariável preocupação da catequese gentilica. Entristecido com a colisão germinante entre os escravagistas e alguns padres da missão a que pertencia, reconheceu a conveniência de retornar, às pressas, à metrópole lusitana, para implorar ao Trono recursos múltiplos e providências indispensáveis em prol dos indígenas, de lá regressando refeito de fé e esperança, para continuar no magnânimo

empreendimento que se tornara a investidura exclusiva da sua atividade religiosa. Trabalhou, singular e assombroso, ora na Ilha de Marajó, no Pará, ora no Ceará ou nas matas do Tocantins, pacificando tribos audaciosamente belicosas, atravessando rios caudalosos, vadeando brejos insalubres, transpondo ingremes montanhas e vencendo o desabrido e a aspereza das brenhas. As reações da poderosa milícia foram lenta, paulatinamente, desaparecendo em um rastro luminoso de serviços extraordinários prestados à remodelação moral, social, política e material do Brasil.

Logo após a restauração de Portugal, Dom João IV, em 1652, quis, por nova feita, declarar a liberdade dos indígenas, encontrando-se mais tarde coagido a transformar aquela deliberação liberal, por intermédio do governador do Pará e do Maranhão. Restaurada a antiga hostilidade contra os jesuítas, por parte dos burgueses e de outras ordens católicas, foram em 1661, os pobres, humildes e beneméritos missionários, inclusive Antônio Vieira, rechassados e expulsos, pelo povo amotinado, das terras brasileiras. Havendo, porém, a Companhia de Comércio deixado de importar cativos negros da África, os colonos, ansiosos, à espera de nova leva, implantaram o sistema de dantes, subjugando, insidiosamente, os índios. Foi o Marquês de Pombal, ministro famoso de D. José I, figura que se apresenta à face da posteridade envolta em controvertido julgamento, mas para alguns dos seus panegiristas, possuindo "a altivez e a implacabilidade de Richelieu, a sutileza e o maquiavelismo de Mazzarino, a obstinação e a audácia de Alberoni", quem, em 1755, decretou a emancipação dos índios do Pará e do Maranhão, medida que teve a sua consequência lógica no decreto de 8 de maio de 1758, pelo qual se aboliu de vez e sem regresso, a escravidão vermelha no Brasil.

(Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 2 de maio de 1943).

MEMÓRIA CAMPINEIRA (59)

A "AURORA CAMPINEIRA"

Júlio MARIANO

Campinas teve na "Aurora Campineira" o seu primeiro jornal, a folha do amanhecer da sua imprensa. E em João Teodoro de Siqueira e Silva o seu primeiro e autêntico gazeteiro profissional. Isso foi lá pelo ano de 1858, quando de muito uso no interior da província os babados românticos. Que dizer do aparecimento do jornal, numa cidade que somaria quando muito em toda área urbana 1500 fogos e 9000 habitantes? Um despontar de aurora que infelizmente não teve entre os contemporâneos o seu cronista para nos relatar se foi ou não de festivas clarinadas aquele domingo histórico de 4 de abril de 1858. Capaz de sobressalto à curiosidade pública, noite a dentro do sábado de véspera, horas mortas, no escuro e ermo da rua do Pórtico, vizinhança do cruzamento da rua da Bica Grande, isto é, da esquina Ferreira Penteado e Irmã Serafina de hoje, tão-só, ao que se conta, aquele rumor de ferros velhos em entrechoques bimbalhantes, a que se chamou mais tarde "gemer dos prelos". Era o parto imprevisto, custoso e incerto da **Aurora Campineira**, uma folha medindo 30 centímetros de comprimento por 20 de largo, com quatro páginas e composição em duas colunas cheias, corpo 8, de publicação semanal.

Temos nos componentes dessa firma Silva & Irmão os dois Teodoro de Siqueira e Silva, João e Francisco, proprietários e editores e também únicos redatores da "Aurora Campineira". As velhas crônicas dos fastos de Campinas antiga quase ignoraram o Francisco, aliás o mais jovem dos dois irmãos, para somente se estender com as façanhas do João. E que, para uma época em que o jornalista não se fazia por título concedido a si próprio, gazeteiro de verdade seria só o João, não ainda o Francisco, em obrigatório curso de "foca". Um jornalista sem a estamena de Frei Tibúrcio, despido do grau de bacharel em leis e filosofia que possuiu Hipólito da Costa e nem comenda

alguma, o João Teodoro simplesmente se plasmara nos princípios liberais, por entre as seitas maçônicas muito em moda na época.

Em se sabendo do tipógrafo, não admira o destemore e belicosidade do João Teodoro, que andou com o seu jornal aos trancos e trompaços, se molestando, se inimizando até ao ódio com gente graúda da terra, incluso o Meritíssimo Juiz da Comarca. O tipógrafo, mesmo quando pretenda consertar o mundo e nivelar a sociedade a dinamite, é sempre um idealista sincero e brigão por suas idéias. Manejando sem galanices de estilo e nem tiradas poéticas a pena de jornalista, pode descer a pasquineiro, metendo a mão em escândalos, sem deixar, no entanto, de ser honesto aos princípios e programas traçados.

Com referência ao legítimo pioneiro na imprensa da "Princesa d'Oeste", ele se nos apresenta como homem do povo, gazeteiro de combate, pelejando num época que se afirma algures ter sido a dos "assalariados porretes, moedores e atrevidos" das "venalíssimas garruchas, liquidadoras de teimosos". João Teodoro não se vendeu, não levou tunda e nem chegou a engolir qualquer folha impressa que estampasse um dos seus artigos mais desaforados. Ele, só, aguentou a mão em quinze processos, por delitos de imprensa, durante os poucos anos de vida da "Aurora Campineira". E com a ajuda do irmão, redigia, compunha, imprimia e distribuía semanalmente o jornal aos 120, assinantes, quantos chegou a possuir.

Convertido em órgão oficial do Partido Conservador, a começar de 10 de janeiro de 1860, deixou o periódico de ser "Aurora Campineira" para se rebatizar em "O Conservador", então sob a direção política do dr. Francisco Antônio de Araújo, indicado pelo diretório "conservador" local. Já, agora, tão-somente proprietário da tipografia editora, enxugou a pena de pato o ardoroso João Teodoro, retirando-se para o posto de gerente da folha que imprimia.

(História da Imprensa em Campinas, em
"Monografia histórica do Município de
Campinas, pp. 302-304. Rio de Janeiro,
Serv. Graf. do Instituto Brasileiro de
Geografia e Estatística, 1952).

TEXTOS

(Sugestões para Seminários)

CAPITANIA DE SÃO VICENTE VISTA PORTOMÉ DE SOUZA

S. Vicente, capitania de Martim Afonso, é uma terra muito honrada e de grandes águas, serras e campos. Está a Vila de S. Vicente situada em uma ilha de três léguas de comprido e uma de largo, na qual ilha se fez outra vila que se chama Santos, a qual se fez porque a de S. Vicente não tinha bom porto e a de Santos, que está uma légua da de S. Vicente, tem o melhor porto que se pode ser e todas as naus do mundo poderão estar nele com os proízes dentro em terra. Esta ilha me parece pequena para duas vilas. Parecia-me bem ser uma só e toda a ilha ser termo dela. Verdade é que a Vila de S. Vicente diz que foi a primeira que fez nesta costa, e diz verdade, e tem uma igreja muito honrada e honradas casas de pedra e cal com um colégio dos irmãos de Jesus.

Santos precedeu-a em porto e em sítio, que são duas grandes qualidades, e nela está já a Alfândega. Ordenará V. A. nisto o que lhe parecer bem, que eu houve medo de desfazer uma vila a Martim Afonso, ainda que lhe acrescentasse três: a Bertioga, que está cinco léguas de S. Vicente, na boca do rio por onde os índios lhe faziam muito mal eu a tinha já mandado fazer da maneira que tinha escrito a V. A., sem custar nada, senão o trabalho dos moradores, mas agora que vi com os olhos e as cartas de V. A., a ordenou e acrescentei doutra maneira, que pareceu a todos bem, segundo V. A. verá por este debuxo.

E ordenei outra vila no começo do campo desta Vila de S. Vicente, de moradores que estavam espalhados por ele, e os fiz cercar e ajuntar, para se poderem aproveitar todas as povoações deste campo, e se chama a Vila de Santo André, porque onde a situei estava uma ermida deste apóstolo, e fiz capitão dela a João Ramalho, natural do termo de Coimbra, que Martim Afonso já achou nesta terra quando cá veio. Tem tantos filhos, netos e bisnetos e

descendentes dele (que) o não ousou dizer a V. A. Não tem câs na cabeça nem no rosto e anda nove léguas a pé antes de jantar.

E ordenei outra vila na borda deste campo ao longo do mar, que se chama a Conceição, de outros moradores que estavam derramados pelo dito campo, e os ajuntei e fiz cercar e viver em ordem, e além destas duas povoações serem mui necessárias para o bem comum desta capitania, folguei de o fazer pelo que direi em outro item abaixo deste. Estas duas vilas de S. Vicente e Santos não estão cercadas e as casas de (tal) maneira espalhadas que se não podem cercar senão com muito trabalho e perda dos moradores, porque tem casas de pedra e cale grandes quintais, e tudo feito em desordem, por onde lhe não veio outra melhor telha que em cada uma delas que fazer-se no melhor sítio que puder e mais convinhável, para sua defesa, cada uma seu castelo, e desta maneira ficarão bem, segundo a qualidade da terra, e deve-se logo prover nisto quem com razão o deve fazer, porque doutra maneira estão mal.

(Apud Tapajós, Vicente - **A política administrativa de D. João III**, pp. 96-97. Brasília, Universidade de Brasília, 1983. (Col. "História Administrativa do Brasil", v. 2).

*

OCARÁTERDA REFORMA NA INGLATERRA (Lindsay)

A Igreja e o povo inglês romperam com o sistema eclesiástico medieval em circunstâncias tão excepcionais que é impossível considerar esse rompimento como fazendo parte da Reforma, ou como tendo muita coisa em comum com os movimentos contemporâneos na Alemanha e na França.

Enquanto durou o reinado de Henrique VIII, a Igreja da Inglaterra, que se havia separado do papa, pouco ou nada tinha de comum com a Reforma. O que durante aquele reinado se fez foi simplesmente demolir a Igreja da idade Média. A verdadeira Reforma começou no reinado de Eduardo VI e a sua adoção formal teve lugar no de Isabel.

Henrique VIII destruiu a supremacia do papa, tanto espiritual como temporal; derrubou a grade eclesiástica que unia a Igreja da Inglaterra à grande Igreja Ocidental governada pelo bispo de Roma, mas não pôs coisa alguma duradoura em seu lugar. O seu fim era estabelecer um papado real, tão despótico e ainda mais secular do que aquele que estava destruindo, sobre as ruínas da jurisdição do bispo de Roma.

A Igreja que ele construiu segundo o seu modelo não durou mais do que a vida dele; mas a sua obra durou o bastante para dar à Reforma da Igreja da Inglaterra, quando mais tarde ela se tornou um fato, aquele caráter particular que a distinguiu dos movimentos do mesmo gênero ocorridos noutros países. O objeto de Henrique VIII era modificar de tal modo as condições eclesiásticas da Inglaterra que o rei ocupasse o lugar do papa, e ficasse governando, não só temporal como espiritualmente, de modo que, mediante a Igreja, tivesse sobre os seus súditos um domínio absoluto.

(Lindsay, T. M. - **A Reforma**. Trad. de J. S. Canuto. Lisboa, Livraria Evangélica, 1912., pp. 157-158.

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

RODOLFO GARCIA (1873-1949)

Muito deve a historiografia brasileira a Rodolfo Garcia. Seria quase desnecessário lembrá-lo, tanto o seu nome tornou-se familiar a quem quer que tenha dedicado alguns momentos ao estudo de nosso passado. Possuidor de sólida erudição, alcerçada na beneditina paciência com que se entregou a pesquisas arquivais e bibliográficas, tudo quanto saía de sua pena trazia a marca da garantia e sobretudo da probidade, ligando o seu nome de maneira indissolúvel a algumas realizações de grande vulto nos domínios da cultura nacional. Bastaria citar, como exemplo, as sábias anotações ao texto de Varnhagen, cuja obra - a **História geral do Brasil** - tornou-se engrandecida e extremamente valorizada com os apensos que, a princípio em colaboração com Capistrano de Abreu e sozinho a partir do segundo tomo, apôs-lhe o antigo diretor da Biblioteca Nacional.

Não foi apenas na obra de Varnhagen que Rodolfo Garcia demonstrou sua erudição. Outras edições críticas do mais alto valor lhe são devidas: o livro de Claude d'Abbeville, no qual se interessou particularmente pela parte lingüística (outro assunto de sua predileção), o Gandavo (na edição da Academia Brasileira), os textos de Fernão Cardim, os **Diálogos das grandezas do Brasil**, as cartas de Nóbrega, a "Arte" de Anchieta, o **Peregrino da América**, de Nuno Marques, a obra do padre Gay sobre os jesuítas do Paraguai, entre outras.

Em seu acervo devem ser creditados, ainda, os vinte volumes dos "Anais da Biblioteca Nacional", cuja publicação promoveu ao tempo em que dirigiu a grande instituição criada por D. João VI. E que repositório magnífico de informações constituem esses "Anais", indispensáveis a qualquer pesquisa sobre assunto ligado ao nosso passado, e nos quais a divulgação de documentos valiosos se alterna com a reedição de textos raríssimos!

Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (seu nome completo) nasceu a 25 de maio de 1873 em Ceará-Mirim, RN, e faleceu no Rio de Janeiro a 14 de

novembro de 1949. Pretendeu, de início, a carreira das armas, cursando a Escola Militar de Fortaleza e, depois, a da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Mas, desde logo viu não ser essa sua real vocação. Daí, retornou ao Nordeste, cursando a Faculdade de Direito de Recife, pela qual se graduou em 1908. Ainda estudante, colaborou na imprensa pernambucana e lecionou em alguns colégios. Foi quando começou a recolher dados para o **Dicionário de Brasileirismos**, que publicou em 1915.

Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1912, conquistando logo a amizade do Conde de Afonso Celso, que lhe conseguiu os primeiros empregos como professor e bibliotecário. Publicou trabalhos sobre Biblioteconomia e Bibliografia, salientando-se, entre estes, a **Bibliografia geográfica brasileira**, acolhida pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em seu volume 139, correspondente a 1919, mas só publicado em 1921. Para o grande **Dicionário histórico, geográfico e etnográfico**, publicado pelo Instituto Histórico em comemoração ao centenário da Independência, redigiu os capítulos sobre **Etnografia Indígena** e **História das explorações científicas no Brasil**.

Postumamente (1956) foi publicado o **Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil**, reunindo preleções proferidas num curso público promovido em 1932 pelo Museu Histórico Nacional. Prefaciou-o Afonso de E. Taunay, traçando excelente apreciação sobre a obra do autor. O volume integrou a preciosa coleção "Documentos Brasileiros" (nº 84) da Editora José Olympio e fez jús a uma segunda edição, em 1975. Deste volume o autor desta nota ocupou-se quando de seu aparecimento, na revista **Anhembi**, de São Paulo, nº 67, de abril de 1957, e dele foi extraída a "Seleta", que publicamos a seguir.

Diversos historiadores e críticos literários manifestaram-se sobre a obra de Rodolfo Garcia (Wilson Martins, Josué Montello...). Talvez a mais recente apreciação seja a da Professora Miridan Britto Knox Falci, no discurso com que se empossou no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, e no qual escolheu Rodolfo Garcia como seu patrono. Ver o nº de 1996/1997 da Revista do referido Instituto, pp. 43-46. O.N.M.

SELETA

A TRANSFERÊNCIA DA CORTE PORTUGUESA PARA O BRASIL

Rodolfo GARCIA

ENTRE OS LOUVORES que os primeiros cronistas do Brasil faziam à terra, é de reparar a insistência com que se referiam à possibilidade de vir ela a servir um dia de sede da monarquia lusa. Permitam-me uma pequena incursão através das nossas crônicas, e ficará suficientemente abonado o reparo que faço.

Primeiro temos Gabriel Soares de Sousa, no proêmio de seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*: "Como todas as cousas têm fim, convém que tenham princípio, e como o da minha pretensão é manifestar a grandeza, fertilidade e outras grandes partes que tem a Bahia de Todos os Santos e o demais estado do Brasil, do que se os reis passados tanto se descuidaram; a el-rei nosso Senhor convém, e ao bem do seu serviço, que lhe mostre, por estas lembranças, os grandes merecimentos deste seu estado, as qualidades e estranhezas dele, etc.; para que lhe ponha os olhos e bafeje com seu poder; o qual se engrandeça e estenda a felicidade, com que se engrandeceram todos os estados que reinam debaixo de sua proteção; porque está muito desamparado depois que El-Rei D. João III passou desta vida para a eterna, o que o principiou com tanto zelo, que para o engrandecer meteu nisso tanto cabedal, como é notório, o que se vivera mais dez anos, deixara nele edificadas muitas cidades, vilas e fortalezas mui populosas, o que se não efetuou depois do seu falecimento, antes se arruinaram algumas povoações que em seu tempo se fizeram. Em reparo e acrescentamento estará bem empregado todo o cuidado que S. M. mandar ter deste novo reino; pois está capaz para se edificar nele um grande império, o qual com pouca despesa destes reinos se fará tão soberano, que seja um dos estados do mundo..."

Depois, em ordem cronológica, vem Brandônio, ou Ambrósio Fernandes Brandão, o autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de 1618, no primeiro Diálogo: "Esta província do Brasil é conhecida no mundo com o nome de América, que com mais razão houvera de ser pela terra de Santa Cruz, por ser assim chamada primeiramente de Pedrálvares Cabral, que a descobriu em tal dia, na segunda armada que El-Rei D. Manuel, de gloriosa memória, mandava à Índia, e acaso topou com esta grande terra não vista nem conhecida até então no mundo, e por lhe parecer o descobrimento notável despediu logo uma caravela ao reino com as novas do que achara, e sobre isso me disse um fidalgo velho, bem conhecido em Portugal, algumas cousas de muita consideração... E indaga o interlocutor Alviano: "E que é o que vos disse esse fidalgo. - Responde Brandônio: "Dizia-me ele que ouvira dizer a seu pai, como cousa indubitável, que a nova de tão grande descobrimento foi festejada muito do magnânimo rei, e que um astrólogo, que naquele tempo no nosso Portugal havia de muito nome, por esse respeito alevantara uma figura, fazendo computação do tempo e hora em que se descobriu esta terra por Pedrálvares Cabral, e que outrossim do tempo e hora em que teve el-rei aviso de seu descobrimento, e que achara que a terra novamente descoberta havia de ser uma opulenta província, refúgio e abrigo da gente portuguesa, posto que a isso não devemos dar crédito, são sinais da grandeza em que cada dia se vai pondo." . . Essa notícia de um astrólogo que predisse o futuro do Brasil, não é invenção de Brandônio.

Damião de Góis, na *Crônica de D. Manuel*, já refere o fato, asseverando que o rei era "muito dado à astrologia judiciária, em tanto que no partir das naus para a Índia ou no tempo que as esperava, mandava tirar juízos por um grande astrólogo português, morador em Lisboa, por nome Diogo Mendes Vizinho, natural da Covilhã, de alcunha o Coxo, porque o era de aleijão, e depois deste falhar, com Tomás de Torres, seu físico, homem mui esperto, assim na astrologia, como em outras ciências".

Outro cronista, este já nascido no Brasil, Frei Vicente do Salvador, que terminou sua *História* em 1627, afirmava que o Brasil naquele tempo podia sustentar-se com seus portos fechados, sem socorro de outras terras, e indagava e respondia ao mesmo tempo: "... de Portugal vem farinha de trigo? a da terra basta. Vinho? de açúcar se faz mui suave e, para quem o quer rijo, com o deixar ferver dois dias embebida como o de uvas. Azeite? faz-se de cocos de palmeiras. Pano? faz-se de algodão com menos trabalho do que lá se faz o de linho e de lã, porque debaixo do algodoeiro o pode a fiandeira estar colhendo e fiando, nem faltam tintas com que se tinja. Sal? cá se faz artificial e natural, como agora dissemos. Ferro? muitas minas há dele, e em São Vicente está um

engenho onde se lavra finíssimo. Especiarias? há muitas espécies de pimenta e gengibre. Amêndoas? também se escusam com a castanha de caju, *et sic de ceteris*.

Se me disserem que não pode sustentar-se a terra que não tem pão de trigo e vinho de uvas para as missas, concedo, pois este divino sacramento é nosso verdadeiro sustento; mas para isto basta o que se dá no mesmo Brasil, em São Vicente e campo de São Paulo... E com isto está que tem os portos abertos e grandes barras e baías, por onde cada dia entram navios carregados de trigo, vinho e outras mercadorias, que deixam a troca das da terra".

Vê-se, portanto, que o Brasil, desde os seus primeiros dias, estava, no conceito dos que sobre ele escreviam e tratavam, fadado aos grandes destinos, que depois se realizaram: refúgio e abrigo da gente lusa, sede da monarquia portuguesa. Mais de uma vez, em ocasiões de perigos iminentes na política européia, a corte cogitou em transferir-se para o Brasil. D. João IV duas vezes se deixou seduzir por esta idéia, quando projetou casar o primogênito, Príncipe D. Teodósio, primeiro em França, depois com a filha de Filipe IV, entregando o governo da parte européia dos domínios, e conservando para si a coroa do Brasil. Entretanto, não há razão para crer que, realizado o consórcio, esta condição do projeto se cumprisse. A dúvida que sobre isso teve o Cardeal Mazarini de algum modo contribuiu para que abortasse a tentativa do noivado francês - observa nas *Novas Epanáforas* o historiador J. Lúcio de Azevedo. Mais tarde, em 1660, quando rebentou a guerra entre Portugal e a Espanha, a idéia esteve para ser posta em prática, segundo o testemunho do Padre Antônio Vieira. Em carta a Francisco de Brito Freire, datada da Bahia, de 24 de junho de 1691, Vieira recorda assim o incidente: "Oh! quanto tornara eu a ver a V. S^a, desta banda! Lembro-me agora de quando a rainha mãe [viúva de D. João IV], por conselhos dos Condes de Castanheda e de Sousa, enviou a V. Sa. não só para governar Pernambuco, mas para prevenir a seus filhos uma retirada segura, no caso em que algum sucesso adverso, que então muito se temia, necessitasse deste último remédio. E também V. Sa. estará lembrado de que S. M. me mandou passar do Maranhão, onde então estava, para assistir a V. Sa. e se seguir o roteiro que el-rei, que Deus tem, tinha prevenido, como tão prudente, para o caso de semelhante tempestade, e se achou depois de sua morte em uma gaveta secreta rubricado de sua real mão com três cruces." Vieira alude aos sucessos passados depois da paz entre a França e Castela e à guerra que esta movia a Portugal. O momento era alarmante para o reino luso. O Duque de Aveiro tinha desertado para a Espanha; D. Fernando Teles de Faro, embaixador na Holanda, fora subornado, passando a servir a Filipe IV. A guerra nas fronteiras arrastava-se com escasso êxito, e tudo pressagiava perigos à

dinastia. Sabe-se que Antônio Vieira se dispunha para a jornada a Pernambuco, quando os colonos do Pará, em revolta contra os jesuítas, o prenderam, sendo então forçado a tornar à Europa. No reinado de D. João V, a idéia chegou a preocupar um dos maiores estadistas portugueses, D. Luís da Cunha, que J. Lúcio de Azevedo considera um original espírito, adiantado em demasia para o Portugal do seu tempo, que a externou na Instrução a Marco Antônio de Azevedo Coutinho para quando fosse ministro de Estado. Considerei talvez visionariamente - escreveu D. Luís da Cunha - que S. M. se achava em idade de ver potentíssimo e bem povoado aquele imenso continente do Brasil; e nele tomasse o título de imperador do Ocidente; que viesse estabelecer a sua corte levando consigo todas as pessoas que de ambos os sexos o quisessem acompanhar, que não seriam poucas, com infinitos estrangeiros, e na minha opinião o lugar mais próprio da sua residência seria a cidade do Rio de Janeiro." Dessa proposta ou sugestão, é provável que não tivesse conhecimento o soberano; pelo menos disso não ficou nenhum indício na história de seu reinado. Mas D. Luís da Cunha dizia que seu bisavô, D. Pedro da Cunha, apresentara a mesma sugestão em 1580 ao Prior do Crato.

No reinado de D. José I, quando rebentou a guerra com a Espanha, em 1762, houve quem afirmasse que durante todo o tempo esteve no Tejo de prevenção uma nau, para, em caso de perigo, transportar ao Brasil a família real. Varnhagen atribui as construções grandiosas então ordenadas no Pará, o palácio do governo e outras, àquele projeto. Mas J. Lúcio de Azevedo não encontra muito fundamento histórico nessas asserções, tanto no caso da nau preparada para o transporte da família real, como no preparo dos edifícios paraenses para recebê-la. Varnhagen não citou a fonte onde colheu a informação, e isso nos impede de confirmá-la. O certo, porém, é que, havendo perigo, o caminho do Brasil estava aberto...

Foi o que aconteceu depois, em 1807, quando se deu o que poderíamos chamar de "inversão brasileira", isto é, a transformação da capital da colônia luso-americana em sede do governo da monarquia portuguesa. Como sabem todos, nos fins do século XVIII e princípios do seguinte, a Europa esteve absolutamente convulsionada, do ponto de vista político. Portugal, desde 1792, era governado ou desgovernado pelo Príncipe D. João, por incapacidade de D. Maria I, cuja razão ficou abalada por desgostos de família. Quase todo o continente europeu estava então sob o guante de Napoleão Bonaparte. Apenas a Inglaterra resistia. Pretendendo feri-la com um golpe mortal, Napoleão decretou em Berlim o bloqueio do continente, a que Portugal, satélite da Inglaterra, deixou de aderir, incorrendo assim nas iras do vencedor do mundo. Napoleão, que em 1801 havia incitado a Espanha contra Portugal,

aliando-se de novo àquela nação em 1807, fez ao Príncipe Regente D. João a imposição de romper com a Inglaterra. D. João, que a princípio respondera com evasivas, mandando ao soberano francês ricos presentes e propondo-lhe o casamento de D. Pedro com uma filha de Luciano Bonaparte, teve afinal que ceder; e por dois decretos, de outubro e novembro de 1807, não só aderiu ao bloqueio continental, como também ordenou a detenção dos súditos britânicos domiciliados em Portugal e a confiscação de suas propriedades. Em consequência dessas medidas os navios ingleses bloquearam os portos do reino e ocuparam a ilha da Madeira. Entre a cruz e a caldeirinha, D. João ainda por cima ignorava a existência do tratado de Fontainebleau, celebrado em 27 de outubro entre a França e a Espanha, em virtude do qual o reino de Portugal seria retalhado, ficando ao ministro da Espanha, o Príncipe da Paz, a soberania dos Algarves e do Alentejo, reservando o norte ao rei da Etrúria, com o título de rei da Lusitânia, e guardando a França o resto do reino. O Brasil e mais colônias portuguesas seriam ulteriormente repartidos entre a Espanha e a França. Só veio D. João a ter conhecimento desse tratado por intermédio do comandante da esquadra inglesa, Sir Sidney Smith, ao mesmo tempo que o Tenente-Coronel Carlos Frederico Lecor lhe vinha anunciar que um poderoso exército francês, às ordens de Junot, marchava sobre Lisboa. Deixar-se ficar em Portugal, seria D. João sujeitar-se à sorte que tiveram Carlos IV e Fernando VII da Espanha. A solução, portanto, era a de que já haviam cogitado os reis e governos anteriores: a fuga para o Brasil, refúgio outrora de degredados, agora de príncipes e fidalgos. Já a vanguarda dos franceses havia passado Abrantes, quando, precipitadamente, foi pela corte, por sugestão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, apoiada pelo ministro inglês Strangford (que, havendo recebido seus passaportes, se conservava na esquadra inglesa que bloqueava a barra do Tejo) tomada a resolução de toda ela passar para o Brasil. Na sexta-feira, 27 de novembro, pelas 11 da manhã, se embarcou pois o regente com a família real, e no domingo, 29, pela manhã, se fez de vela para o Brasil com uma esquadra de sete naus, cinco fragatas, dois brigues e duas charruas, além de muitos navios mercantes da praça, que partiram na mesma manhã, pois os que esperaram para a tarde foram impedidos de sair, pelas autoridades francesas, cujas tropas entraram em Lisboa no dia seguinte.

Assim se fez a transmigração da corte portuguesa para o Brasil, com o seu séquito de cerca de 15.000 pessoas, de fidalgos, funcionários, criados, oficiais e soldados. Era a "inversão brasileira", como bem qualificou Sílvio Romero, porquanto o Brasil passou a ser a metrópole e Portugal a colônia. No manifesto de 1º de maio de 1808, com que o Príncipe D. João declarou guerra à França, disse ele profeticamente que erguia a voz no seio do novo império que viera criar. A frota em que vinha a corte teve de separar-se por acidentes

do mar, de modo que o navio que trazia o Príncipe chegou primeiro à Bahia em 23 de janeiro de 1808 e os outros depois àquele porto e ao do Rio de Janeiro. Ao chegar à Bahia o Príncipe, procurou José da Silva Lisboa, um dos brasileiros mais notáveis pelos seus talentos e saber naquela época, ao ex-Governador D. Fernando José de Portugal, seu amigo, para convencê-lo da necessidade da abertura dos portos do Brasil ao comércio do mundo, medida indispensável, pois que se neles então só entravam navios portugueses e só de Lisboa e do Porto se faziam trocas, fechados estes, em consequência da ocupação francesa, ficaria o Brasil sem as mercadorias imprescindíveis à sua vida, a monarquia sem recursos e a exportação sem mercados onde se despejar.

A evidência desses fundamentos - diz Tobias Monteiro - não evitou a grande resistência que eles encontraram, e parecia de graves consequências tomar tão depressa, na primeira semana após a chegada ao Brasil, providência de tamanho alcance, na ausência da maior parte dos conselheiros da coroa, atrasados na viagem; mas tal foi a força dos argumentos de Lisboa, que D. Fernando a eles cedeu, e fez com que o Príncipe Regente publicasse a carta régia de 28 de janeiro que abria os portos do Brasil ao comércio direto de todas as nações amigas. Desse modo - conclui Tobias Monteiro - empurrados por Napoleão e pela Inglaterra, e guiados pela mão de um brasileiro, o Príncipe e seus ministros, embora sem compreender, davam os primeiros passos para a independência do Brasil. Já no Rio de Janeiro, o Príncipe Regente decretou a liberdade do comércio e indústria manufatureira, sem distinção de nacionalidade ou de casta, isso por alvará de 1 de abril de 1808, que revogou o de 5 de janeiro de 1785, de que já vos falei em outra lição. Esse regime de concessões liberais refletiu-se ainda em outros atos administrativos do Príncipe Regente, como o de 7 de fevereiro, criando os serviços de higiene pública, bem como os cargos de físico-mor e cirurgião-mor do reino de Portugal, Estados e domínios ultramarinos, "com o fim de entenderem em tudo quanto pudesse concorrer para o aumento e conservação da saúde pública, fazendo desarraigat antigos e prejudiciais abusos, e dando todas as providências que fossem análogas e conducentes a tão importante objeto". Fundou-se o ensino médico, anuindo-se à proposta do Dr. José Correia Picanço sobre a necessidade de criar uma escola de cirurgia anexa ao hospital da cidade "para instrução dos que se destinavam ao exercício desta arte", e cometendo-se-lhe a escolha de professores, que "não só ensinassem a cirurgia propriamente dita, mas a Anatomia, como base essencial dela, e a arte obstétrica, tão útil como necessária".

Ainda na Bahia, D. João decretou a incorporação da primeira companhia de seguros que houve no Brasil, intitulada *Comércio Marítimo*,

cujos estatutos aprovou; concedeu licença para uma fábrica de vidro; autorizou o governador a estabelecer a cultura do trigo e fábricas de moagem; a mandar abrir estradas, com especialidade para o Rio de Janeiro; a mandar estudar o melhor plano de defesa e fortificação da Bahia, indicando-se quais as medidas urgentes e mais consentâneas, e ficando, para o mesmo fim, autorizado a fazer construir 25 barcas canhoneiras; a criar uma fábrica de pólvora e uma fundição de artilharia; a realizar todas as obras de fortificação do porto; e a organizar dois esquadrões de cavalaria. O Príncipe Regente chegou ao Rio a 7 de março de 1808. A 10 de março foi assinado o decreto destituindo o ministério que acompanhara o Príncipe, e organizado novo gabinete. Essa mudança, refere Melo Moraes, teve por causa o boato de traição que se espalhara em Lisboa, e que fez algum peso no ânimo de D. João, de haver o Ministro Antônio de Araújo aconselhado a partida do Príncipe da Beira, D. Pedro, como condestável, para o Brasil; e com isso, buscar-se salvar o filho para entregar ò pai aos inimigos. Esse boato, que os inimigos dos Ministros Tomás Antônio e Conde da Barca fizeram espalhar por toda parte, não se desvaneceu em Lisboa, nem se apagou de todo no ânimo do Regente.

O primeiro ministério no Brasil ficou assim constituído:

Negócios do Reino: D. Fernando José de Portugal, depois Marquês de Aguiar;

Negócios Estrangeiros e da Guerra: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois Conde de Linhares;

Negócios da Marinha e Ultramar: D. João Rodrigues de Sá e Meneses, visconde e depois Conde de Anadia.

Durante o governo do Príncipe D. João regente e rei, de 1816 por diante, até 1821, sucederam-se vários ministérios, mas três deles foram verdadeiramente notáveis: o do Conde de Linhares, o do Conde da Barca e o de Tomás Antônio.

Com o primeiro ministério criou-se o Conselho de Estado; logo depois, a 1 de abril, estabeleceu-se o Supremo Conselho Militar e de Justiça; a 5 de abril criou-se a Intendência-Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil; a 28 de junho criou-se o Erário Régio e o Conselho de Fazenda; por decreto de 13 de maio de 1809 organizou-se o Corpo da Guarda Real da Polícia da Corte; por decreto de 28 de maio de 1810 criou-se o Real Teatro de São João, depois de São Pedro, que ficou sob a direção da Intendência de Polícia, com a obrigação de "promover todos os meios para ele se erigir e conservar sem dispêndio das rendas públicas e sem ser por meio de contribuição, que grave mais ou menos os meus vassallos" - dizia o Príncipe. Não deve passar

despercebida a iniciativa da fundação do Banco do Brasil, cujos estatutos foram oficialmente publicados a 8 de outubro de 1808, e a 12 ficou o banco constituído com o capital de mil e duzentos contos de reis dividido em 1.200 ações. Essa iniciativa deve-se ao Conde de Linhares. Os bilhetes emitidos pelo Banco, pagáveis à vista e ao portador, tinham caráter de moeda corrente, garantida por lastro metálico. O Banco operava sobre descontos de letras de terra e de câmbio, sobre depósitos e recebimentos de dinheiros a prêmio, sobre saques de umas para outras capitanias do Brasil, possessões portuguesas e praças estrangeiras. Em 1809 igualou-se o valor das moedas de prata e cobre em todo o país e criou-se um patacão de prata do valor de 960 réis, circulando na Bahia e no Rio; impôs-se o tributo da décima predial urbana; estabeleceu-se o direito a sisa; criaram-se os lugares de juiz conservador dos privilegiados e falidos, de superintendente-geral dos contrabandos e de fiscal da Real Junta do Comércio; isentaram-se de direitos de entrada e saída os tecidos aqui fabricados, e de direitos de importação as mercadorias estrangeiras procedentes de Lisboa que aí tivessem pago esse imposto. Muitos são os atos administrativos do Príncipe Regente, que merecem registro especial; vamos conhecer apenas os principais; a criação da Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro, em 1810; a Academia Real Militar, em 1811; o Museu Nacional, o Jardim Botânico, etc.

A justiça manda reconhecer que D. João VI foi para o Brasil um bom rei. Oliveira Lima, fazendo-lhe esta justiça, traçou-lhe este veredicto:

"Era por um lado preciso que este rei tivesse algum valor para que, preponderando no seu conselho ora um ministro enérgico e inovador, como Linhares, ora um indiferente libertino como Galvêas, ora um diletante intelectual e político de horizontes largos como Barca, ora um espírito acanhado e rotineiro como Aguiar, ora um homem de lei apegado às praxes forenses e de curta visão diplomática como Tomás Antônio - o progresso se mantivesse numa escala apreciável, denunciando uma ação mais ou menos constante, mais ou menos vigorosa, porém una e direta, sobre a marcha que tomavam os acontecimentos. Tal foi o papel do monarca que fundou a nacionalidade brasileira: através dos ministros agia a coroa, cuja direção suprema apresentava as modalidades diversas dos agentes que encarnavam o impulso do movimento de transformação contido na obra administrativa."

(Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil. 1500-1800: 155-162. Segunda edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975. ("Documentos Brasileiros", v. 84).

RABISCOS DE UM ESCRIVINADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

311. O "24 DE MAIO", EVOCAÇÃO DE IMPORTANTE EVENTO

Numerosas cidades do Brasil inscreveram em suas placas de ruas a data de hoje, 24 de maio, assinaladora da primeira batalha de Tuiuti, em 1866, grande vitória do general Osório e decisiva para o prosseguimento da campanha contra Solano Lopez. Os especialistas em história militar consideram-na um evento realmente significativo. Daí, ter sido sempre considerada um símbolo na crônica de nossa vida militar, durante muito tempo comemorada com grande júbilo e aparato nas corporações do exército, o que parece ter passado de moda. E tal como a data, o seu herói, um dos nomes-tanto quanto Caxias - de maior significação na galeria dos nossos vultos, os dois mais homenageados de toda a nossa crônica. Rara, igualmente, a cidade que não tenha os dois nomes atribuídos a vias públicas.

Osório, apesar de condecorado com o título de "Marquês de Herval" foi sempre conhecido pelo seu próprio nome, caso raro em que o título não fez eclipsar o nome, como de comum acontece. Quantos, por exemplo, saberão os nomes do Visconde de Mauá, do Barão do Rio Branco, do Barão de Cotegipe, do Marquês de Barbacena, do Marquês de Abrantes e do próprio Duque de Caxias?

A toponímia relativa à Guerra do Paraguai tornou-se freqüente na nomenclatura urbana do Brasil, e isso logo após a cessação do conflito, em 1870. Numerosas cidades do Brasil ostentam, em suas placas de ruas, os nomes

de "Riachuelo", "Humaitá", "Paissandu", "Aquidabã", "Uruguaiana", "Corrientes" "Avaí" ... E, às vezes, até topônimos pouco significativos, como o caso de Botucatu que deu uma de suas ruas o nome de "Curuzu" .

Na cidade de São Paulo, além de todo um bairro praticamente dedicado à Guerra do Paraguai (o Alto da Lapa), o evento é lembrado, também, na parte mais antiga da cidade, com as ruas denominadas "Aurora" "Vitória" e "Triunfo", todos nomes alusivos ao desfecho da guerra. De todos os topônimos, "Riachuelo" é o que tem merecido a preferência das cidades brasileiras e, em decorrência da rua, o nome estendeu-se também a estabelecimentos comerciais, escolas, clubes, e até marcas registradas de produtos da mais variada natureza.

Em muitos casos, os nomes relativos à Guerra do Paraguai são atribuídos a ruas de muita importância. Não nos esqueçamos da rua 24 de maio, da Capital, uma das mais movimentadas do centro comercial da grande metrópole, o mesmo acontecendo com a rua Uruguaiana, no Rio de Janeiro. O nome da grande cidade da fronteira evoca a famosa "rendição" de Estigarribia, à qual assistiu o próprio Imperador D. Pedro II, a 18 de setembro de 1865, evento este imortalizado num belo quadro de Pedro Américo, outrora muito divulgado nos manuais de história pátria.

Quanto às datas, a utilização é bem menor. Além do 24 de maio (objeto precípuo desta nota), recordo-me apenas do 11 de junho (batalha do Riachuelo) e 1º de março (final da guerra), esta lembrada numa das mais importantes vias públicas do Rio de Janeiro (24-5-97).

312. TEXTOS RELATIVOS AO BANDEIRISMO

Por ocasião do quarto centenário da cidade de São Paulo (1954), a Livraria Martins Editora, não mais existente, publicou, sob a direção de Afonso de Taunay e com o patrocínio da comissão organizadora das comemorações da grata efeméride, a "Biblioteca Histórica Paulista", nos moldes da "Biblioteca Histórica Brasileira", publicada alguns anos antes pela mesma editora, sob a direção de Rubens Borba de Moraes.

A nova coleção compreendia dez títulos valiosos da bibliografia histórica paulista, entre eles alguns clássicos, como as obras de Frei Gaspar da Madre de Deus e de Pedro Taques, os "Apontamentos Históricos", de Azevedo Marques e alguns relatos de viajantes que percorreram a província no século passado, como Saint-Hilaire, Tschudi, Zaluar e D'Alincourt.

Integrando a "Biblioteca" promoveu Taunay a publicação de dois volumes de textos relativos ao Bandeirismo, aos quais intitolou "Relatos

Sertanistas" e "Relatos Monçoeiros". Nem todos os textos eram inéditos, mas era como se o fossem, pois haviam sido estampados em publicações antigas e de difícil acesso.

Em "Relatos Sertanistas", reuniu Taunay os documentos constantes da Coleção Felix Pacheco, da Biblioteca Municipal de São Paulo (atualmente denominada "Mário de Andrade") e mais alguns códices importantes sobre penetrações pelo sertão, entre os quais o roteiro de Silva Braga relativo ao descobrimento de Goiás, bem como outros sobre Mato Grosso. Dos mais significativos são os textos referentes ao Rio das Mortes, "sua descrição, descobrimento das suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e criação das suas vilas". De igual interesse, sobretudo para a história das comunicações, a "Demonstração dos diversos caminhos de que os moradores de São Paulo se servem para os rios Cuiabá" ou o "Roteiro para os Martírios, indo em canoa pelo Ribeirão de Goiás".

O volume sobre as Monções vem precedido de excelente ensaio de quase cem páginas do próprio Taunay, sobre o movimento monçoeiro e contém, entre outros documentos valiosos, o "Diário da Navegação", de Teotônio José Juzarte, que já havia sido divulgado por Taunay em mais uma ocasião, a "carta de um passageiro de monção" e a relação da viagem do Conde de Azambuja de São Paulo a Cuiabá.

Os volumes da "Biblioteca Histórica Paulista", dado o caráter de publicação oficial, desapareceram logo das livrarias, pois a maior parte da edição fora distribuída pela "Comissão de Quarto Centenário". O mesmo ocorreu com uma reedição feita em 1972, ao ensejo do sesquicentenário da Independência, fora de comércio e distribuída apenas a entidades culturais. Mais uma reedição mereceram os dois documentários sobre o Bandeirismo, na década de 80, pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo, integrando a preciosa coleção "Reconquista do Brasil" (nova série, volumes 33 e 34). Mas também estes já fora de circulação, portanto longe, bem longe do alcance dos interessados. Lamentável! (31-5-97)

313. O HISTORIADOR DE BLUMENAU

É possível que o nome evocado nesta nota diga muito pouco, talvez mesmo nada a muitos leitores; mas dirá muito, muitíssimo até, a quem quer que tenha alguma vinculação com a terra catarinense. Trata-se de José Ferreira da Silva (1897-1973), a quem estou denominando "historiador de Blumenau". Embora não tenha nascido na bela cidade do vale do Itajaí, nela viveu praticamente a vida toda, com intensa participação na vida política,

administrativa, social e cultural, e neste último caso sobretudo nos domínios da história, não só de Blumenau, mas de todo o Estado de Santa Catarina.

Transcorrido neste ano o seu centenário, a Academia Catarinense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (instituições a que pertenceu) celebraram de maneira condigna a ocorrência; o próprio programa das comemorações acentuava que "como historiador suas obras estão voltadas à história regional catarinense", e que seus trabalhos foram sempre, marcados "com excessiva obsessão pela honestidade e correção nos registros históricos, aliada a uma constante e comovente preocupação de escrever num estilo claro e erudito".

Pertencendo, com muita honra, às duas entidades promotoras da homenagem, julgo-me no dever, aliás bastante jubiloso, de evocar, ainda que ligeiramente, o saudoso historiador no único jornal em que, no momento, colaboro. Ainda mais que nosso relacionamento vinha de longe.

Conheci José Ferreira da Silva há quase 60 anos, quando, em setembro de 1940 tive oportunidade de participar de um congresso de Geografia em Florianópolis. Um dos pontos altos do programa do evento consistiu numa excursão ao vale do Itajaí e nela fomos assessorados por José Ferreira da Silva, então prefeito ("interventor", na linguagem da época) de Blumenau. Guardo até hoje a lembrança da fidalguia e dedicação de nosso anfitrião.

Vinte anos depois, voltei a Blumenau, coincidentemente também para um outro congresso de Geografia, e dessa vez encontrei José Ferreira da Silva como diretor da Biblioteca Fritz Müller, riquíssima para a história do vale do Itajaí. Nesse cargo, foi-me de extraordinária valia o contacto com Ferreira da Silva, pelo que ele me serviu para as pesquisas que pretendia realizar sobre a evolução urbana de Blumenau. Sem sua orientação e auxílio, muito pouco teria realizado da tarefa de que fora incumbido. Guardo prazerosamente a lembrança de nossas longas conversas, baseadas no seu profundo conhecimento da história da região e de suas fontes, notadamente o grande acervo em língua alemã.

Nessa ocasião, deu-me ele a conhecer "Blumenau em Cadernos", preciosa revista que fundara e vinha editando mensalmente com incrível dedicação e capacidade, verdadeiro repositório de fontes não só para o estudo de Blumenau, como de todo o vale do Itajaí. Ofereceu-me ele uma coleção completa do que havia sido publicado e passei a recebê-la regularmente e dela até hoje sou assinante. Inúmeras vezes tenho utilizado essa preciosa publicação em meus trabalhos de investigação histórica. Ela merece uma nota especial, que oportunamente escreverei para esta mesma folha.

Em 1977, de novo em Santa Catarina para um outro congresso, desta vez de História, meu prezado confrade e amigo Walter F. Piazza deu-me a triste notícia de que Ferreira da Silva (a quem planejara visitar) já havia falecido. Mas a obra que era a "menina de seus olhos" continua, pois dela se incumbiu com carinho e proficiência a Fundação Cultural de Blumenau. E mais que tudo, permanece a sua memória, certamente evocada com propriedade na homenagem que lhe foi prestada pelo seu centenário. (7-6-97)

314. PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA EM "ROUPA NOVA"

A expressão "roupa nova" utilizada para título desta nota, refere-se à nova (e bonita) apresentação de que se revestiu o último número das "Publicações do Museu Histórico Municipal da Paulínia", até agora apresentadas e por mais de vinte anos - de maneira bastante modesta, simplesmente mimeografada, porém demonstrando sempre excelente critério na elaboração dos textos e, conseqüentemente, uma profunda seriedade na matéria nela divulgada. Apresentação do Senhor Prefeito Municipal da cidade, Adélio Vedovello, recorda que a publicação sempre se compôs de duas partes: uma, de autores variados e outra, de autoria do dr. Desidério Aytai, "cientista ligado às culturas indígenas de nosso país".

Foi Desidério Aytai não apenas o organizador do Museu de Paulínia e o criador de sua publicação, mas o verdadeiro estimulador e orientador de numerosos pesquisadores nas áreas da Antropologia e da Etnografia. É-me grato, imensamente grato, evocá-lo, pois guardo excelente recordação do tempo em que convivemos na Universidade Católica de Campinas. Ao lado de sua profissão de engenheiro - e naturalmente, sem prejuízo dela - realizou Desidério Aytai, muitas vezes em colaboração com sua digníssima esposa, valiosa obra como etnólogo e antropólogo, tornando-se um nome nacional, reconhecido e admirado pelo seu rigor científico, ao lado da mais expressiva modéstia, recolhido em sua chácara de Monte Mor.

Foi o que justamente reconheceu, há alguns anos, o Museu Paulista, quando lhe dedicou quase todo um volume de sua preciosa revista, por iniciativa da Professora Thekla Hartmann, que, no prefácio, lembrou que "às discussões em torno de diversos escritos do Professor Desidério Aytai sugeriram a idéia de dar divulgação mais ampla à obra de um antropólogo que vem abrindo novos espaços de pesquisa para a etnologia no Brasil".

Independentemente dos modismos que se sucedem nessa área científica, Desidério Aytai "trilha serenamente o seu carinho, resolvendo, quase sem-pre por via experimental, os problemas que seu espírito inquisitivo

vislumbra nas culturas indígenas do passado e do presente. Sua trajetória, vivida no campo, no museu e em meio aos livros, vai da investigação arqueológica à etnomusicologia".

Informa, ainda, a Professora Thekla Hartmann que o amplo leque de interesses dos estudos do Professor Desidério Aytai "chamou ao seu convívio uma série de pesquisadores que, de uma forma ou de outra, saíram enriquecidos com seu contato, em termos intelectuais e humanos". E embora a publicação, ainda na informação de sua coordenadora, não tenha sido possível na forma originalmente planejada, apresentou-se na forma de uma coletânea de artigos oferecidos pelos autores como preito à atividade científica de Desidério Aytai. "E ela acabou por constituir-se num conjunto de textos inovadores em termos de abordagem e metodologia que focalizam temas da preferência do homenageado". O rabiscador destas linhas sentiu-se profundamente honrado com o convite para colaborar nessa publicação do Museu Paulista, nela comparecendo com ligeiro artigo intitulado "Maximiliano e outros príncipes alemães".

O novo fascículo do Museu de Paulínia, que motivou esta nota em homenagem a Desidério Aytai, divulga, na primeira parte, bem elaborado estudo sobre "Condições de vida do escravo na província de São Paulo no século XIX", do Professor José Santo Jesus Fiorini; e, na segunda, Desidério Aytai conclui suas utilíssimas "Recomendações para o antropólogo principante". A publicação do Museu Paulista, que encerra a homenagem a Desidério Aytai, constitui o volume 33 (nova série) de sua "Revista", correspondente ao ano de 1988. (5-7-97).

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I - INSTITUTOS

1. Instituto de Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas e Química
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II - FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III - INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

ବିପ୍ଳବ PUKCAMP